

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

HENRIQUE FREIRE SIMMER

**A RELAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR DO ADOLESCENTE
E SUA ENTRADA NA CRIMINALIDADE.**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

HENRIQUE FREIRE SIMMER

A RELAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR DO ADOLESCENTE
E SUA ENTRADA NA CRIMINALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Educação e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Jose Geraldo Ferreira da Silva.

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S592r

Simmer, Henrique Freire.

A relação da evasão escolar do adolescente e sua entrada na criminalidade / Henrique Freire Simmer – São Mateus - ES, 2020.

113 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva.

1. Criminalidade infantil. 2. Jovem infrator. 3. Evasão escolar. 4. Unidade socioeducativa. 5. Reintegração social de jovens. I. Silva, José Geraldo Ferreira da. II. Título.

CDD: 371.93

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES


HENRIQUE FREIRE SIMMER

**A RELAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR DO ADOLESCENTE E SUA
ENTRADA NA CRIMINALIDADE**

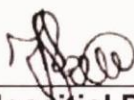
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 04 de agosto de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. Joccitiel Dias da Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Reivani Chisté Zanotelli Buscacio
Universidade Veiga de Almeida - UVA

AGRADECIMENTOS

A Deus por minha vida, família e amigos.

A Faculdade Vale do Cricaré, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança o mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jose Geraldo Ferreira da Silva pelo empenho dedicado à elaboração desta Dissertação de mestrado.

A minha mãe, irmã e noiva pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

RESUMO

SIMMER, HENRIQUE FREIRE. A RELAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR DO ADOLESCENTE E SUA ENTRADA NA CRIMINALIDADE. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

A segurança pública sempre foi um assunto extremamente debatido e polêmico em nosso país. Os debates acalorados da sociedade e até análises de especialistas, antropólogos e sociólogos sobre o tema, vêm discutindo medidas a fim de sanar este problema. No entanto, o que mais se percebe, é uma busca imediatista de nossa sociedade para este problema. Tais aparentes soluções geralmente não buscam entender o motivo da criminalidade e sim, deter o bandido ou puni-lo. Sendo assim, é preciso realizar uma reflexão, acerca do que leva o jovem a se inserir no mundo do crime. Contribuir com informações que permitam entender o perfil do aluno socioeducando e como a evasão escolar colabora para os jovens a se ingressarem na criminalidade. Sendo assim, o objetivo geral desta dissertação é contribuir com informações que permitam entender o perfil do aluno socioeducando e como a evasão escolar colabora para os jovens a se ingressarem na criminalidade. Neste contexto, este trabalho fez uma abordagem dos conceitos literais de adolescência e além disto, estabeleceu-se uma relação entre o perfil do adolescente com sua entrada na criminalidade. Para tal, foi elaborada uma pesquisa documental, para levantamento de dados dos perfis da população socio-educanda da Unidade de Internação Socioeducativa UNIS, do complexo IASES, localizado em Cariacica-ES, aplicou-se um questionário aos internos, afim de compreendermos diversas questões referentes a evasão escolar e a entrada na criminalidade. Diante o exposto, conclui-se que os internos desta UNIS são, em sua maioria, autodeclarados pardos ou negros envolvidos com o consumo ou tráfico de entorpecentes e que a entrada destes jovens na criminalidade foi mais influenciada pelos seus amigos do que pela família. Para amenizar os problemas da ressocialização destes jovens e adolescentes, foi realizada a proposta de implementação concomitante do sistema de ensino EJA com a escolarização regular, e a inserção de inserção de oficinas permanentes de futebol e voleibol no contra turno da escolarização.

Palavras-chave: Criminalidade Infantil. Jovem infrator. Evasão escolar. Unidade sócioeducativa. Reintegração social de jovens.

ABSTRACT

SIMMER, HENRIQUE FREIRE. **THE RELATIONSHIP OF ADOLESCENT SCHOOL EVASION AND THEIR ENTRY IN CRIME.** 2020. 113 f. Thesis (Master's degree) - Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

Public security has always been an extremely debated and controversial subject in our country. The heated debates of society and even specialists, anthropologists and sociologists on the subject, discuss measures to end the health problem. However, what is most noticeable is an immediate search by our society for this problem. Such solutions do not usually understand the motive for the crime, but rather prevent the criminal or punish him. Therefore, it is necessary to reflect on what leads young people to enter the world of crime. Contribute information that allows you to understand the profile of the student who is socio-educated and how to avoid school collaboration for young people to enter criminality. Therefore, the general objective of this dissertation is to contribute with information that allows to understand the profile of the student who is socio-educated and how to avoid school collaboration for young people and enter criminality. In this context, this work approached the literary concepts of adolescence and, in addition, established a relationship between the profile of the adolescent and his entry into criminality. To this end, a documentary research was carried out to collect data on the profiles of the socio-educational population of the Unidade de Internação Socioeducativa UNIS, of the IASES complex, located in Cariacica-ES, applicable to a questionnaire to its members, in order to understand several issues. references to school dropout and entry into crime. Given the above, conclude that the internal members of UNIS are, for the most part, self-declared brown or black, involved in the consumption or trafficking of narcotics and that young people have entered the crime that was most affected by their family friends. To alleviate the problems of re-socialization of these young people and adolescents, a proposal was made for the simultaneous implementation of the EJA education system with regular schooling and the insertion of permanent football and volleyball workshops in the schooling shift.

Keywords: Child crime. Young offender. School dropout. Socio-educational unit. Social reintegration of young people.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Adequação idade-etapa para pessoas entre 6 e 24 anos de idade, segundo grupos de idade e nível de ensino - Brasil – 2018	34
Figura 02 Quantidade de internos da UNIS, por tempo de evasão escolar, considerando os alunos matriculados em outubro do ano de 2019...	59
Figura 03 Cor da pele dos internos da UNIS, segundo auto declaração	61
Figura 04 Distribuição dos internos pelas suas respectivas séries em que estão matriculados na UNIS	63
Figura 05 Distribuição dos internos por idade	66
Figura 06 Fatores determinantes para evasão escolar	68
Figura 07 Atividades praticadas no período escolar pós evasão	69
Figura 08 A colaboração do insucesso acadêmico na evasão escolar	71
Figura 09 Mudanças para a melhoria do sistema socioeducativo	73
Figura 10 A influência familiar no envolvimento em atividades ilícitas	76
Figura 11 A influência dos amigos no envolvimento em atividades ilícitas	78
Figura 12 A importância da internação no sistema socioeducativo na ressocialização	81
Figura 13 Preferência esportiva dos socioeducandos	83
Figura 14 Sala de aula do IASES 2019	87
Figura 15 Auditório do IASES 2019	88
Figura 16 Quadra Poliesportiva do IASES 2019	89
Figura 17 Sala de Arte/Artesanato do IASES 2019	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Número de internos da UNIS, por idade, associados ao tempo de evasão escolar	60
Tabela 02	Adaptado de Raça/cor dos socioeducandos que deram entrada em 2014	62
Tabela 03	Distribuição dos internos da UNIS, por idade, nas respectivas classes do ensino fundamental e médio	64

LISTA DE SIGLAS

BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CID	<i>Classificação Internacional de Doenças</i>
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSE	Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei
DSPM	Departamento de Segurança da Polícia Militar
EAD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEFM	Escola de Ensino Fundamental e Médio
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
IASES	Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PELC	Programa de Esporte e Lazer da Cidade
PVC	Policloreto de Vinila
SECTI	Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia Inovação e Educação
SEDH	Secretaria de Estado De Direitos Humanos
SEDU	Secretaria de Estado da Educação
UFI	Unidade Feminina de Internação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIMETRO	Unidade de Internação Metropolitana
UNIP	Unidade de Internação Provisória
UNIS	Unidade de Internação Socioeducativa
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 OBJETIVOS GERAIS	16
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1 O CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA.....	19
2.2 IMPACTOS DA CRIMINALIDADE NA ADOLESCÊNCIA.....	21
2.2.1 FATORES QUE INFLUENCIAM A INSERÇÃO DO ADOLESCENTE NA CRIMINALIDADE	22
2.2.2 A MAIORIDADE PENAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS JOVENS INFRATORES	27
2.3 PODER DA ESCOLARIZAÇÃO CONTRA A CRIMINALIDADE.....	33
2.3.1 A INFLUÊNCIA DA EVASÃO ESCOLAR NA CRIMINALIDADE INFANTO-JUVENIL	39
2.3.2 AS CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO ESCOLAR PARA A ADOLESCENTE MULHER	44
2.4 EDUCAÇÃO FÍSICA: RELAÇÃO DO ESPORTE COM A CIDADANIA.....	47
3 METODOLOGIA	54
3.1 ESTAPAS DA PESQUISA.....	56
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
4.1 PERFIL DOS INTERNOS DA UNIS.....	58
4.2 RELAÇÃO ENTRE A EVASÃO ESCOLAR E A CRIMINALIDADE DOS JOVENS INTERNOS DA UNIS.....	67
4.3 RELAÇÃO ENTRE VULNERABILIDADE SOCIAL E O ABANDONO ESCOLAR COMO RISCO DE ENTRADA NA CRIMINALIDADE DO INTERNO UNIS.....	75
5 PROJETOS QUE PODEM CONTRIBUIR PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E REINTEGRAÇÃO DOS INTERNOS DAS UNIS	84
5.1 PROJETO 1: A MODALIDADE DE ENSINO EJA COMO UMA FERRAMENTA DE ADEQUAÇÃO DA IDADE/SÉRIE DO INTERNO UNIS.....	85
5.2 PROJETO 2: OFICINAS DESPORTIVAS COMO INSTRUMENTO RESSOCIALIZADOR DO INTERNO UNIS.....	94
5.2.1 TEMPO E ESPAÇOS PARA AS OFICINAS	97
5.2.2 ESTRUTURA MATERIAL/PROFISSIONAL DAS OFICINAS DE ESPORTES	98
5.2.3 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO ESPORTES NO SISTEMA	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	101

REFERENCIAS	104
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INTERNOS DA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA	112

1 INTRODUÇÃO

O tema de criminalidade no Brasil apesar de atual vem sendo debatido há anos por vários estudiosos. Fausto (1984), expressou a imensa preocupação com a mudança urbanas em função da criminalidade por parte da sociedade, exposto nos noticiários e imprensa em geral. Com o passar dos anos, esta preocupação se justificou com o aumento significativo nos índices de ações criminosas no país.

Segundo dados obtidos no SINESP (2020), que é o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, entre o mês de janeiro e setembro de 2019, registrou-se no Brasil um total de 31.334 mortes violentas, que incluem homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, os chamados Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

Não obstante, um fato que tem gerado muita inquietude em uma parcela da população, é constatar que uma parte destes crimes é praticado por menores. A inserção do jovem no mundo do crime é algo extremamente preocupante que vem se tornando objeto significativo de estudos.

Para Uchôa e Menezes (2012) os jovens são os indivíduos que mais sofrem de problemas relacionados a violência homicida, principalmente se pensarmos no contexto do tráfico de drogas. Pois esta parcela da população se apresenta tanto nas causas, quanto nos efeitos da criminalidade, explicando o grande impacto que esta parcela da população exerce sobre os índices gerais de criminalidade.

Percebe-se este aumento de crimes cometidos por adolescentes, através das lotações das unidades socioeducativas, que em muitos casos apresentam um número consideravelmente maior do que a sua capacidade adequada para o pleno funcionalmente institucional.

Este problema é evidenciado através de Monteiro e Pinto (2015) que expressam as consequências da superlotação socioeducativa, pois, as unidades com este perfil de ocupação afrontam aos direitos dos adolescentes. Ao pensar nos alojamentos, cozinha e demais espaços fora da ótica da violação é extremamente difícil, devido ao tratamento cruel e desumano representados. Monteiro e Pinto (2015, 82) completam que: “A superlotação acarreta consequências indiretas como: escasso quantitativo de roupas de cama e banho, bem como dos produtos de limpeza e higiene pessoal e insatisfação dos servidores expostos a precárias condições de trabalho”.

Segundo Fuziwara (2013) Pessoas conservadoras tendem a concordar que adolescentes infratores precisam passar pelas mesmas experiências depreciativas vivenciadas no contexto prisional que um adulto, uma vez que cometeram um ato infracional. Numa ótica onde tanto o adolescente, quanto o adulto condenado devem permanecer enclausurado com acesso mínimo a alimentação, higiene e qualquer tipo de atividade que lhe traga bem-estar social.

Este pensamento coletivo é explicado por Rodrigues (2016) que vincula a associação dos direitos humanos no Brasil ao tratamento dos presos, sejam adultos ou adolescentes, que se amotinam em instituições superlotadas, vítimas constantemente de torturas, percebesse uma reação extremamente vigorosa de uma parcela da sociedade, que abastecida pelos discursos pró segurança pública e pelas campanhas midiáticas, orienta-se para uma subjetivação acerca dos direitos, da justiça, do crime e da violência.

A delinquência juvenil, quando extrapola os limites da lei e torna-se uma atividade criminosa, expõem um importante fator de risco para a vida do adolescente criminoso, que é a evasão escolar deste indivíduo. O arranjo social excludente, a falta de políticas públicas e os métodos de ensino ultrapassados são fatores levantados por Silva Filho e Araújo (2017, p.45):

Fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como escolares, nos quais educadores têm colaborado a cada dia para o problema se agravar, mediante a utilização de um método didático superado ou de uma prática cristalizada como por inexperiência, acabam por desenvolver o conteúdo de forma descontextualizada e sem sentido para o aluno.

Diversos problemas estão atrelados à vida de jovens que evadem aos estudos, sem uma formação adequada, torna-se muito mais árdua a tarefa de buscar um bom futuro profissional e conseqüente retorno financeiro. Segundo Fernandes (2013, p. 14):

As conseqüências relatadas envolvem, em muitos casos, frustrações nos objetivos de vida como realizar um curso superior (8,3%), não conseguir entrar em cursos profissionalizantes que precisem de conclusão da Educação Básica (4,2%), falta de conhecimento (6,3%), não ter conquistado o futuro almejado (4,2%), não concluir os estudos (4,2%) e, ao mesmo tempo, as conseqüências geram desmotivação (2,1%) e baixa autoestima.

Portanto, no decorrer deste estudo, será contextualizado todas estas questões envolvendo o adolescente infrator, o perfil deste jovem, e principalmente as

consequências da evasão escolar para os jovens que adentram no submundo da criminalidade.

1.1 JUSTIFICATIVA

Esta Dissertação busca ao mostrar através de estudos científicos o grave problema que a violência infanto juvenil traz para o cotidiano das cidades brasileiras. Assim sendo o problema da delinquência juvenil persistente e desdobramentos que prejudicam a família do envolvido, terceiros e até mesmo a economia de seu entorno.

Longo (2010) explica que durante o ano de 1975, chegou-se ao ponto de instaurar a “CPI do menor” que visava minimizar e entender o problema do jovem delinquente brasileiro. Esta CPI desencadeou uma enorme pressão para que os governantes criassem instrumentos capazes de trazer uma solução para este problema socioeconômico e finalmente, buscar medidas legais para o combate da criminalidade infanto-juvenil nas cidades brasileiras com um grande número de crianças e jovens em estado de abandono.

O problema da criminalidade infanto juvenil no Brasil apresenta uma diversidade de motivos que levam estes adolescentes a escolherem estes rumos para a sua vida. Para Assis e Deslandes (2004) é imprescindível destacar que o meio social, o contexto cultural e atrelado a isso, as condições materiais, exercem uma forte influência na trajetória de vida de cada ser humano, pois estes fatores podem ampliar ou reduzir as suas alternativas de crescimento pessoal. Isto significa que majoritariamente os adolescentes e crianças que vivem em condições precárias de vida e pobreza, são inevitavelmente conduzidos a criminalidade.

O problema do envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas é observado através de dados estatísticos coletados pelas DSPM que segundo De Deus (2013, p.15), “tornam-se mais significativos quando se compara a totalidade das ocorrências policiais de tráfico de entorpecentes de todas as delegacias especializadas da capital, com as registradas na DSPM entre os anos de 2009 e 2012”.

Esta pesquisa justifica-se ao propor um estudo estatístico na UNIS - Cariacica, fomentando um debate sobre a questão do perfil do adolescente infrator, e sua junção ao problema da evasão escolar, que corrobora para entrada na criminalidade infanto-juvenil.

A percepção deste problema da evasão escolar na população interna dos estudantes da UNIS – Cariacica, trata-se de um importante fator de risco para o adolescente, entretanto, é preciso também analisar o perfil deste interno, pois os dados estatísticos construídos neste estudo mostram que a evasão escolar torna-se um risco maior para aquele estudante com vulnerabilidade social e econômica do que para aquele com uma estrutura familiar equilibrada.

É fundamental impulsionar um estudo que mostre a partir de números estatísticos os perigos que o abandono escolar causa na vida do adolescente, para possibilitar debates acadêmicos que visem soluções para o combate deste fator de risco para a entrada na criminalidade infanto-juvenil.

Diante das consequências catastróficas da criminalidade infanto juvenil apontadas até aqui por De Deus (2013), Longo (2010) e Assis e Deslandes (2004) é preciso questionar no contexto do Estado do Espírito Santo, qual é o perfil destes adolescentes e jovens que estão se ingressando na criminalidade?

Neste sentido, visa-se a reunião de dados que colaborem para o fomento de um debate acadêmico acerca do perfil do adolescente infrator, e o risco que é para si e para a sociedade, estar evadido da escolarização. Afinal, quando a evasão escolar começa a se tornar um fator real de risco? E principalmente, para qual parcela da sociedade estar evadido da escola torna-se um potencial viés de entrada na criminalidade infanto-juvenil.

1.1 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVOS GERAIS

Contribuir com informações que permitam entender o perfil do aluno socioeducando e como a evasão escolar colabora para os jovens a se ingressarem na criminalidade.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de alcançar o objetivo geral da pesquisa, são necessárias três etapas preliminares:

- Identificar o perfil dos jovens infratores que possuem permanência na Unidade de Internação socioeducativa (UNIS);
- Identificar a relação entre evasão escolar com a criminalidade dos jovens internos desta unidade;
- Identificar a relação da vulnerabilidade social x abandono escolar como risco de entrada para o crime organizado.
- Propor novas medidas socioeducativas e pedagógicas, a serem adotadas na UNIS, para contribuir para a reintegração dos mesmos à sociedade.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Pretende-se neste capítulo trazer à tona estudos de diversos autores que proporcione o entendimento de como o perfil do adolescente, atrelado ao abandono escolar, tornam-se um fator de risco para a entrada na criminalidade infanto-juvenil.

Este é um tema de alta complexidade e polemico, onde até mesmo a palavra “adolescente” pode ter significados distintos conforme a cultura e o pensamento filosófico do leitor.

Entende-se que a instituição escola é percebida como um importante aparato para o crescimento pessoal de todos, mas situações do cotidiano acabam sendo mais emergenciais do que a própria qualificação estudantil e profissional.

A importância deste estudo se dá, em função de todas as dificuldades enfrentadas por jovens que dado certo momento de sua vida, decidem por vários fatores, abandonar os estudos, sem o senso crítico e preparo acadêmico que o ambiente escolar propicia, estes educandos se tornam mais vulneráveis socialmente, é o que aponta Silva (2014, p. 196):

A interrupção escolar no ensino fundamental, momento que representa um marco nas desistências escolares, para as camadas populares significa um descompasso entre o tempo passado na escola e o resultado obtido pelo aluno. O início e o fechamento do ciclo escolar não ocorrem obedecendo ao tempo “normal”, o que é instituído pelo sistema de ensino formal, mas obedecendo o tempo “do possível”, que atende as demandas da vida do estudante em sua totalidade. É fundamental entender que a experiência escolar ganha sentido para o sujeito quando entra no horizonte das suas expectativas de vida. O fato da ausência de certificado representar um empecilho para a completude dos planos acerca do trabalho tem uma relação direta com o sentido que a escola ganhará nos percursos das trajetórias.

Neste sentido, ainda de acordo com Silva (2014) na discussão sobre exclusão/inclusão social, precisamos entender o que é estar ou não incluído. Pois na ótica do autor é comumente associado o fracasso escolar a não conclusão dos nove anos que compõem o ensino fundamental, seja por abandono ou por incapacidade, essa leitura em pensamento imediato, nos leva a um entendimento contábil, quantos entram, quantos saem da escola, qual o perfil da seriação escolar?

2.1 O CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

Podemos compreender a adolescência como a fase de transição da infância para a vida adulta. É também comumente lembrada como um período que o jovem está propenso a cometer atitudes consideradas transgressoras. É, portanto, uma etapa peculiar da vida humana, onde sua personalidade será colocada em xeque, e para muitas pessoas, é quando construímos o nosso caráter enquanto pessoa.

Entender a adolescência é complexo, seu conceito é variado conforme a cultura que a pessoa pertence, mas pensando no Brasil, acreditamos que a melhor conceituação é a do adolescente ocidental, que segundo Ferreira e Nelas (2006, p. 141):

Adolescência é hoje conceituada como o período situado entre a infância e a vida adulta. Inicia-se com os primeiros indícios físicos da maturidade sexual e termina com a realização social da situação de adulto independente. No mundo ocidental, corresponde mais ou menos à época entre os 12 e os 20 anos, contudo existem oscilações deste período etário impostas pelas diferenças entre os sexos, etnias, meios geográficos, condições socioeconômicas e culturais.

No âmbito legislativo, Zakszeski (2015) explica que o Brasil tem uma legislação criada especificamente para as questões desse público, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Ele define o adolescente como pessoas que tenham entre 12 e 18 anos de idade incompletos, no referente ao cumprimento de medidas socioeducativas, aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente também a pessoas entre 18 e 21 anos de idade¹. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança classifica criança todas as pessoas que tenham entre 0 e 18 anos.

Entretanto, alguns autores como Coimbra, Bocco, Nascimento (2005) que concordam que o conceito de adolescência é uma criação da sociedade capitalista para o controle da sociedade globalizada, as mídias televisivas, rádio e atualmente a internet, são utilizadas para difundir e reforçar um conceito comercial de adolescência, transformando essa etapa da vida em um produto a ser consumido pelas massas.

Para Coimbra, Bocco, Nascimento (2005) a partir das ideias de Foucault e da filosofia da diferença, defende-se que os sujeitos não podem ser taxados por

¹ 1 Art.2º e § único do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Considerando que o ato infracional tenha sido praticado pelos(as) adolescentes antes dos dezoito anos de idades, o cumprimento da medida socioeducativa pode chegar até vinte e um anos de idade, sendo que na data em que o(a) adolescente completa esta idade, a medida em cumprimento deve ser extinta.

identidades fixas, pois são intensamente atravessados por forças que subjetivam nossa identidade incessantemente. A conceituação da adolescência apresenta o significado atual para os ocidentais a partir do século XVIII, durante a idade média não havia uma distinção social entre adultos e crianças, como se pode observar nas palavras de Grossman (2010, p. 47):

Na Idade Média, a consciência das particularidades da infância não existia; não havia distinção entre crianças e adultos. A ideia de infância relacionava-se exclusivamente com a noção de dependência; quando a criança adquiria a condição de viver sem o desvelo constante da mãe ou da ama, ingressava plenamente no mundo adulto, participando de todas as atividades sociais.

Silva e Lopes (2010) destacam que o termo adolescência é mais vinculado com as teorias psicológicas, ou seja, considerando a pessoa como um ser psíquico, traçado pela realidade que o constrói e por sua experiência subjetiva, já quanto a juventude, privilegia-se os aspectos sociológicos e históricos, onde o coletivo prevalece, ou seja, a juventude contempla os processos sociais produzidos ao longo da história do indivíduo jovem.

No que tange a semântica do termo adolescência, é correto afirmar que se trata de uma palavra que ao longo da história humana foi obtendo uma diversidade de significados, segundo Coutinho (2005, p. 17):

... o termo adolescência vem do latim *adulescens* ou *adolescens*, participio passado do verbo *adolescere*, que significa crescer. Entretanto, nas línguas derivadas do Latim, o termo apresentou durante um longo tempo um sentido sobretudo depreciativo e satírico, sendo somente por volta de 1850 que a palavra adolescência entrou para os dicionários e adquiriu um sentido mais próximo ao que tem atualmente. Assim, a adolescência é um conceito construído historicamente na Modernidade, que adquire vários desdobramentos até o momento atual.

Entender o que representa ser adolescente na contemporaneidade é importante para este estudo também, afinal são estes adolescentes que serão analisados durante o transcorrer desta pesquisa, neste sentido Coelho (2014, p.16):

Como resultado da panóplia de mudanças - alteração da autoimagem, instabilidade nas relações com a família, novas relações afetivas com os pares, descoberta da sexualidade, interiorização de valores e conceitos da sociedade, e definição de um projeto no futuro - o jovem encontra-se emocionalmente fragilizado, acabando os seus comportamentos por revelar: insegurança, tensão e indecisão. Nesta fase de transição para a vida adulta o tempo é de conquista de autonomia, identidade, e liberdade, conseguida através de uma conduta exploratória que pode ser geradora de prejuízo, com repercussões negativas para a saúde, ou de vantagem, enquanto oportunidade de enriquecimento de potencialidades, para o adolescente.

Percebe-se que o adolescente contemporâneo passa por responsabilidades diferentes das do passado, agora preocupações com suas relações afetivas, descoberta sexual, conceitos de valores e seu projeto de futuro fazem parte do seu cotidiano.

Ou seja, pode se perceber que o adolescente de hoje tem características próprias e com diversas responsabilidades sociais que não existiam em outros tempos da sociedade ocidental.

Concluimos este tópico, Diante dos expostos, que a adolescência, de um modo geral, é retratada como uma etapa transitória entre a infância e a fase adulta do ser humano, na qual é comumente ligada a partir do século XX, a um período de preparação do jovem para assumir o papel de adulto(a), entretanto, conforme visto na literatura, essa etapa da vida também está fortemente ligada aos interesses corporativos do capitalismo e que até a idade média, não apresentava uma significação, pois não se distinguia crianças de adultos.

2.2 IMPACTOS DA CRIMINALIDADE NA ADOLESCÊNCIA.

Construir um diálogo acadêmico acerca dos impactos da criminalidade na adolescência é uma tarefa complexa deste estudo, afinal é preciso analisar diversas questões importantes para uma melhor compreensão dos danos sociais, físicos e psicológicos que o envolvimento em atos infracionais produz para o transcorrer da vida do adolescente.

Existem inúmeros conceitos e principalmente preconceitos que norteiam a criminalidade juvenil. Ao pesquisar sobre o tema é comum encontrar opiniões divergentes conforme a ótica que se analisa o rigor da lei com os jovens infratores. Para uma pesquisa isenta, é necessário analisar todas as perspectivas, afinal, os rumos desses acalorados debates afetaram diretamente o processo penal do adolescente infrator. Está-se em vias de mudanças, pois a sociedade clama por um cotidiano com maior segurança.

De acordo com a literatura de Alves *et al* (2009), Arantes (2013) e Sposato e Matos (2015) existem três vertentes bem delimitadas e distintas acerca do tema: parte acredita que o adolescente precisa ter penas rígidas iguais a qualquer outro cidadão, desde que tenha discernimento sobre o ato infracionário que cometeu; uma segunda parte acredita que o que deve mudar são as políticas públicas e as organizações

governamentais, afim de fazer com que a ressocialização consiga ser eficaz e que o adolescente deixe de ser um transgressor; e por fim, existe uma terceira vertente que acredita que o que precisa mudar é a pena dos que aliciam adolescentes e endurecer as penas previstas no ECA.

Para se construir um entendimento sólido desta questão, este capítulo será apresentado através de três subcapítulos distintos. No primeiro será conceituado as definições do que é a adolescência, afinal entender o que significa ser adolescente é primordial para analisarmos as consequências que o aliciamento destes jovens traz para suas vidas e para a sociedade em geral.

No segundo subcapítulo, entra-se no debate acerca da maioridade penal. Tal pauta é exaustivamente debatida e polêmica quando nos referimos a violência juvenil. No terceiro subcapítulo, conclui-se o dialogo acadêmico, trazendo estudos que mostrem como a violência afeta a vida desses jovens infratores.

2.2.1 Fatores que influenciam a inserção do adolescente na criminalidade

De acordo com os conceitos de adolescência de Coimbra, Bocco, Nascimento (2005) A adolescência é um período delicado na formação do caráter humano, compreende ao período de transição da infância para vida adulta, portanto, é preciso ter prudência com as questões comportamentais que se desenvolvem nesta etapa da vida, afinal, dependendo de seu contexto social e psicológico, este jovem pode se tornar um criminoso tão perigoso quanto um adulto.

Segundo Avellar (2007), não existe no Brasil um levantamento conclusivo sobre como ocorre o aliciamento de jovens pelo crime organizado, apesar de ser perceptível através da opinião pública, a suspeita do envolvimento crescente de jovens com a violência, principalmente quando se trata dos setores mais pobres de nossa sociedade.

Apesar da falta de um consenso sobre como ocorre o aliciamento dos adolescentes para o crime organizado, existem diversas teorias sobre o fenômeno da delinquência juvenil. No Brasil, dentre as teorias de comportamento delinquente, a mais difundida é a teoria da Anomia.

Segundo Varisco (2014), a teoria da Anomia, desenvolvida por Robert Merton em 1938, teve seu conceito inicialmente introduzido por Durkheim em sua obra *The division of labor in Society*, de 1933, que em sua premissa, diz que a delinquência

juvenil vem a ser causada primordialmente por fatores oriundos dos elementos sociais, onde fatores pessoais ou situacionais do jovem podem influenciar, mas é a falta de estrutura e desorganização das instituições sociais o maior responsável pelo ato infracional.

Ainda que para a teoria da Anomia os fatores sociais sejam determinantes para a delinquência juvenil, atos de infração precisam ser rigorosamente punidos, conforme diz Formiga, (2012, p. 36):

Apesar de Durkheim considerar que a ação delituosa poderia ser entendida como “algo normal” na dinâmica de qualquer sociedade, mesmo que em níveis suportáveis, essa ação deveria ser punida e inibida, porque é reprovada pela sociedade. O fato de que esse delito ocorra esse, além de causar prejuízo à ordem e harmonia da sociedade, ele indica que o sujeito não está sendo capaz de interiorizar as normas e os valores sociais exigidos pela sociedade; para aqueles que buscam a harmonia e o bem estar social, uma condição delituosa faz surgir sentimentos e condutas de rejeição a essa situação. A intensidade e facilidade do delito revelam uma fragilidade na integração entre indivíduo, sociedade e as leis para a ordem social.

Segundo Formiga (2012), existem diversas causas que corroboram para o adolescente cometer um ato infracional, podendo ser oriundo de fatores situacionais, sociais ou mesmo da falta de estrutura nas instituições sociais, a força da punição a estes jovens tem gerado grande debate acadêmico, pois a legislação brasileira, através do estatuto da criança e do adolescente, prevê penas consideravelmente mais brandas que as aplicadas há pessoas com mais de 18 anos de idade.

Entender esses fatores situacionais, sociais e também os oriundos da falta de estruturação das instituições sociais ajuda a compreender por que, a cada dia que passa, tem-se aos olhos da sociedade um receio maior quanto a conduta dos adolescentes.

De todos esses problemas que acarretam na delinquência do jovem, infelizmente a situação de pobreza é a que torna o adolescente mais vulnerável ao crime organizado, conforme afirma Guerra *et al* (2012, p. 260):

Parece que se insinuam um tempo e uma geopolítica em que colidem diferentes fatores, multifacetando a subjetivação do jovem “atravessado” pela criminalidade violenta. Longe de um campo farto de escolhas, parecendo que a resposta do crime nasce sem conferir intervalo para que alguma dúvida se instale e produza uma resposta pelo qual o adolescente consiga se responsabilizar, decidir de fato. Além disso, atravessado pelo corpo adolescente e pela urgência de satisfação, o jovem parece não considerar esses intervalos simbólicos e, antes, atuar na imediatez do cotidiano da sobrevivência. Desde que inserido na trama imaginária do Outro do tráfico, parece não contar mais como sujeito que se apropria de suas próprias

experiências, mas se apresenta como corpo-objeto que se lança na manutenção desse “sistema”.

Guerra *et al* (2012) mostra que no contexto do adolescente, ainda passando pelo processo de construção de sua personalidade, deixar de ter sonhos, por que muitos deles são, majoritariamente, só possíveis através das conquistas que o sucesso profissional pode trazer, é um perigo, pois mesmo quando este não consegue ter o emprego necessário, não deixará de ter sonhos e desejos, é neste momento que o crime organizado entra com a sedução da fama e dinheiro.

Os motivos para a entrada da violência no contexto da juventude são vastos, pobreza, ascensão em determinados grupos sociais, violência dentro do ambiente familiar, vontade de ajudar financeiramente seus pais, uma lista grande e complexa, que ao analisá-la superficialmente, parece ser impossível de ser solucionada dentro do contexto que o Brasil vem passando ao longo das décadas, cometendo diversas falhas enquanto estado de direito, Gama e Scorzafave (2013, p. 448) explicam como ocorre este processo da marginalização do jovem:

Teoricamente, a violência poderia afetar esse processo por meio de diferentes canais. Uma primeira via de influência está ligada à deterioração do estado físico e psicológico da vítima. A segunda está relacionada aos efeitos das interações sociais e de padrões culturais que podem atuar com a violência sobre as escolhas de crianças e adolescentes entre investir em educação ou em atividades que propiciam a aceitação de determinados grupos sociais.

Os excessos dos jovens, muitas vezes criminosos, segundo Conte *et al* (2007) podem ser explicados pela desordem urbana, que se esforça para trazer a disciplinarização, mas os comportamentos disfuncionais dos jovens e seus incontáveis anseios, tornam-se um alvo fácil para a sociedade responsabiliza-los pelas mazelas urbanas, creditou-se no imaginário social que o individualismo exacerbado do jovem é um dos impulsionadores dos índices de criminalidade, o adolescente emerge como individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana.

Segundo Martins (1995), majoritariamente a sociedade associa crimes contra o patrimônio, roubos e furtos a situação de pobreza dos detidos, este fato contribui para endossar o entendimento que pessoas pobres, para conseguirem sobreviver, roubam. Neste sentido, é perceptível que as camadas mais pobres de nossa população sempre estarão mais propensas a inspeção e opressão por parte da

polícia, enquadra-se nessa categoria de sujeitos os desempregados, trabalhadores não especializados, entre outros marginalizados urbanos.

Para Martins (1995, p.120):

Estes acabam sendo atraídos para atividades criminosas na medida que percebem os ganhos do crime como superiores em relação aos benefícios de atividades legais esse mesmo entendimento, embora as crises econômicas e sociais possam ser associadas ao aumento de certos tipos de crime, a equação não se explica pela relação direta e imediata entre a baixa renda e a criminalidade. Reduzir a explicação do aumento da criminalidade às crises, acaba por levar à conclusão de que a população pobre é conduzido ao crime, e que o pobre, se não for devidamente orientado, é um candidato natural à prisão. A alta incidência de pessoas pobres entre os presos pode ser explicada de duas maneiras. Uma delas é o sistema policial e judicial altamente discriminatório: pessoas que possuem bens (a maioria branca), raramente são levadas a julgamento e, quando condenadas, quase nunca cumprem a pena determinada.

Percebe-se, com as palavras de Martins (1995), que o perfil socioeconômico da pessoa é um dos fatores que reforçam o julgamento social, no imaginário comum, quando a pessoa não consegue obter um emprego qualificado, residir em uma casa confortável, ou apresentar bens de consumo valiosos, inevitavelmente em algum momento de sua vida acabará cedendo para o crime organizado.

Martins (1995) não cita especificamente o adolescente como o injustiçado socialmente, mas este tipo de rotulação que as pessoas criam para quem não pertence aos parâmetros ditos como nobres, se enquadram perfeitamente ao contexto do jovem, pois este julgamento está mais atrelado ao que a pessoa é do que a idade do sujeito.

Esteves e Abramovay (2007) reforçam essa ideia quando dizem que a juventude tem sido comumente relacionada a uma ameaça social, por meios de envolvimento com a criminalidade e delinquência, de tal maneira que, seus desdobramentos seriam capazes de colocar em risco a sua plenitude física e moral, e também a de todo o meio em que vive. Por esse motivo, é que se percebe enorme alarde quando são divulgadas estatísticas que mostram um avanço na taxa de criminalidade da população jovem.

Segundo Henriques (2015), essa preocupação social com o comportamento criminoso do adolescente teve início a partir das primeiras décadas do século XX. Nesse período, o Brasil passava por uma importante transformação na vida social, política e econômica de sua sociedade. Começava, nesse período, a perceber a presença de adolescentes nas ruas com envolvimento em contravenções e crimes,

chamando a atenção da opinião pública e fomentando debates, forçando as autoridades a buscarem soluções.

O tratamento da família com a criança é um fator importante a se levar em consideração no debate da criminalidade adolescente, conforme afirma. Hartung e Pessoa (2006), que existem evidências de que variáveis associadas à qualidade da criação das crianças são importantes determinantes da criminalidade.

Percebe-se como é importante a presença de uma família para o desenvolvimento moral do adolescente. Partindo do princípio destes autores citados, quando a família apresenta um número grande de membros e não consegue ter renda o suficiente para garantir a subsistência plena de todos, a chance de um dos filhos se envolver com pessoas criminosas aumenta significativamente.

Hartung e Pessoa (2006, p. 04) explicam que as chances de uma pessoa cometer um crime crescem vertiginosamente entre os 15 e 24 anos de idade, essa faixa etária é considerada o pico da atividade criminal de um indivíduo, “A ideia é simples: quando a fração de jovens aumenta (indivíduos com maior propensão a criminalidade), a criminalidade agregada deve aumentar. A evidência empírica do efeito de fração de jovens na criminalidade agregada varia bastante”. Outras vertentes acreditam que o adolescente tem como características própria apresentar atitudes que ao olhar dos adultos possam parecer agressivas e rebeldes, mas que quando extrapolam os limites toleráveis pela sociedade, tornam-se um sintoma psicopático.

Nas palavras de Levisky (2000, p. 24):

A autoafirmação é um componente necessário e desejável dentro do processo de desenvolvimento da identidade do adolescente. Ela se faz presente através da rebeldia, da revolta, de manifestações agressivas mitigadas e mais ou menos toleradas pelo restante da sociedade. Podem ocorrer escapes do seu controle, com manifestações impulsivas, através de atuações motoras de colorido psicótico e psicopático transitórios. Mas, quando a violência física, a baderna, o vandalismo, a amoralidade se tornam meios de autoafirmação incorporados ao cotidiano da vida comunitária, isto é ao meu ver um grave sintoma da patologia psicossocial.

Levisky (2000) também explica a inexistência de perspectivas na vida de muitos adolescentes, e que isso se torna um fardo ingrediente para o incremento da violência urbana como reação a um estado frustrante e contraditório, nossos jovens se preparam durante anos para a vida adulta, mas se deparam com altíssimas doses de desesperanças através da baixa oferta de empregos, salários defasados e até mesmo dificuldade para constituir a sua própria família.

Levisky (2000) continua expondo que tal situação acarreta um prolongamento da condição de adolescente, é necessário desenvolver um número maior de recursos pessoais para se alcançar um grau significativo de autonomia. “Seu futuro é pouco promissor quanto as possibilidades de reações consistentes e duradouras. As gratificações tendem a ser imediatas e efêmeras dificultando os processos de sublimação de sus desejos agressivos e sexuais”. LEVISKY (2000, p. 30).

Em meio a este debate sobre como se deve punir o adolescente transgressor, é perceptível que se está tentando resolver os fins e não os meios, pois o que se percebe é que o adolescente é um ser com muitos desejos, ambições, carências e principalmente dúvidas, onde o seu contexto social pode o tornar propenso a aceitar os caminhos mais curtos para obtenção de seus desejos e anseios.

É importante destacar também o papel da família no contexto do adolescente transgressor da justiça. Segundo Trentin (2012), o modo como é constituída a família do adolescente, exerce forte influência no comportamento deste jovem ao longo de sua vida. Existe uma tendência de que pais negligentes não conseguem cumprir o importante papel de socializadores de seus filhos, logo, a família omissa de suas funções parentais desencadeia um adulto com desenvolvimento social comprometido, fato este que facilita as práticas de atos infracionais no futuro.

Em outro trecho Trentin (2012, p. 16) diz:

As falhas das funções parentais ocorrem por meio de famílias numerosas e desfeitas, tendo somente a presença da mãe, pois o pai não participou do desenvolvimento biopsicossocial do adolescente e deixou de cumprir suas funções de provedor e disciplinador. A violência física e psicológica interfere no desenvolvimento desses indivíduos, pois convivem com entes familiares abusadores de drogas, agressivos e com comportamentos antissociais.

Portanto, é preciso que se consiga criar mecanismos que garantam a todos brasileiros políticas públicas eficazes para o controle do desemprego, índices de educação e moradia, não podemos esperar que nossa juventude fique de braços parados, está em seu instinto a busca por alternativas, que infelizmente, se não vierem dos meios do estudo e trabalho, para alguns viram através de atividade criminosa.

2.2.2 A maioria penal e suas consequências para os jovens infratores

Diante de crimes hediondos cometidos por menores, uma grande parcela da população tende a discordar da legislação vigente, onde considera o adolescente

infrator não é capaz de responder pelos seus atos como aquele que seja maior de idade, casos como o assassinato do casal Liana Friedenbach e Felipe Caffé em 2003, causa um sentimento de indignação em parte dos brasileiros. É o que aponta Kessler e Kessler (2011, p. 8):

É em momentos como aquele de 2003 que as infrações cometidas por jovens são evidenciadas e a posição da opinião pública é direcionada em favor de efetivas mudanças na lei. Tal situação é claramente percebida pela análise de pesquisa encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional em 2003, a qual demonstra que dos 1700 entrevistados, 89% defendia o rebaixamento da maioridade penal para 16 anos.

Entretanto, não será manifestado apoio ou crítica a atual legislação que determina a idade mínima para o adolescente ser recluso num centro socioeducativo, e sim, trazer o posicionamento de autores que contestam ou mesmo defendem a atual legislação do ECA² referente a punição dos atos infracionais cometidos por menores de dezoito anos de idade.

Conforme Saraiva (1997, p. 99-100):

A propósito dessa medida privativa de liberdade, internação, na linguagem da lei, o que a distingue fundamentalmente da pena imposta ao maior de 18 anos é que, enquanto aquela é cumprida no sistema penitenciário, que todos sabem o que é, nada mais fazendo além do encarcerar, onde se misturam criminosos de toda espécie e graus de comprometimento, aquela há que ser cumprida em um estabelecimento próprio para adolescentes infratores, que se propõe a oferecer educação escolar, profissionalização, dentro de uma proposta de atendimentos pedagógico e psicoterápico, adequados a sua condição de pessoas em desenvolvimento. Daí não se cogitar de pena, mas, sim, de medida socioeducativa, que não pode se constituir em um simples recurso eufêmico da legislação.

Com este trecho de Saraiva (1997), deixa-se claro em seu argumento, o porquê se faz necessário para a sociedade ter um sistema de medida socioeducativa com procedimentos diferentes do carcerário, pois seria destrutivo psicologicamente e fisicamente ao adolescente, dividir o mesmo espaço de reclusão, com homens dos mais diferentes graus de periculosidade, que no atual modelo socioeducativo, tem-se garantido minimamente através do ECA, a oferta de educação escolar, profissionalização, e que portanto, seria a diferença primordial entre os dois sistemas.

Saraiva (1997) complementa sua alegação, salientando que é errado utilizar o senso comum de que os criminosos adultos estão a empregar cada vez mais adolescentes para cometer práticas criminosas, como justificativa para o argumento

² ECA – Estatuto da criança e do adolescente.

da defesa da redução da maioria penal, pois, segundo seu raciocínio, estender ao “mandado” o mesmo sistema que não alcança o “mandante”? São um equívoco, Pois independente disto, quem colabora com o crime está inciso nas penas a este cominado.

Para Saraiva (1997, p. 101):

Se a questão for de eficácia de sistema, por que o mandante (de regra "pior" que o executor direto) não é responsabilizado? Aliás, reprimido o mandante, exclui-se a demanda. Na verdade, o argumento dos arautos do rebaixamento se faz falacioso. O Estatuto oferece amplos mecanismos de responsabilização destes adolescentes infratores, e, o que se tem constatado, em não raras oportunidades, é que, enquanto o co-autor adolescente foi privado de liberdade, julgado e sentenciado, estando em cumprimento de medida, seu parceiro imputável muitas vezes sequer teve seu processo em juízo concluído, estando frequentemente em liberdade.

Saraiva (1997) deixa claro que não se pode cair na armadilha de pensar que o aliciador do menor infrator é livre de acusação criminal, pois segundo ele, o ECA detém mecanismos de responsabilização destes, que muitas vezes também acabam atrás das grades da prisão.

Existe também o problema da incapacidade do governo brasileiro de efetivar a inclusão social dos adolescentes marginalizados. Conforme Sposato e Matos (2015) esse é um dos pilares do aumento por parte da população, pelo anseio a um estado cada vez mais punitivo, pois estes adolescentes não são importantes para a sociedade de consumo e a política neoliberal, e por serem excluídos deste contexto capitalista, surge a “solução” por meios obsoletos de punição, ou seja, utilizar o sistema penal como instrumento para controle dessa camada da população.

Alguns parlamentares buscam através de PECs³, alterar a redução da maioria penal para 16 anos, acrescentando um parágrafo que substitua o modelo atual, por penas equivalentes à dos adultos, para Sposato e Matos (2015, p. 195):

Diante da natureza do crime, sendo ele hediondo, se define a realização de uma avaliação que demonstre a plena capacidade do agente para entender o caráter ilícito. Demonstrada tal capacidade de discernimento, o adolescente passa a ser julgado, processado e responsabilizado como se fosse adulto. A demonstração do discernimento fica a cargo de um laudo técnico. Tal proposição incorre em três perigosos equívocos que devem ser explicitados. O primeiro se dá pelo flagrante desrespeito aos princípios da igualdade e taxatividade, visto que, a depender da aferição do discernimento do agente, o sujeito – réu – que está sob processo poderá receber uma resposta sancionatória diferenciada completamente incerta e desigual, a depender do laudo técnico e do entendimento da junta nomeada pelo juiz.

³ Proposta de Emenda à Constituição.

Outra explicação para o fomento de debates políticos e sociais acerca da maioria penal surge do argumento que a mídia de um modo geral, corrobora para que a opinião pública seja favorável a diminuição de 18 para 16 anos de idade. Segundo Arantes (2013, p. 10):

Sempre que um crime brutal choca a opinião pública e tem a participação de adolescentes, os jornais e a televisão noticiam exaustivamente o fato, recolocando na pauta nacional a discussão sobre o rebaixamento da maioria penal. Tomando-se por base cartas de leitores enviadas aos jornais de grande circulação nacional, constata-se o quanto vem se difundindo no Brasil a ideia de que “as leis são brandas” e que “direitos humanos servem apenas para a defesa de bandidos”

Para Arantes (2013), os parlamentares, assim como parte da população brasileira, estão posicionando-se em 3 grupos diferentes acerca deste tema, o primeiro grupo defende que é preciso reduzir de 18 para 16 anos a maioria penal, para todos adolescentes capazes de discernir sobre o caráter doloso dos seus atos, e com isso, serem punidos com o mesmo rigor que ocorre com adultos. Sendo comumente caracterizados por um discurso ríspido e julgador, ecoando frases como: “Se podem votar, também podem ser presos”.

Arantes (2013) diz que o segundo grupo, acredita que não é necessário ocorrer uma redução na maioria penal, e sim modificar o ECA, com o propósito de aumentar o tempo máximo das sanções de privação do adolescente, também sendo importante um endurecimento no código penal brasileiro, para punir com maior rigor aqueles que utilizam de adolescentes para o cometimento de atos inflacionários.

Arantes (2013) diz que o terceiro grupo é contrário a redução da maioria penal, assim como o aumento do período de privações de liberdade, para este grupo o que se precisa fazer é cumprir integralmente o ECA, principalmente no tratante do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, pois junto a outras medidas essenciais, como o aperfeiçoamento das políticas sociais básicas, pode-se reduzir significativamente o cometimento de atos infracionais pelos adolescentes, e também reduzir os índices de reincidências.

Portanto, percebe-se que existem diversos argumentos contrários a diminuição da maioria penal, os autores defendem que penalizar um adolescente com o mesmo vigor que um adulto não trará os benefícios que a sociedade apoiadora espera com tal medida, pois segundo eles, privar o adolescente no mesmo sistema punitivo que são conduzidos os adultos, condenará o futuro deste jovem, excluindo da

escolarização, formação técnica e profissional, além de estarem num ambiente ainda mais hostil que o da socio-educação.

Ficou claro a existência de um grupo de pessoas que apoiam um meio termo quanto a redução da maioridade penal, são aqueles que defendem que as regras atuais do ECA devem ser revisadas, afim de aumentar a quantidade de anos de sanção internação do adolescente infrator, também defendem um endurecimento no código penal brasileiro, para que os adultos que forem incriminados por aliciamento de menores sejam condenados com maior rigor, e com isso inibir a utilização deste tipo de “mão de obra” do crime organizado.

Os argumentos dos que defendem e tentam reeditar o ECA e código penal brasileiro, são baseados principalmente no fato de que o adolescente infrator tem plena consciência do ato criminal que está cometendo, e que portanto, a sociedade não deve apresentar medidas especiais para estes jovens, pois se sabem das consequências que seus atos têm, devem sim ser responsabilizados com todo o vigor da lei brasileira, independentemente de sua idade.

Segundo Alves *et al* (2009, p. 74):

... o principal argumento utilizado pelos que defendem a redução da maioridade penal é o de que os adolescentes já têm plena consciência de seus atos, sendo, portanto, responsáveis pelos mesmos. Podemos perceber aqui que, nesses casos, ter ou não a consciência dos próprios atos é determinada por aspectos cronológicos e biológicos, um atrelado ao outro, deixando de lado fatores sociais, educacionais, culturais, etc.

Alves *et al* (2009) argumentam que estes grupos a favor da redução da maioridade penal também criticam o limite de 03 anos de internação do ECA, com a justificativa de que adolescentes com esse tipo de conduta antissocial e agressiva, terem origem por um transtorno de conduta (CID-10, 2008), e que por isso, não haveria previsão possível para o tratamento, essa psicopatologia necessitaria de muito mais do que os 03 anos para ocorrer a reabilitação, ou seja, seria possível construir em torno da conduta violenta do adolescente, uma sintomatologia passível de diagnóstico de psicopatologia.

Os estudos referentes à maioridade penal, que os defensores da permanência do modelo atual do ECA, apoia-se num discurso norteado pelo argumento de que a atual punição é eficaz, mas que as políticas públicas do estado têm sido negligenciadas no trabalho preventivo, ou seja, o estado não tem conseguido garantir

os auxílios necessários para as famílias em situação de risco, falhando em oferecer saúde pública de qualidade, educação, saneamento e moradia.

Com base nos autores citados acima, para seus defensores, não adianta aumentar a punição aos jovens, pois os índices não iram ser reduzidos enquanto a nossa sociedade não for organizada o suficiente para garantir todos os direitos que um cidadão precisa ter. Isso explica por que os filhos descendentes de camadas privilegiadas da sociedade, tendem a passar longe de conflitos com a lei, enquanto os filhos dos pobres, passam por um risco significativo de ocorrer, durante sua adolescência, uma migração para o crime organizado.

Neste mesmo sentido, os apoiadores da diminuição da maioria penal, baseiam seus argumentos em pressupostos como: “se o adolescente pode votar, pode ir a cadeia” ou seja, partem do princípio de que se o adolescente tem consciência dos seus atos, ele deve pagar por seus atos na mesma rigurosidade que se tem com um adulto.

Esta linha de raciocínio entende que o período máximo de internação prescrito em nosso estatuto, é ineficiente para corrigir os atos infracionais, pois este período não seria suficiente para trazer um temor por receber uma internação do estado, e com isso o delinquente não mediria as consequências, caso for necessário realizar uma atividade criminosa.

Encontra-se, também, grupos que defendem um meio termo da lei, estes argumentam que é necessário um enrijecimento das penas prescritas aos adolescentes, aumentando a quantidade máxima de anos de sanção para aqueles que cometerem um crime hediondo. Também são favoráveis a uma alteração do código penal, aumentando a quantidade de anos de prisão para pessoas que direta ou indiretamente utilizarem de adolescentes para atos criminosos.

Finaliza-se com a compreensão de que existem três vertentes quando o assunto é maioria penal, é um diálogo que vem se estendendo por vários anos, atravessando governos, tanto de viés de esquerda ou de direita, mas que por se tratar de um tema tão delicado ainda não se encontrou o meio termo ideal para satisfazer as demandas da população, que clamam por uma sociedade mais pacífica. Esse debate não pode ser engavetado, pois no atual contexto do Brasil, os índices mostram claramente que o país tem falhado nesta questão.

2.3 PODER DA ESCOLARIZAÇÃO CONTRA A CRIMINALIDADE

A escolarização do adolescente é uma importante ferramenta para o desenvolvimento dos princípios da moralidade civil do jovem. Nesta etapa, será feito um levantamento de diversos autores que pactuam com a importância da formação escolar para o desenvolvimento deste jovem em sua vida adulta.

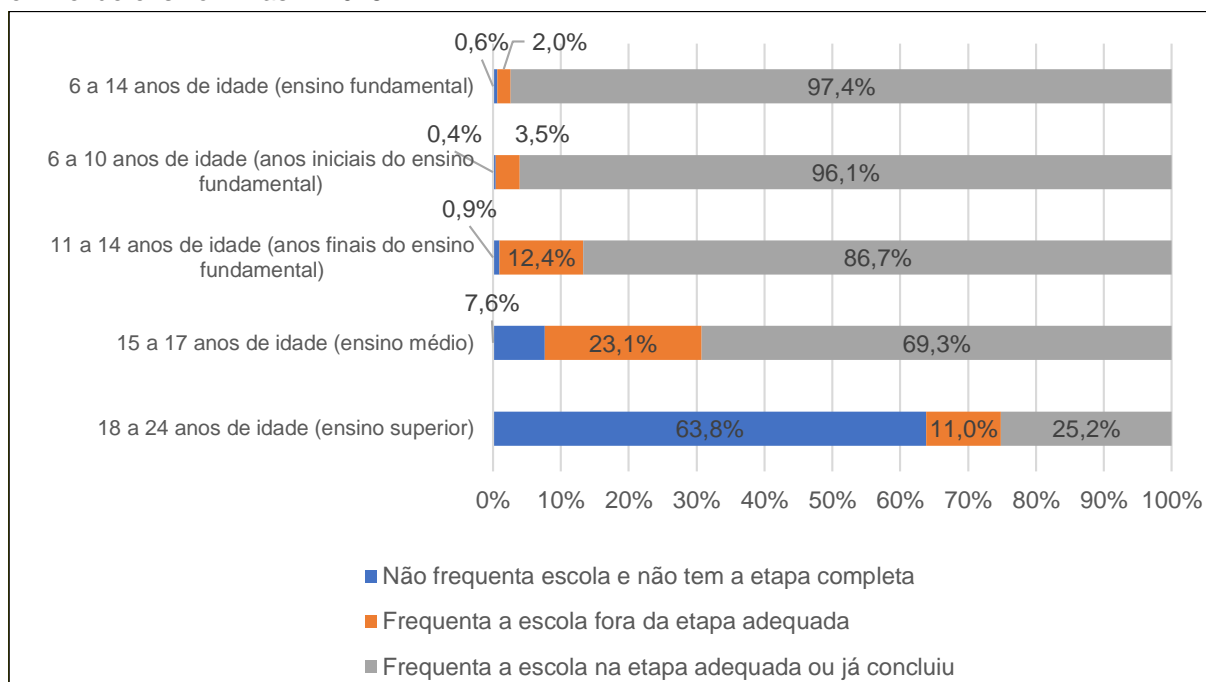
Para compreendermos as consequências que a evasão escolar traz para o jovem brasileiro, precisamos entender a situação atual do país quanto aos índices nacionais e regionais de evasão escolar.

Esse entendimento é necessário para conseguirmos mensurar o tamanho da população afetada por deixar de frequentar a escolarização precocemente. Nesse sentido, o IBGE (2019) trouxe diversos indicadores sobre setores como renda básica, assistência sanitária e educação, tomando como base os dados do censo IBGE 2018.

Na Figura 1, apresenta a realidade nacional com relação a adequação da idade-etapa de escolarização para pessoas entre 6 e 24 anos de idade. Verifica-se que à medida que avança a idade das pessoas, a frequência na escola na etapa correta ou que já concluíram a referida etapa diminui, saindo de 97,4% com as pessoas entre 6 e 8 anos de idade para 25,2% para pessoas com idade entre 17 e 24 anos.

Chama atenção, também, neste gráfico, que a frequência de pessoas que não estão na escola ou não concluíram a etapa aumenta expressivamente entre os adolescentes com mais de 15 anos de idade, de forma que 7,6% das pessoas com idade entre 15 e 17 anos não frequentam a escola ou não tem a etapa completa, na faixa etária entre 18 e 24 anos este número aumenta para 63,8%.

Figura 01 - Adequação idade-etapa para pessoas entre 6 e 24 anos de idade, segundo grupos de idade e nível de ensino - Brasil - 2018.



Fonte: Adaptado de IBGE (2019)

Pode-se identificar, também, nesta figura, que a quantidade de pessoas que frequentam a escola fora da etapa adequada aumenta à medida que aumenta a idade, sendo mais expressivo na faixa etária entre 15 e 17 anos de idade, onde podemos identificar que existem 23,4% de jovens cursando a escola, mas fora da etapa ideal, ou seja, com atraso em seus estudos, seja por repetência, evasão temporária ou outras circunstâncias.

Assim, mesmo havendo a garantia, por lei, da possibilidade de matrícula escolar dos jovens entre 4 e 17 anos de idade, verifica-se que a situação começa a se agravar a partir dos 11 anos de idade, ou seja nos anos finais do ensino fundamental.

Segundo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), o atraso dos estudantes com idade entre 15 e 17 anos é 4 vezes maior para aqueles que pertencem aos (20%) da população brasileira mais pobre, além de que (11,8%) dos jovens dessa faixa etária abandonaram a escola sem concluir a educação básica obrigatória, totalizando um total de 737 mil jovens (7,6%) fora da escolarização sem a sua conclusão, onde a maior parte desse percentual abandonou sem completar o ensino fundamental (64,7%).

O IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) mostra que os números do abandono escolar ainda são um problema que o sistema de educação brasileiro não conseguiu resolver, ao contrário, os índices de evasão escolar dos estudantes do ensino médio tem aumentado nos últimos 2 anos.

Para Salatiel e Fernandes (2017) Esse fenômeno colabora para que os estudantes de camadas pobres da sociedade abandonem a escola por motivos de desinteresse pelos estudos, ou mesmo que sejam “forçados” a sair da escola devido a todo um ritual de abandono perpetrado pelo corpo docente das escolas, que insistem em ignorar o contexto socioeconômico que essas crianças e adolescentes estão inseridos.

Para Oliveira (2011) o processo de escolarização no contexto capitalista é fundamental para a nossa formação enquanto seres humanos, mesmo conhecendo as limitações dos meios educacionais existentes atualmente, entender as possibilidades e limitações desse processo é fundamental para que consigamos uma melhora no atendimento de nossos adolescentes e crianças, ganhando relevância as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica, que demonstra a escola como um fator importante, mas não o único na formação do sujeito.

Neste sentido, Oliveira (2011) através da sua análise da pedagogia Histórico-Crítica, demonstra que não podemos apenas confiar no poder da escolarização dos nossos jovens como meio para a construção do seu caráter ético, pois apesar da educação ser de extrema importância para o desenvolvimento do adolescente, outros fatores como meio social, poder econômico e personalidade vão determinar a sua conduta moral.

Além da escolarização técnica-científica, verificamos através de Carneiro et al (2016) que é necessário, principalmente para o adolescente infrator, a possibilidade do acesso, seja por meios formais ou informais, de conteúdos relacionados ao lazer, ou seja, é importante para o adolescente uma institucionalidade do tempo do lazer, com uma variedade de atividades, pois sem um planejamento sistematizado, acabam comprometidos pela monotonia e pelo tédio.

Percebe-se com isso, que os espaços físicos da escola vinculados ao lazer (Patil, quadra poliesportiva e salas multiuso) devem ser plenamente aproveitados pelos professores de educação física, pois o esporte quando sistematizado em um planejamento de aula, é uma importante ferramenta de combate ao crime, uma vez que colabora para propagação de valores morais entre os jovens, além de preservar

o espírito competitivo do adolescente em momentos oportunos, ou seja, em momentos ligados ao esporte.

Para Pereira (1993, p. 7), “O lazer está dependente da educação, dos padrões culturais, das oportunidades que a comunidade oferece, assim como das condições socioeconômicas da família. Assim sendo, o lazer reflete os valores culturais da família e do status que representa”.

Todo o amplo espectro da educação, segundo Assis e Constantino (2005, p. 83):

Em 2002, 51% dos adolescentes com medida de internação no País estavam fora da escola no momento da apreensão e 6% eram analfabetos. Chama ainda atenção a defasagem entre a idade e o nível de escolarização: 89,6% dos adolescentes internos não concluíram o Ensino Fundamental, apesar de se encontrarem na faixa etária dos 16 a 18 anos, equivalente ao ensino médio.

Para maximizar os benefícios que a educação trás, principalmente entre as camadas sociais de menor poder aquisitivo, é importante garantir ao jovem a conciliação de sua jornada estudantil com alguma atividade de trabalho remunerado. Pois os jovens irão associar diversos elementos positivos entre estas duas atividades importantes para o seu crescimento pessoal.

Para Amazarray *et al* (2009), adolescentes tendem a associar elementos positivos na jornada conjunta de estudo e trabalho, para eles, quando é possível atrelar estes dois pontos em sua rotina, significa que seus esforços resultarão em uma construção positiva a longo prazo de conexões profissionais para almejar uma ascensão de seu emprego no futuro, além do pensamento ligado a sua independência financeira, trabalhar e estudar lhe confere status de um adulto jovem, pois apresenta diversas responsabilidades que são comuns aos adultos e não aos adolescentes de modo geral.

Percebe-se com as palavras de Amazarray *et al* (2009), que trabalhar durante a juventude é benéfico para o adolescente no sentido de que através da sua remuneração, mesmo que pequena, faz deslumbrar um caminho de maior prosperidade para a sua vida adulta.

Neste sentido Amazarray *et al* (2009, p. 231) diz:

... identificaram a família como a principal responsável pela inserção laboral dos jovens, razão pela qual estes não conseguiam vislumbrar o que significava para eles mesmos o trabalho, descrevendo-o como uma obrigação para ajudar na economia doméstica. Além disso, o trabalho representa

independência e constitui a base para o consumo, ainda que em patamares mínimos, de bens valorizados socialmente e que a família não pode financiar.

Através do trabalho o adolescente consegue, portanto, ajudar a sua família na economia doméstica, além de iniciar o seu processo de independência financeira, que fortalece o seu amadurecimento enquanto cidadão que consome bens e serviços, conseguindo adquirir abjetos valorizados socialmente que sem o vínculo trabalhista não seria possível de obter.

Segundo Mendonça (2002), quando analisamos a participação dos adolescentes com idade entre 10 e 14 anos com presença no mercado de trabalho e a relação entre frequência escolar e evasão dessa etapa de socialização, observou-se que estes jovens estavam longe de terem condições de desenvolvimento integral.

Uma das maneiras que a educação colabora para que o jovem não veja o crime como algo que valha a pena se arriscar, é ao chegar nas etapas finais de sua adolescência, onde conseguindo avançar as etapas da educação com sucesso, terá por volta de 17 anos de idade, e conquiste nesse momento a importante escolha de continuar os estudos e prosseguir para o ensino superior/técnico ou seguir direto para o mercado de trabalho.

Neste sentido, Sparta e Gomes (2005, p. 46) afirmam que:

A adolescência é uma fase da vida caracterizada por uma série de mudanças, não só fisiológicas, cognitivas e psicológicas, mas também em relação aos papéis sociais a serem assumidos pelo indivíduo. Entre estes, destaca-se o papel de trabalhador. O jovem brasileiro que chega ao fim do ensino médio é chamado a fazer escolhas profissionais e pode optar pela continuação dos estudos ou pelo ingresso imediato no mercado de trabalho. Uma das alternativas disponíveis para que o jovem continue seus estudos é a educação superior.

Sparta e Gomes (2005) dialogam com a decisão que a maioria das pessoas que conseguem chegar ao fim da adolescência com o ensino médio concluído passam, que é encaminhar-se direto para o mercado de trabalho, que vai lhe oferecer um salário de nível médio, que garante o mínimo para a sua subsistência, ou continuar estudando numa universidade ou curso técnico/profissional e almejar com isso, um maior poder econômico futuro.

Para Sparta e Gomes (2005) Independentemente da escolha da pessoa, o que percebe ser fundamental, nesta questão, é dar condições para o adolescente conseguir chegar à sua maior idade com a possibilidade de escolher o que ele considera melhor ou mais importante para a sua vida. Chegando a este momento sem

reprovações ou evasão escolar, o adolescente terá o que sonhar, ou mesmo ter perspectivas para o futuro, diminuindo assim, as chances deste se desvincular depois de adulto para o mundo do crime.

Nesse sentido, concordo com Vasconcelos (2007), quando diz que a escola é um *locus* fundamental de educação para a cidadania, ou seja, é um instrumento fundamental para a formação cívica do ser humano e principalmente dos jovens. Nela conquista-se os princípios básicos das singularidades e diferenças uns dos outros, também proporciona a responsabilidade comunitária, o conhecimento rigoroso e metódico da vida e das coisas. A educação junto a escola garante um horizonte mais amplo onde as crianças e jovens escrevem suas vidas.

Com as palavras de Vasconcelos (2007), percebe-se que a escola, quando organizada com responsabilidade e compromisso, é uma das mais importantes ferramentas para a construção do cidadão de bem, e por isso, é tão danoso para o jovem evadir por qualquer motivo que seja deste convívio intelectual e social que a escola fornece. Além de lhe capacitar com os conhecimentos científicos, como visto nas palavras de Vasconcelos (2007), a escola também ampara o jovem culturalmente, lhe proporcionando diversas experiências positivas.

Nesse sentido Minayo (2014, p. 257) diz:

Claude Chesnais (1981), na obra clássica em que analisa 200 anos de violência na Europa, tem uma frase contundente a respeito da relação desse fenômeno com a educação. Diz o autor que mais fizeram pelo decréscimo da violência social e dos homicídios na Europa a educação formal e a melhoria de vida da classe trabalhadora do que todos os aparatos repressivos.

Minayo (2014) mostra a importância que é para uma sociedade desenvolvida investir em melhorias na educação, onde na Europa percebeu-se que a educação foi mais eficaz no combate aos crimes violentos do que qualquer aparato de repressão, ou seja, a melhor maneira de diminuir a violência é através de investimento educacional, pois com a população instruída, atividades criminosas passam a gerar repulsa na sociedade.

É importante ressaltar que existem diversas formas de se transmitir a escolarização. A mais comum e difundida é através do modelo de escola tradicional, onde uma pessoa especialista em alguma ciência específica ministra o seu conteúdo, e ao longo do ano este vai sendo aprendido pelos estudantes. Porém com o mundo cada vez mais globalizado, introduziram-se novas modalidades como o ensino a

distancias (EAD), e durante o século XX, houve um esforço para se ensinar através das mídias televisivas. (BÉVORT; BELLONI, 2009).

Nesta época foi criada a expressão “educação para as mídias” ou “mídia- educação” que surgiu na UNESCO, na década de 60, com o objetivo de alfabetizar em grande escala as populações privadas de estruturas de ensino e de equipe de pessoal qualificado (BÉVORT; BELLONI, 2009).

A mídia tem suas vantagens e também suas desvantagens em relação ao aprendizado, mas cabe aos pais, professores, e toda a sociedade saber utilizá-la para meios didáticos e benéficos. Sua utilização na educação se bem empregada pode trazer grandes resultados e ajudar na formação de um indivíduo, o que é imprescindível para o exercício da cidadania.

Portanto, pode-se afirmar que a educação é uma das formas mais eficazes e inteligentes de diminuir o índice de violência de uma sociedade, pois a escolarização é construída de maneira a não apenas ensinar os conceitos básicos das ciências humanas, biológicas ou exatas, e sim a formação do jovem quanto cidadão de direito e deveres. Através da escolarização, a pessoa vai desenvolvendo a sua vida particular, que durante a infância e juventude, transpassa pela escola. É nessa instituição que provavelmente irá conhecer pessoas marcantes em sua vida, e que formarão laços que muitas vezes são permanentes.

Infelizmente, apenas a oferta da escola gratuita não é o suficiente para os pais e inclusive os próprios estudantes desejarem permanecer nesta instituição até completar o seu ciclo de alfabetização. Como visto, fatores tais como pobreza, desemprego, gravidez e violência acabam sobressaindo aos benefícios da educação.

2.3.1 A influência da evasão escolar na criminalidade infanto-juvenil

A permanência do adolescente na escola é fundamental para minimizar o risco de deslumbramento que o tráfico de drogas traz para seus envolvidos, num contexto de baixa escolaridade, pouquíssimo acesso a diversidade cultural e desemprego, ganhar quantias significativas de dinheiro e ascensão social dentro de sua comunidade, pode seduzir parte dos adolescentes que abandonam a escolarização.

Em reportagem da BBC Brasil, Guimaraes (2017, p.1) elucida o processo de recrutamento do jovem evadido da escola: "Muitos meninos que se afastam da escola são, de fato, recrutados pelo tráfico de drogas e são socializados de forma perversa.

E isso provavelmente deverá se repetir se a pesquisa for reproduzida em outros locais, pois a diferença estatística é grande".

O adolescente envolvido com o crime organizado dificilmente permanece na escola, suas atenções deixam de ser os ensinamentos da ciência da natureza, ciências humanas, linguagens e códigos, afinal seu interesse está longe desses importantes conhecimentos, seu mundo é outro, o que necessita aprender é diferente. A forma como se vestir, falar e se comportar diante das diversas situações peculiares que este meio do crime organizado apresenta, tornam-se sua nova prioridade de vida, e com esse esvaziamento curricular, as chances deste adolescente se recuperar socialmente é cada vez menor, conforme os anos de ausência da escola vão aumentando.

Numa outra reportagem, desta vez do Jornal Hoje em Dia, os autores Mariano e Moreno (2017, p.1) destacam a ponte entre o abandono escolar e o crime organizado na juventude:

O abandono dos estudos pode ser uma ponte direta para a vida do crime. Dados preliminares de um estudo que será lançado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), no próximo mês, apontam que 70% dos jovens brasileiros entre 14 e 19 anos que são vítimas ou autores de homicídios estão fora da escola há pelo menos dois anos.

O afastamento da escolarização antes de concluir o ensino básico, na contemporaneidade, é um catalizador para sentimentos de frustração profissional, pois a pessoa fica incapacitada de obter aumento da renda por meio de promoção no emprego, o que diminui o seu poder econômico para adquirir bens de valor elevado.

Mas no contexto do adolescente, que ainda está formando sua personalidade, deixar de ter sonhos, possíveis apenas através das conquistas que a escolarização pode lhe fornecer com o sucesso profissional é um perigo, pois após abandonar a escola, não deixará de ter sonhos, de ter vontade de proporcionar uma vida digna a seus pais, neste momento o crime organizado entra com a sedução da "fama" e dinheiro.

Segundo Becker e Kassouf (2017, p. 216):

... a educação pode alterar as taxas individuais de preferência no tempo ou de aversão ao risco. Becker e Mulligan (1997) mostraram que a escolaridade pode aumentar a paciência dos indivíduos. Arrow (1997) mostrou ainda que a escolaridade afeta diretamente os custos psíquicos de desobedecer às leis. Logo, indivíduos mais pacientes e mais avessos ao risco provavelmente irão considerar as punições do crime mais custosas.

Pode-se refletir, portanto, que um indivíduo que sempre foi direcionado a concluir os estudos, acaba por interiorizar noções de comportamento, respeito e convívio em sociedade de forma mais intensa. Isto acontece, porque a educação é capaz de conscientizar e criar um senso crítico no indivíduo de tal forma, que ele passe a reconsiderar a execução de um crime, por temer com mais discernimento o rigor das leis.

Neste sentido, Oliveira (2011) mostra que a evasão escolar ocorre em muitos casos, devido ao tratamento preconceituoso de colegas e profissionais da área da educação, e que este fator se torna relevante no envolvimento destes com práticas ilícitas. Assim como as condições precárias dos estabelecimentos educativos também podem ser determinantes. Essa taxação de aluno problema, rebelde, ou mesmo agressivo, torna-se parte do cotidiano do indivíduo, que perde o interesse pelos estudos e assume a “identidade bandido”, trilhando com isso, justamente a expectativa social projetada por quem o discrimina.

Oliveira (2011) diz que é perceptível a falha, enquanto instituição formadora de cidadãos, quando existem casos em que a evasão escolar está correlacionada ao tratamento hostil, que é feito com o adolescente que não apresenta um comportamento adequado às expectativas da escola. Tanto os outros adolescentes, quanto a equipe pedagógica, tendem a criar um perfil nocivo e perigoso para aqueles alunos que não se adequam ao padrão, podendo com isso criar um potencial adolescente infrator no futuro.

Esta falha do tratamento com o aluno, segundo Barreiros (2008) podem ter ligações com as precárias condições que são ofertadas aos profissionais do magistério, como baixo salário, a própria indisciplina do aluno e falta de oferta de materiais pedagógicos diminuem o empenho do professor em lidar com situações adversas observadas por Oliveira (2011).

Pensando nessa questão da rotulação do adolescente, onde é notório uma pressão social para que o jovem pertença ao padrão de comportamento e aprendizagem desejado pelos professores e colegas de classe, analisamos algumas pesquisas recentes, que apontaram existir uma diversidade de fatores que fazem o adolescente tornar-se um indivíduo agressivo com o meio em que vive, entre os principais fatores estão o consumo de bebidas alcoólicas, drogas ilícitas, tabagismo, sedentarismo, violência familiar e evasão escolar.

Segundo Andrade et al (2012, p. 1726):

O consumo de álcool e drogas ilícitas entre os adolescentes apresenta associações similares às aquelas citadas para o envolvimento em situações de violência física. A distribuição desses fatores é distinta entre meninos e meninas, sendo que os comportamentos de risco são mais frequentes no sexo masculino. Religiosidade, supervisão familiar, relacionamento satisfatório com os pais, bom desempenho escolar e integração na escola foram identificados como fatores de proteção para os adolescentes em relação à exposição a situações de violência física entre os pares.

Percebe-se, com as palavras de Andrade et al (2012), que a religiosidade, supervisão familiar e integração na escola são fundamentais para proteger o adolescente de situações de violência física, que corrobora com o consenso de que a educação tem um papel fundamental em diversos setores da vida do adolescente, pois o engajamento escolar protege indiretamente o jovem de situações de risco, principalmente aqueles ligados a delinquência.

Queiroz (2001) constatou que para os pais ou responsáveis, os principais motivos da evasão escolar de seus filhos são as “más companhias” e a violência no interior da escola, quando questionados sobre essas “más companhias”, os pais ou responsáveis afirmam que devido a sua rotina exaustiva de trabalho durante o dia todo, acabam não conseguindo ter um controle satisfatório no que diz respeito a suas amizades e também nas suas atividades didáticas.

Queiroz (2001, p.11) argumenta em seu estudo “...que tanto a Escola quanto a Família, se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais externas e internas que interferem no processo socioeducativo da criança”.

Neste sentido, Monteiro e Arruda (2011) mostram que as condições socioeconômicas são um fator importante para a ocorrência de evasão escolar por motivos de violência nas escolas, principalmente nas escolas localizadas em regiões urbanas com imediações dominadas por tráfico de drogas. Estudos da UNESCO mostram que, desde 1997, quase 2000 brasileiros, com idade de 15 a 29 anos, foram mortos em decorrência de violência dentro das escolas, e que, de cinco mil jovens entrevistados, 60% responderam já ter sofrido algum tipo de agressão na escola.

Outros estudos buscam compreender como e por que o adolescente se torna um aluno problemático. Segundo Priotto e Boneti (2009), pesquisas mostram que existem muitos estudos buscando compreender o aluno adolescente, como vítima e/ou agressor da violência escolar, onde acabam por serem estigmatizados socialmente como violentos e, portanto, excluídos. Para os autores, estas condutas violentas são oriundas de uma necessidade de reconhecimento do adolescente, que

acaba cometendo atos violentos dentro e fora da escola em situações de extrema desvantagem, decorrentes do estigma criado.

Nesse contexto da violência dentro e fora da escolarização, existe um sintoma com um potencial grande de dificultar a continuidade da vida do jovem, que é a prática de pequenos delitos por parte deste adolescente, onde segundo Cerqueira (2016, p.30):

A prática de pequenos delitos e crimes torna-se uma constante na vida do adolescente na proporção do esgarçamento do grau de concordância com os valores sociais estabelecidos. Em algum momento à frente, o jovem termina sendo preso, o que acarretará inúmeras consequências, como: a perda esperada de capital humano (uma vez que a prisão pode afastar definitivamente o jovem da escola); o estigma, que o afastará de muitas boas relações humanas e da possibilidade de obter emprego no momento do seu retorno ao convívio social; e um maior aprendizado e estabelecimento de novas relações na escola do crime.

A partir das palavras de Cerqueira (2016) percebe-se a gravidade que é para o adolescente se associar a práticas criminosas, mesmo que não envolvam crimes hediondos, pois caso seja punido com internação sansão do estado, as chances desse jovem caminhar para um distanciamento da escolarização e, em contrapartida, se envolver cada vez mais em atividades de cunho criminoso aumenta significativamente.

O principal problema que se observa nesta questão, é que durante o período de internação, como já citado pelo autor, está no distanciamento de bons empregos, do convívio social que lhe agregue boas experiências, da rotina escolar, pois estará trancado 24 horas por dia com outros adolescentes com o mesmo, ou até pior perfil social que ele.

É necessário expor que se trata de um apontamento das consequências que o aprisionamento do jovem, causa para o seu futuro enquanto estudante. Infelizmente medidas precisam ser tomadas com qualquer cidadão que descumpra com a ordem social, entretanto é impossível negar que o interesse pelos estudos tende a cair depois que o adolescente passa pela experiência do encarceramento.

Percebe-se ao longo deste diálogo bibliográfico, o quanto a violência nas escolas colabora para o desempenho do aluno ser negativo, pois segundo Teixeira (2011), dentre outros fatores, a violência escolar é um dos pilares para a ocorrência de baixa concentração e diminuição da frequência de alunos, que por consequente

diminui o capital humano, que é fundamental para o processo de desenvolvimento socioeconômico de qualquer país.

Teixeira (2011, p.51) complementa dizendo:

“Verificou-se que existe uma relação diretamente proporcional e estatisticamente significativa entre a taxa de abandono escolar defasada em um período e as taxas de homicídios nos estados em questão. A partir desse resultado pode-se inferir que um ano após abandonar a escola, no início do ensino médio, o jovem apresenta uma maior probabilidade de cometer crimes. Nesse período de um ano, ele pode ter se defrontado com diversas dificuldades: baixos salários no mercado de trabalho formal, elevadas taxas de desemprego, ou ainda pode ter sido influenciado negativamente por gangues. Todos estes aspectos incentivam a entrada do jovem no “mundo do crime”

Teixeira (2011) mostra que as principais consequências que o jovem absorve para si, caso venha abandonar a escolarização, é sujeitar-se a baixos salários. Afinal, majoritariamente apenas os melhores qualificados conseguem ter uma renda mensal satisfatória, risco de ficar longos períodos desempregado, e conseqüentemente, ter maior tendência a participar de gangues ligadas a facções criminosas, que por fim, levam este sujeito ao “mundo do crime” sem volta.

Assim, verifica-se que a evasão escolar é um forte indicativo para que o adolescente se torne um infrator da justiça. Através da bibliografia constatou-se que o principal problema gerado, para o jovem evadido da escola, são os rumos distorcidos que a sociedade encaminha aqueles que escolhem parar de frequentar a escola.

Neste sentido, constata-se, como principal influência da evasão, na criminalidade infantil, a dificuldade desses jovens de conseguirem se estabilizar financeiramente.

Fatores como, bullying, violência dentro e fora da escola, engajamento com facções e responsabilidades com a renda familiar são os principais causadores do fracasso social daqueles que abandonam a escola precocemente, e que por esses meios acabam em algum momento de sua vida, cometendo atos infratores, que em muitos casos, envolvem até mesmo crimes hediondos.

2.3.2 As consequências da evasão escolar para a adolescente mulher

Para Bruno et al (2009) A adolescente mulher, quando apresenta uma gravidez não planejada, tem grandes dificuldades em permanecer na escola, pois os cuidados com a amamentação, higiene e a própria demanda por tempo afetivo que seu filho

traz, gera consequências para o seu desenvolvimento estudantil, que em muitos casos, principalmente nos que a mãe não consegue ter suporte familiar do pai ou avós, culminam em uma precoce evasão escolar.

Segundo Oliveira (2005), através de dois estudos realizados com grávidas e mães adolescentes de periferias de grandes centros urbanos, todas as entrevistadas disseram que direta ou indiretamente convivem com situações de pobreza e riscos, principalmente os que envolvem o tráfico de drogas e o uso abusivo de drogas. Percebeu-se, claramente, que falas sobre roubos, situações envolvendo ameaças, fugas, assassinatos com requintes de crueldade, prostituição, abuso sexual e violência doméstica, de maneira geral, eram comuns para o cotidiano do ambiente aos quais viviam.

Bruno et al (2009) mostrou que as condições sociais e econômicas da adolescente são uma variável importante para a chance de ocorrer uma gravidez não planejada. Foi identificado que mais de 60% das adolescentes entrevistadas já não frequentavam mais a escola. Dentre as que permaneciam na escola, a maioria apresentava um perfil de baixa escolaridade. Para os autores, estes fatores são importantes para a primeira gravidez, e o fato de ocorrer uma gravidez, não constitui um fator de proteção para que não ocorra uma segunda gestação, pois segundo o estudo apenas 38,5% delas estavam matriculadas no segundo grau.

Neste sentido Bruno et al (2009, p. 483) explicam que:

Não existe consenso e são poucas as evidências para responder porque a adolescente que passou pela experiência da maternidade precoce e conhece os métodos de contracepção engravida novamente. Evasão escolar, baixa escolaridade, saída da casa dos pais, suporte familiar inadequado, idade inferior a 16 anos na primeira gravidez e uso de drogas são os fatores de risco apontados por diversos autores. Uso de contraceptivos hormonais de longa ação, nível de escolaridade compatível com a idade, relacionamentos estáveis e melhores perspectivas de vida são indicados como fatores de proteção.

O abandono escolar, saída da casa dos pais e uso de drogas, são fatores de extremo risco para a adolescente com gravidez indesejada. É demasiado o risco para uma jovem com este perfil vir a envolver-se com algum companheiro criminoso, e conseqüentemente acabar entrando neste ciclo nocivo do uso e venda de drogas, que inevitavelmente acabam numa unidade socioeducativa ou pior, em seu óbito.

Segundo Ximenes Neto et al (2007), quando uma jovem engravida durante a adolescência, quase sempre significa a destruição de seus planos e sonhos,

desajustando sua vida social, levando a passar por momentos de crise familiar, escolar e dependendo de seu grau de ajuste de personalidade pós parto, encaminhando-a para uma grave crise de depressão que pode acarretar em tentativas de aborto ou mesmo suicídio.

Pensando no lado social, para Dias e Teixeira (2010) a gravidez durante a adolescência apresenta alguns fatores predominantes para a sua ocorrência, os principais são: pobreza, evasão escolar, desemprego, trabalho de baixa qualificação e salário, separação conjugal, situações de violência doméstica e maus tratos durante a infância, estes fatores culminam na negligência de engravidar ainda na adolescência.

Verifica-se que existem muitas variáveis que levam uma adolescente a engravidar, e que muitos destes acarretam no abandono precoce dos estudos devido as novas necessidades e obrigações que surgem com o nascimento do filho. A mãe que ainda deveria estar amadurecendo o seu corpo físico e sua personalidade, se vê obrigada a enfrentar as dificuldades que provavelmente viu sua mãe passar durante a infância, só que agora ela é quem é o personagem principal deste enredo.

Neste sentido, Dias e Teixeira (2010, p. 125) explicam que:

... tanto a evasão anterior à gestação (20,5%) quanto a evasão posterior (40%) estão associadas ao fenômeno de gestação na adolescência. Oliveira (1998) refere que o abandono da escola pode ser fruto do constrangimento, da pressão de professores, de diretores e da própria família, que julgam essa situação como vexatória.

A pressão social que é imposta na adolescente, segundo os dados acima, mostra que a responsabilidade de criar o filho vem acima de qualquer situação ou necessidade da mãe. Atrelado a isso, existe ainda o agravante do preconceito de seus familiares e inclusive de membros do corpo docente onde estudava, ou seja, a jovem é julgada pelos seus pais, pela escola, pelos amigos, forçando-a a seguir caminhos que se distanciam da escolarização, formação profissional e afins, para se tornar uma “mãe de família”.

Outro aspecto importante, segundo Chalem et al (2007), é que a proporção de jovens com idade entre 15 e 18 anos que evadiram a escola segundo a fundação Seade, fica em torno de 25%, tratando-se do panorama da cidade de São Paulo. Porém no estudo de Chalem et al (2007) encontrou-se índices de 67,3% de evasão escolar.

Chalem et al (2007) diz Tratar-se de um número alarmante, pois a evasão escolar da adolescente atrelada a gestação precoce, traz consequências impactantes não apenas para a mãe, como também para o filho que está sendo gerado e também para a sociedade de maneira indireta, por que, geralmente nesta faixa etária, uma das únicas formas de inserção social e crescimento econômico é através do incremento do seu currículo profissional.

Os principais fatores de riscos segundo a bibliografia pesquisada são: uso de drogas, violência doméstica, separação conjugal e envolvimento com atividades e/ou pessoas ligadas a crimes. Mas como exigir da família todo esse cuidado com sua filha adolescente, se a própria mãe também sofreu ou continua sofrendo destes mesmos fatores de riscos?

Seguindo este raciocínio, verifica-se que o problema da gravidez precoce, está mais atrelado a questões externas que internas, no sentido que nosso modelo de cidadania atual não consegue garantir um mínimo de qualidade de vida para as pessoas que não apresentam poder econômico elevado.

No contexto feminino, a gravidez indesejada transforma a vida da adolescente, de tal modo que se torna um problema pessoal, mas também um problema social, pois como visto na literatura, a porcentagem de adolescentes grávidas que continuam os estudos é muito baixa e isto é preocupante, pois perpetua-se um ciclo de famílias com baixa propensão a ascensão econômica, tornando-se famílias vulneráveis intelectualmente e pobres.

2.4 EDUCAÇÃO FÍSICA: PROCESSO HISTÓRICO E RELAÇÃO DO ESPORTE COM A CIDADANIA

Abordar os aspectos históricos que contribuíram para a esportização da educação física escolar é importante para compreender os fenômenos históricos que levaram a educação física a este paradigma, afinal existe uma forte ligação entre os esportes e as práticas desenvolvidas na educação física escolar, descrevendo os principais movimentos que tiveram influência sobre a esportização da disciplina ao longo da sua história.

É importante iniciarmos trazendo uma breve contextualização do primeiro grande movimento envolvendo a educação física do Brasil, não necessariamente envolvendo já o fenômeno esportivo, mas de grande notoriedade para a história da

disciplina, sendo difundido no início do século XX e denominado de movimento higienista da educação física, este movimento antecedeu a esportização da educação física. Nas palavras de Junior e Lovisolo (2005, p.323):

O “movimento higienista” na Europa teve como objetivo central a proteção da população. Os higienistas mediavam, gerando “soluções científicas”, nos conflitos entre o capital e os trabalhadores, procurando desenvolver a saúde da população trabalhadora, a resistência do trabalhador, e melhores condições de trabalho no horizonte do aumento da produtividade ou acumulação das empresas. No Brasil o movimento teve papel semelhante no início da industrialização. Porém, havia um aspecto especialmente preocupante para os higienistas brasileiros, como Oswaldo Cruz, Belisário Penna, Miguel Couto, qual seja, a formação do povo envolvendo o papel das raças e sua miscigenação, daí decorrendo a presença de tendências eugênicas no movimento, que tinham como preocupação a higiene da raça, utilizada como sinônimo de eugenia no Brasil.

Portanto, percebemos que no início do século XX, apresentávamos uma tendência por parte dos governos em querer uma população saudável em sua “raça” e também fisicamente, e para conseguir tais objetivos com a saúde, segundo Junior e Lovisolo (2003), o movimento higienista encontrou na educação física uma oportunidade para instaurar a propagação dos ideais higienistas, com o objetivo de reformular os hábitos das crianças, e com isso, num futuro próximo, ter resultados na população adulta.

Nas palavras de Bracht (1999), a própria constituição da disciplina educação física na instituição escolar do século XVIII e XIX foi influenciada pelo militarismo e pela medicina, por parte dos militares existia a prática dos exercícios sistematizados que foram ressignificados pelo conhecimento médico, através de uma perspectiva que se educasse o corpo para uma promoção a saúde, e essa saúde foi ressignificada para uma perspectiva de nacionalismo.

Tendo grande apoio dos médicos, não podemos deixar de fazer uma contextualização dos métodos ginásticos, que no início do século XX, assim como o movimento higienista, conquistaram grande relevância para a educação física brasileira, principalmente o método ginástico Frances. Soares (1996, p.8) consegue sistematizar de maneira geral, o que é, e como funcionava o método ginástico, segue suas palavras:

A Ginástica compreendia marchas, corridas, lançamentos, esgrima, natação, equitação, jogos e Danças Surgiu na sociedade ocidental moderna como um movimento de caráter popular e sem qualquer relação com a instituição escolar. Este movimento, bastante vigoroso em todo o século XIX, teve sua denominação definida a partir do país de origem e ficou também

conhecido como “escolas” ou “métodos de ginástica” Os mais conhecidos no Brasil foram o Método francês, alemão e sueco, sendo o mais divulgado e que serviu de modelo para um método nacional de ginástica em nosso país.

Podemos perceber o quanto esse método ginástico Frances era uma ferramenta importante para os militares desenvolverem a aptidão física, moral e também enaltecer os princípios de patriotismo quando vemos no Brasil, já no início do século XX coma implantação dos conceitos do método ginástico Frances através de leis, como pode ser percebido no seguinte trecho de Castro (1997, p.06):

No início de 1929, o ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos, publicou um anteprojeto de lei, elaborado por uma Comissão de Educação Física sob sua presidência, que tornava a educação física obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos. Além disso, deveria ser criado um Conselho Superior de Educação Física, que teria por finalidade “centralizar os trabalhos elaborados pelos órgãos técnicos, estudar os documentos provindos do estrangeiro, coordenar todos os elementos próprios à criação do Método Nacional de Educação Física, e, finalmente, vulgarizar por todos os meios e modos tudo que disser respeito ao assunto”. Um artigo deste anteprojeto de lei estabelecia que, enquanto não fosse criado o Método Nacional, seria adotado em todo o território brasileiro o Método Francês.

Ainda de acordo com Castro (1997) Para conseguirem instaurar o método ginástico francês no Brasil, uma das primeiras medidas foi o Centro Militar de educação física criar um curso provisório na escola de sargentos da vila militar do Rio de Janeiro, quem coordenou este curso provisório foi o primeiro tenente Inácio de Freitas Rolim, tal curso teve a sua duração de 1 ano, formando além dos militares, vinte e dois professores civis, que foram designados a trabalharem em escolas do distrito federal, o método ginástico utilizado foi o francês, que foi adaptado para se tornar o método geral, que seria aplicado a todas as pessoas brasileiras, sem que haja distinção de sexo ou idade, ou seja, uma adaptação do método ginástico francês de acordo com o nosso temperamento latino.

De acordo com Goellner (1992) Podemos compreender que o método ginástico brasileiro consistia principalmente na exercitação corporal feita através de exercícios analíticos, corridas, saltos e etc. Com isso a educação física acabava responsável por repassar através de sua metodologia aplicada pelos instrutores de ginástica, os sentidos, códigos e linguagem da instituição militar, tendo os instrutores como responsáveis pela apresentação dos exercícios, dirigir e manter a ordem durante as execuções, e o aluno deveria apenas replicar os exercícios passados pelos

instrutores, o papel do instrutor de ginástica consistia apenas em realizar um treinamento militar dentro da instituição de educação física.

Esboçado de maneira resumida os principais aspectos do movimento higienista da educação física ocorridos na França e a sua adaptação feita para o Brasil no início do século XX, vamos tratar agora do início da esportização da educação física no ambiente escolar.

Afinal, é impossível negar a importância que o esporte conquistou dentro do ambiente escolar brasileiro, principalmente a partir do século XX, que marcou o início do processo de organização e preparação para se tornar massificado como o conteúdo principal da educação física, substituindo o modelo ginástico presente na disciplina até então.

Para Bracht (1999) Pois o esporte e a ginástica fazem parte de um fenômeno polissêmico que nos trazem diversificados sentidos, significados e ligações sociais, podemos citar o movimento olímpico que nos permitiu conferir, através da categoria política da nação, os significados das vitórias serem transformados imediatamente em resultados políticos, sendo assim, o esporte consegue substituir, inclusive com vantagens, a ginástica como técnica corporal que maximiza os princípios que precisam ser incorporados pelos indivíduos.

Nesse sentido, concordamos com Vago (1996) que diz que as escolas enquanto instituições de ensino não poderiam ignorar esse processo histórico de massificação dos esportes como prática cultural da sociedade moderna, pois ele é praticado e difundido em seus espaços e tempos e consolidado como conteúdo da disciplina de educação física e sendo eleito ou imposto como algo importante de ser ensinado aos alunos e por isso é que temos o processo histórico de “o esporte na escola” o esporte entrou no “campo” da escola.

Para Bracht (2000) O esporte, enquanto fenômeno cultural foi sendo introduzido na educação física de maneira que inicialmente não modificou a sua visão hegemônica de função social, que era de um desenvolvimento da aptidão física e do ‘caráter’, mas com o passar do tempo o esporte acabou se impondo a educação física, ou seja, instrumentalizando-se na disciplina para o atingimento dos objetivos da própria instituição esportiva. E esta instrumentalização não vai passar por uma reação crítica por parte da educação física, que pelo contrário irá saudar como elemento de sua valorização dentro da instituição escolar e com isso a educação física torna-se sinônimo de esporte na escola.

Para Tamiosso e Mazo (1991) Nos anos de 1950, as práticas esportivas transformaram-se num espetáculo de nível mundial, e com isso os esportes foram ganhando aos poucos o seu espaço na disciplina de educação física, naquele período surgia o que passou a ser conhecido como Método Desportivo Generalizado. Desde então a prática esportiva tem sido vigorante nas aulas de educação física, o MDG apresentou uma ascensão a partir do período ditatorial de 1964, pois através do esporte o governo canalizou os anseios, esperanças e frustrações da população brasileira, inclusive trouxe a preparação e realização da copa do mundo de futebol masculino de 1970.

Para compreendermos melhor essa afetividade que o esporte tem com o militarismo, é importante ressaltar que existe uma associação próxima entre o militarismo e o esporte, afinal os militares gostam de disciplina, ordem e consequentemente de ginástica e regras, pois os militares tem tempo livre, e com isso promovem o esporte através de sua visão estereotipada em rigidez e disciplina.

Segundo Freire (1989) Além de que era preciso provar para o povo que a ditadura dá certo, ou seja, passar a impressão de que nela é possível alfabetizar, fazer esporte e viver bem, onde existe no futebol o “esporte para todos”, que na verdade é uma falácia, pois durante o regime militar o índice de alfabetismo aumentou juntamente da fome e todas as suas consequências.

Com o Brasil enfrentando uma grande instabilidade política e atravessando a ditadura militar que colaborou para a promoção do método desportivo generalizado nas escolas, o esporte se tornava uma forma brilhante de fazer propaganda política, tanto que no Brasil à relação educação da física com o esporte foi sustentada pelas diretrizes do seguinte artigo 3º do decreto 69.450 (BRASIL, 1971) que diz:

Art. 3º. A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á: I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do sendo moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade. II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.

As informações apresentadas neste decreto deixam claro que o esporte não se tornou esse conteúdo hegemônico na educação física escolar apenas por acaso,

existia naquele momento um apelo para que a educação física se tornasse a disciplina responsável pelo desenvolvimento da aptidão física da população, além de empregar utilidade ao tempo de lazer e também servir como uma peneira para o processo de descobrimento de possíveis novos talentos esportivos que viessem a trazer bons resultados nas competições de alto nível para o país.

Para Daolio (1997) com o fim da década de 1970, ocorre uma proliferação de discursos na educação física contrários ao modelo de aptidão física e iniciação a prática esportiva na disciplina. Pois nessa época os primeiros brasileiros com doutorados no exterior retornam ao país, fazendo surgir os primeiros cursos de pós-graduação, com isso muitos professores de educação física optaram por qualificações acadêmicas em outras áreas, principalmente nas ciências humanas, nascendo novas explicações para o fenômeno que aparentava ser apenas de natureza biológica, crescendo o número de eventos e publicações científicas na área.

É preciso compreender que durante o processo de surgimento dessas novas possibilidades de trabalharmos com a prática pedagógica da educação física escolar, ocorreu também resistências por parte de pensadores contrários a essa mudança do paradigma esportivo.

Daolio (1997) explica que embora tenha ocorrido uma proliferação de discursos na educação física, principalmente após os anos de 1980, estes discursos têm proporcionando intensos debates que em muitas vezes acabam por serem rancorosos pela persistência no hábito de tornar as opiniões divergentes como desiguais, ao invés de apenas diferentes.

Por consequência acabamos por ter um deslocamento do debate público para o âmbito pessoal e com isso cada representante de um discurso da educação física busca atentar-se apenas as vantagens dos ideais ao qual defende, mesmo que em muitas vezes isso acabe em detrimento das considerações que todos merecem.

Iniciamos, portanto, o início da educação física crítica com um olhar científico e metodológico voltado para as questões da cidadania por meio do esporte e lazer.

Em meados dos anos 80 este método começou a ser aprofundado, dando início ao surgimento de movimentos chamados “renovadores”. Júnior (2011, p. 11):

Por fim, a década de 80 aponta os primeiros elementos de uma crítica a sua função sócio-política conservadora no interior das escolas brasileiras. Foi um período marcante para a Educação Física, pois apontou para uma profunda crise de identidade, onde ocorreram muitas mudanças importantes, como o surgimento dos movimentos ditos “renovadores”.

Segundo Júnior (2011), estes movimentos se destacam pela iniciativa em mudanças de hábitos, ideias e sentimentos através da prática de exercícios e movimentos. Suas ideias permeiam em forte presença de princípios filosóficos em torno do ser humano, preocupa-se, portanto, com a educação integral do aluno, seu bem estar e a promoção de relações interpessoais, algo fundamental para a formação de um indivíduo que desenvolva um bom convívio em sociedade.

Esta última abordagem pedagógica crítica, entra como forte aliada para incluir os alunos que sempre estiveram dispersos, faz com que os mesmos tenham interesse na prática da educação física assim como os alunos que se sobressaem em seu desempenho esportivo. É importante salientar que, para os jovens propensos à evasão escolar, a exclusão, o bullying e o desinteresse acadêmico são fatores presentes para o abandono dos estudos (como visto no levantamento feito neste texto).

Com a convicção da importância da prática física no desenvolvimento social do cidadão, o extinto Ministério do Esporte criou o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) que visa contribuir e ajudar no acesso ao esporte e lazer, sobretudo em locais de vulnerabilidade social e econômica. Seu objetivo pode ser sintetizado conforme apresenta Brasil (2011, p. 2):

O PELC, na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, jogos e brincadeiras, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos.

Portanto vemos aqui um aliado renovador e reconhecido para a inclusão social, a prática de atividades físicas como vistas neste estudo, são de interesse dos jovens em situação de risco e possuem um potencial para o desenvolvimento humano longe da criminalidade.

3 METODOLOGIA

Este projeto foi desenvolvido na Unidade de Internação Socioeducativa - UNIS, pertencente ao complexo IASES. O complexo IASES é composto pelas seguintes unidades: UNIS, UNIMETRO, UFI, CSE, UNIS SUL e UNIS NORTE, a unidade pertencente a este estudo fica localizado no endereço: Rodovia Governador Jose Sette, s/nº - Km 9,9 – Cariacica - ES, 29156-315.

A pesquisa realizada nesta dissertação de mestrado pode ser classificada quanto a sua finalidade como uma pesquisa aplicada, pois segundo Fontelles et al (2009, p.06) uma pesquisa aplicada pode ser definida como:

É o tipo de pesquisa cujo objetivo é produzir conhecimentos científicos para aplicação prática voltada para a solução de problemas concretos, específicos da vida moderna. É a pesquisa que, além de produzir conhecimento, gera novos processos tecnológicos e novos produtos, com resultados práticos imediatos em termos econômicos e na melhoria da qualidade de vida.

Quanto a sua natureza, esta pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa experimental, pois segundo Fontelles et al (2009, p.06) uma pesquisa experimental pode ser definida como:

É toda pesquisa que envolve algum tipo de experimento. Neste tipo de estudo, o pesquisador participa ativamente na condução do fenômeno, processo ou do fato avaliado, isto é, ele atua na causa, modificando-a, e avalia as mudanças no desfecho. Neste tipo de pesquisa, o investigador seleciona as variáveis que serão estudadas, define a forma de controle sobre elas e observa os efeitos sobre o objeto de estudo, em condições pré-estabelecidas. Assim, pelo fato das variáveis, ou da variável, poderem ser manipuladas pelo pesquisador, equívocos e vieses praticamente desaparecem, sendo, por esta razão, considerada como o melhor tipo de pesquisa científica, pois proporciona maior confiabilidade em seus resultados.

Quanto a forma de abordagem utilizamos uma abordagem qualitativa dos dados obtidos no processo de construção dos capítulos e tópicos da dissertação, segundo Fontelles et al (2009, p.06) abordagem qualitativa pode ser definida como:

É o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas. Diferente da quantitativa, a pesquisa qualitativa é mais participativa, porém menos controlável e, por esta razão, tem sido questionada quanto a sua validade e confiabilidade.

Quanto aos objetivos da pesquisa utilizamos de uma pesquisa explicativa, segundo Fontelles et al (2009, p.06) pesquisa explicativa pode ser definida como: “Tem por objetivo central explicar os fatores determinantes para a ocorrência de um fenômeno, processo ou fato, ou seja, visa explicar o “porquê” das coisas. É uma consequência lógica da pesquisa exploratória”.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica para a construção do capítulo 2 “revisão bibliográfica” e no capítulo 4 “resultados e discussões” utilizou-se de uma pesquisa de campo.

Pesquisa bibliográfica segundo Fontelles et al (2009, p.07) pode ser definido como:

Sua base é a análise de material já publicado. É utilizada para compor a fundamentação teórica a partir da avaliação atenta e sistemática de livros, periódicos, documentos, textos, mapas, fotos, manuscritos e, até mesmo, de material disponibilizado na internet etc. Este tipo de pesquisa fornece o suporte a todas as fases de um protocolo de pesquisa, pois auxilia na escolha do tema, na definição da questão da pesquisa, na determinação dos objetivos, na formulação das hipóteses, na fundamentação da justificativa e na elaboração do relatório final.

Pesquisa de campo, segundo Fontelles et al (2009, p.07) pode ser definida como:

Uma pesquisa de campo procura coletar dados que lhe permitam responder aos problemas relacionados a grupos, comunidades ou instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade, sendo mais frequentemente utilizada pelas áreas das ciências humanas e sociais, mediante técnicas observacionais e com a utilização de questionários para a coleta de dados.

Na etapa de pesquisa de campo, utilizou-se a ferramenta do questionário para obtenção dos dados pretendidos com esta pesquisa, segundo Parasuraman⁴ (1991) apud Moysés e Moori (2007, p.02):

Um questionário é um conjunto de questões, elaboradas para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto de pesquisa. Embora esse autor afirme que nem todos os projetos de pesquisa utilizam esse tipo de instrumento de coleta de dados, o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais. A construção de questionários não é considerada uma tarefa fácil. Além disso, não existe uma metodologia padrão para o projeto de questionários, mas sim recomendações de diversos autores com relação a essa importante etapa do processo de coleta de dados. O sucesso dessa etapa da pesquisa é fundamental para que a que os dados coletados atendam às necessidades do processo de análise.

⁴ Parasuraman - Parasuraman B, L, L. a. **Marketing services: Competing through quality**, 1991.

Estas ferramentas metodológicas permitiram uma construção coerente da pesquisa, separando etapas de bibliografia, coleta e análise de dados e conclusão. O material documentado, bem como, as respectivas análises serão organizadas em relatório de pesquisa componente da dissertação que se pretende construir.

3.1 ETAPAS DA PESQUISA

A primeira etapa deste projeto consta do levantamento de dados, que foi realizado com base na leitura dos dados do histórico escolar dos adolescentes matriculados na UNIS. Para isto foram utilizados de todos os históricos escolares presentes na Escola EEEFM Professor Augusto Luciano – Cariacica. Para tal foram considerados os alunos com matrículas ativas no último trimestre de 2019. Esta é a escola matriz de todo o complexo socioeducativo IASES. Onde se encontra a direção e documentação dos estudantes do complexo.

O critério para a seleção dos adolescentes participantes da amostra estatística deste estudo foi, em primeira instância, a existência do histórico escolar completo do aluno contendo os dados pretendidos, além de dados que permitam traçar seu perfil, tais como endereço de origem, etnia, escolaridade entre outros dados.

Destes históricos foram extraídos os seguintes dados: data de nascimento, cidade de última residência, última escola matriculado, ano de evasão (se houver) e etnia. Ao todo, foram identificados 73 alunos com matrículas na UNIS.

Este processo metodológico para a escolha dos participantes se fez necessário, pois parte dos estudantes que dão entrada na escolarização das unidades pertencentes ao IASES, sequer possuem um histórico escolar para iniciar sua jornada estudantil no sistema socioeducativo. Nestes casos a equipe pedagógica realiza uma prova de reclassificação para medir o nível de conhecimento do aluno e a partir de sua nota, é realizado uma reunião pedagógica para decidir em qual série o aluno apresenta conhecimento compatível.

Na segunda etapa, foi aplicado um questionário (APÊNDICE A) com perguntas objetivas, para recolher dados referentes ao perfil do interno infrator, contendo questionamentos acerca dos motivos que o levaram a evadir a escola (se caso ocorreu), se o fator financeiro foi importante para optar por sair da escolarização, e também questiona-lo sobre quais atividades passou a frequentar durante o período

em que costumava ocupar com a educação, e por fim, questionar qual a importância que a educação representa em sua vida.

Na terceira etapa, foi realizado um diálogo comparando os dados encontrados nesta pesquisa com as publicações pertinentes ao tema deste trabalho, em que a temática se passa sobre a questão do perfil do jovem evasor escolar e as suas consequências para a criminalidade infanto-juvenil.

A quarta etapa foi responsável pela construção dos resultados e discussões da pesquisa, onde foi realizada a análise dos dados retirados dos históricos escolares dos estudantes UNIS, além da análise dos dados retirados do questionário aplicado aos internos.

Neste capítulo, se encontra as duas propostas para amenizar a problemática que circundam a evasão escolar no ambiente socioeducativo da UNIS. Tais propostas são a implementação da modalidade de ensino EJA concomitante ao ensino regular, tal medida busca reduzir a distorção idade/série dos alunos que adentram no sistema com índices de evasão escolar muito elevado. A segunda proposta é a de inserção de oficinas permanentes de futebol e voleibol no contraturno escolar como ferramenta para a ressocialização dos internos.

As etapas da pesquisa transcorreram dentro do seguinte cronograma: Durante os três primeiros trimestres de 2019 foi construído o capítulo 1 (Introdução, Justificativa e objetivos) e capítulo 2 (revisão bibliográfica).

No último trimestre de 2019, recolheu-se na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Augusto Luciano, os 73 históricos escolares dos alunos matriculados na Unidade de Internação socioeducativa (UNIS), dos quais foram extraídos dados referentes a evasão e o perfil socioeconômico destes estudantes.

Em dezembro de 2019, aplicou-se um questionário aos estudantes da (UNIS) para qualificar a análise do perfil do adolescente interno. Por fim, durante o primeiro semestre de 2020 foi construído este capítulo (Metodologia), o capítulo 4 (Resultados e discussões) e as conclusões deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, expomos os dados referentes aos jovens infratores internados na Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS). Neste sentido, apresentamos as informações estatísticas obtidas com os dados do histórico escolar, além da análise das respostas de um questionário aplicado individualmente com os adolescentes internados na UNIS. Através da análise das figuras, junto aos resultados do questionário, foram apresentadas, neste capítulo, as peculiaridades que surgem para alguns dos adolescentes que evadem a escolarização.

Foram, portanto, expostas as consequências que ocorrem durante o seu desenvolvimento humano, principalmente no tratante daqueles que acabam entrando em atividades ilícitas graves, que conforme a legislação brasileira, são passíveis de internação compulsória do estado. Esse dimensionamento criado com os números da evasão escolar dos estudantes da UNIS, unidos com as questões relativas ao perfil do adolescente que frequenta a socioeducação UNIS, possibilita um olhar crítico sobre as nocividades que a evasão escolar traz para a construção do cidadão.

Desta maneira, organizamos o capítulo em três subtítulos diferentes, no subtítulo 4.1 “Perfil dos internos da UNIS” Identificamos o perfil dos jovens infratores que possuem permanência na Unidade de Internação socioeducativa (UNIS).

No subtítulo 4.2 “Relação entre a evasão escolar e a criminalidade dos jovens internos da UNIS” Identificamos a relação entre evasão escolar com a criminalidade dos jovens internos desta unidade;

No subtítulo 4.3 “Relação entre vulnerabilidade social e o abandono escolar como risco de entrada na criminalidade” Identificamos a relação da vulnerabilidade social x abandono escolar como risco de entrada para o crime organizado;

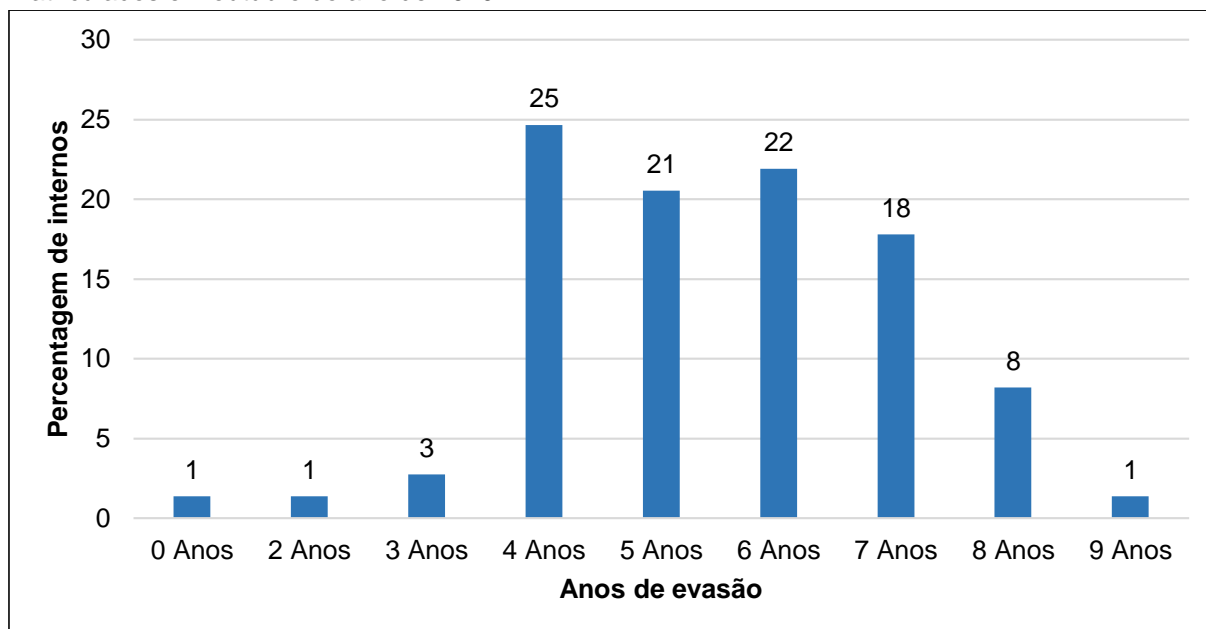
4.1 PERFIL DOS INTERNOS DA UNIS

Este estudo baseia-se na tese que o afastamento do jovem do contexto escolar sendo um dos fatores determinantes para a entrada na criminalidade e, por consequência, seu ingresso no sistema socioeducativo.

No contexto do adolescente interno da UNIS, a partir da análise dos históricos escolares dos alunos matriculados em outubro de 2019, foi possível criar um gráfico trazendo as estatísticas referentes ao tempo de evasão.

Na Figura 2, tem-se a quantidade de internos, da UNIS, por tempo de evasão escolar no mês de outubro de 2019. Constata-se, nesta figura, que os jovens internos desta unidade socioeducativa, em sua maioria (86%), tinham entre 04 e 07 anos de evasão escolar.

Figura 02 – Quantidade de internos da UNIS, por tempo de evasão escolar, considerando os alunos matriculados em outubro do ano de 2019



Fonte: Dados do autor

É possível verificar, também, na Figura 2, que o número de internos UNIS que nunca abandonou os estudos durante sua vida, é irrisório em comparação ao número total de entrevistados. Tal dado apenas corrobora com a linha teórica explicitada até o momento. Segundo Delors et al. (2010) a educação está no cerne do desenvolvimento pessoal e da sociedade, sendo um instrumento capaz de proporcionar a todos, a capacidade de promover seus talentos e potencialidades, consequentemente, resultando na capacidade de cada um assumir responsabilidades e de realizar seu projeto pessoal. À vista disso, é compreensível que através da educação, um indivíduo conquista sua independência, sendo este, um instrumento de suma importância para a emancipação intelectual do mesmo.

Do total das 73 matriculas, verifica-se na Figura 2, que apenas 5% destes apresentam um tempo inferior a 04 anos de evasão escolar. Percebe-se portanto, que o comportamento e histórico dos jovens internos, em sua maioria, segue um padrão no que diz respeito ao tempo de afastamento nos estudos, podendo-se afirmar que à

medida que aumenta o tempo de evasão escolar, o adolescente estará aumentando, progressivamente, o risco de envolver-se em alguma atividade criminosa, a qual o leve a receber uma internação do Estado do Espírito Santo.

Afinal, num quantitativo de 73 alunos, apenas 1 apresentar a idade/série correta, demonstra que o problema distorção idade/série é praticamente unanime dentro do contexto desses adolescentes.

Essa perspectiva, onde a maioria dos adolescentes apresentam elevado índice de abandono escolar, e com agravante de cumprir medida socioeducativa na UNIS, é preciso analisar as questões que surgem a partir dos números da Tabela 1, que apresenta o número de internos, por idade e os respectivos tempos de evasão escolar.

Tabela 01 – Numero de internos da UNIS, por idade, associados ao tempo de evasão escolar.

Tempo de evasão da escola	Idade do interno em anos							Total
	14	15	16	17	18	19	20	
	Número de internos							
0	-	-	01	-	-	-	-	01
1	-	-	-	-	-	-	-	0
2	-	-	-	01	-	-	-	01
3	01	-	01	-	-	-	-	02
4	-	09	04	03	02	-	-	18
5	-	3	03	07	02	-	-	15
6	-	1	03	11	01	-	-	16
7	-	1	03	04	04	-	01	13
8	-	-	04	01	01	-	-	06
9	-	-	-	01	-	-	-	01

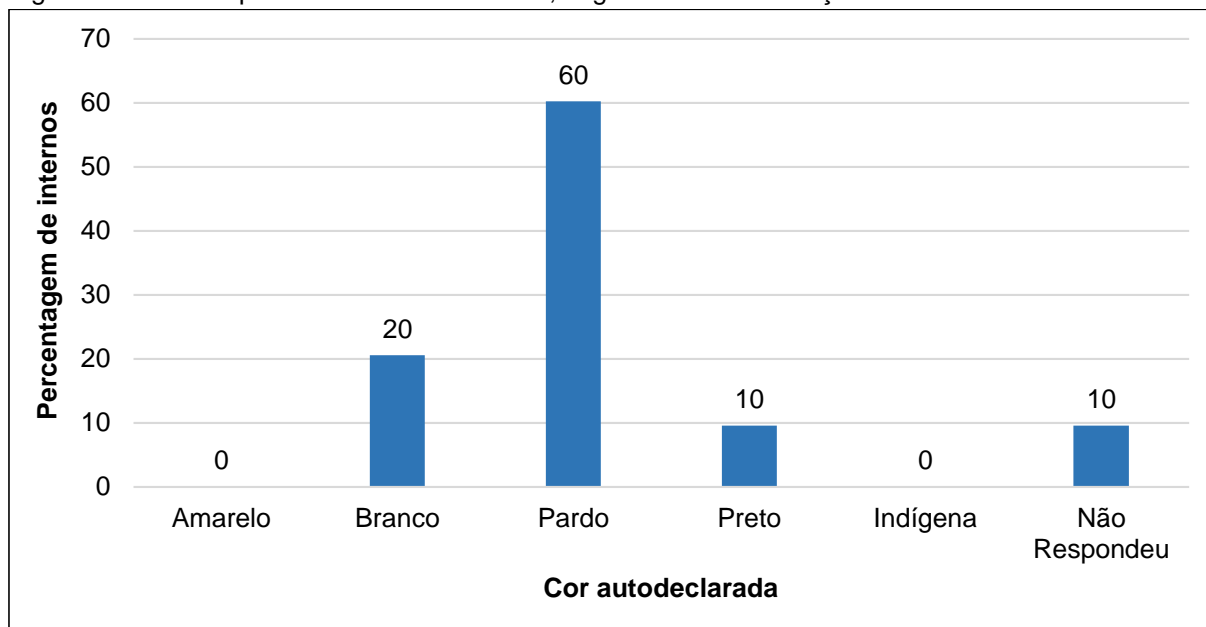
Fonte: Dados do autor

A Tabela 1 mostra, de modo geral, que os alunos recebem internação de 06 meses a 03 anos após completarem 15 anos de idade, existindo apenas 01 alunos matriculado com 14 anos, também destaca-se o fato de nenhum dos alunos apresentar 19 anos de idade e, apenas 1 aluno com 20 anos, indicando que a maioria dos alvarás de soltura ocorrem quando o interno completa 18 anos de idade.

O abandono escolar destes adolescentes ocorre extremamente cedo, todos os alunos com 15 anos de idade apresentam no mínimo 04 anos de evasão escolar. O Cenário dos alunos com mais de 15 anos não é diferente, apresentando uma curva de evasão escolar tão agravante quanto. Dentre os alunos com 17 anos de idade, a fração de evasão escolar de 05 e 06 anos abrange quase totalidade dos internos com essa idade.

Na Figura 3, tem-se as respostas dos internos da UNIS quanto a cor da sua pele. Verifica-se, nesta figura, que 60% deles se declararam como sendo pardos, outros 10% se declararam negros, apenas 20% dos internos se declararam como brancos. Apesar do Brasil apresentar um povo bastante diversificado quanto a etnia/raça, constatou-se apenas 3 etnias registradas ao verificar que nenhum deles se declaram como amarelo ou descendentes de indígenas.

Figura 03 – Cor da pele dos internos da UNIS, segundo auto declaração.



Fonte: Dados do autor

Analisar o perfil étnico dos internos da UNIS com base na autodeclaração dos adolescentes chama atenção, principalmente pelo fato que mais da metade dos estudantes se considerarem pardos e não pretos. Porém, em um estudo realizado no próprio complexo IASES em 2014 e publicado em 2016 por Potratz e Costa (2016, p.155) abordou a questão da etnia dos internos, obtendo os dados apresentados na Tabela 2.

Como se pode observar, em 2014, 87% dos internos se declaravam da cor parda, com apenas 8% de negros e 5% de brancos. Este resultado da pesquisa de Potratz e Costa (2016) mostra um resultado inesperado, principalmente pela característica da pluralidade étnico/racial presente no Brasil. Segue adaptação dos dados em tabela:

Tabela 02 – Perfil dos Adolescentes em Conflito com a Lei que entraram no Instituto Socioeducativo do Estado do Espírito Santo (IASSES) em 2014

Raça/Cor	Número de Socioeducandos	Porcentagem %
Branca	26	5
Indígena	0	0
Negra	46	8
Amarela	0	0
Parda	497	87
Total	569	100

Fonte: Potratz e Costa (2016, p.155)

Dado as devidas proporções, pois no estudo de Potratz e Costa (2016) abrange não somente os internos da UNIS, mas todas as unidades do complexo IASSES, ou seja, UNIS, UFI, CSE, UNIP I e UNIP II. Comparativamente é possível perceber uma tendência do interno em responder que sua cor/etnia é parda.

Em um terceiro estudo realizado no IASSES, Guadalupe (2019) corrobora com os dados encontrados. Ao fazer um levantamento no IASSES, entre os anos de 2015 e 2018, constatou também apenas as três etnias. A autora identificou que 22,4% eram negros, 59,3% pardos e apenas 16,5% brancos.

A constatação de que 25% dos internos matriculados da UNIS se declararem negros pode apresentar relação com um sentimento de negação/subjugação da raça devido aos preconceitos raciais que ainda são presentes no cotidiano, principalmente dos mais pobres. Para Conrado, Campelo, Ribeiro (2015, p. 221) esse fato tem bases históricas:

Assim, é possível admitir-se que a chave para se pensar a construção das identidades negras no Pará passa, inicialmente, pela ideia de morenidade e suas variantes. Dentre as categorias preferenciais do paraense para falar de cor/raça o moreno e a conceituação de morenidade, utilizada desde o final do século XIX, como uma forma de apagar as marcas negras da cidade. [...] cria-se a cor morena e nega-se a cor preta.

Nesse sentido, para Guimarães e Newton, (2017, p. 138):

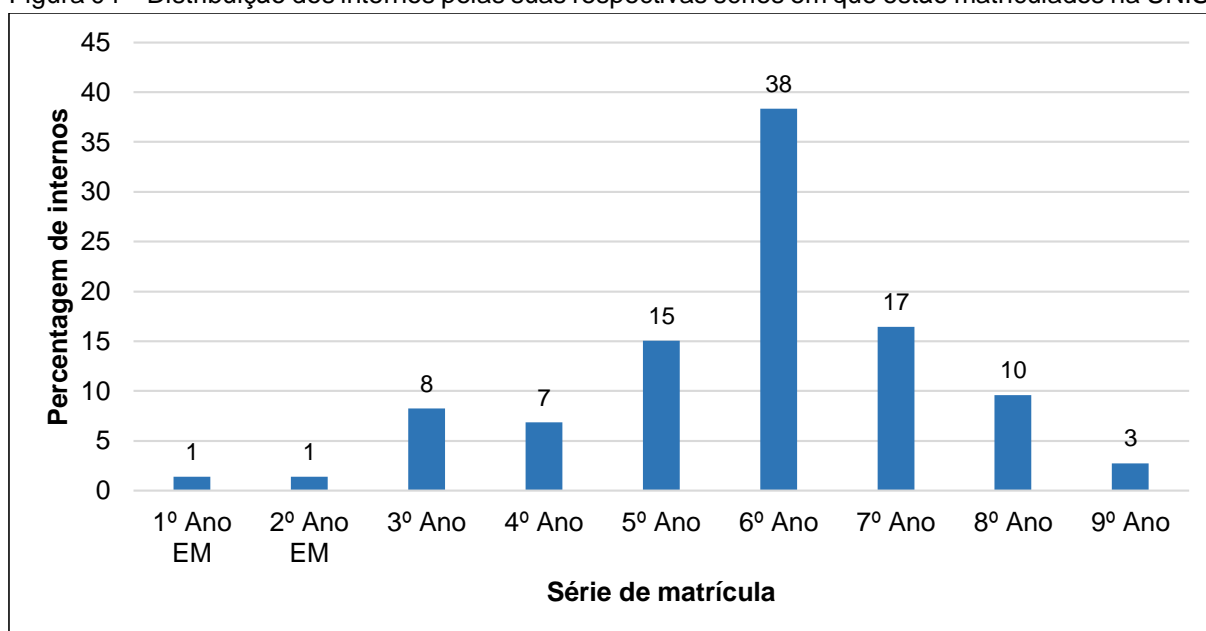
Certamente, o uso em larga escala e generalizado do eufemismo (parda) entre os brasileiros, é difícil de precisar, vez que a autodeterminação de cor é exercício subjetivo do cidadão. Uma coisa é certa, o uso generalizado é uma forma de mascarar ou apagar as singularidades e de consubstanciar a ideologia do branqueamento que se sedimenta como valor subjacente, que se contrapõe à suposta visão positiva associada à mestiçagem brasileira.

Explicando o porquê de as pesquisas de autodeclaração racial apresentarem baixos índices de negros e elevado número de pardos, pois no imaginário do interno, ser pardo é melhor socialmente do que ser negro. Afinal muitos provavelmente vivenciaram de perto cenas envolvendo discriminação racial contra pessoas negras em suas comunidades e no próprio sistema socioeducativo, portanto, preferem se declarar pardos, numa tentativa de embranquecer sua origem racial.

Encerrando a análise do perfil racial do interno UNIS, vamos adentrar na questão referente as questões educativas dos socioeducandos UNIS.

Na Figura 4, é a apresentado a distribuição dos internos, pela sua respectiva série em que estão matriculados na UNIS. Verifica-se, nesta figura, que 70% das matrículas estão distribuídas entre o 5º, 6º e 7º ano do ensino fundamental. Mas, verifica-se que 38% destes internos evadiram da escola no 6º ano, ou seja, logo após ingressarem no ensino fundamental II. Esta porcentagem expressiva denota algumas características interessantes quanto ao perfil do aluno que adentra na UNIS/IASES.

Figura 04 – Distribuição dos internos pelas suas respectivas séries em que estão matriculados na UNIS.



Fonte: Dados do autor

A primeira característica que se pode observar, é que a maior parte dos adolescentes infratores, que estão internados na UNIS/IASES, evadiram da escola na faixa que transpassa entre o último ano do ensino fundamental I e o 7º ano do ensino fundamental II.

A segunda característica é que os adolescentes que entram no mundo da criminalidade, tendem a perder o interesse pelos estudos assim que concluem o ensino fundamental, ou logo nos anos seguintes, ou então, entram na criminalidade logo após evadirem da escola.

Para aprofundarmos a análise sobre Idade/Série dos internos UNIS, criou-se a Tabela 3, que apresenta o quantitativo de internos por idade. O que fica nítido através da Figura 4 e Tabela 3, é que o último ano do ensino fundamental I e os dois primeiros anos do ensino fundamental II determinam um ponto de estagnação do adolescente, grande parte dos internos não conseguem superar tal etapa do ensino básico. Porém, a grande maioria evade da escola logo após concluírem o ensino fundamental I.

Tabela 03 – Distribuição dos internos da UNIS, por idade, nas respectivas classes do ensino fundamental e ensino médio.

Série do ensino fundamental	Idade ideal	Idade do interno em anos							
		14	15	16	17	18	19	20	TOTAL
		Número de matriculados							
1	6	-	-	-	-	-	-	-	0
2	7	-	-	-	-	-	-	-	0
3	8	-	1	4	1	-	-	-	6
4	9	-	1	3	1	-	-	-	5
5	10	-	3	3	4	1	-	-	11
6	11	1	9	3	11	4	-	-	28
7	12	-	-	4	7	1	-	-	12
8	13	-	-	1	3	2	-	1	7
9	14	-	-	-	-	2	-	-	2
Série do ensino médio	Idade ideal	Idade do interno em anos							
		14	15	16	17	18	19	20	TOTAL
		Número de matriculados							
1	15	-	-	-	1	-	-	-	1
2	16	-	-	1	-	-	-	-	1

Fonte: Dados do autor

Observa-se ainda, na Tabela 3 que existem apenas 2 jovens que evadiram da escola no ensino médio. Ao comparar a idade do adolescente interno com a faixa etária ideal para cursar determinada série escolar, percebe-se na Tabela 3 que existe uma grande defasagem na idade escolar destes jovens infratores. Observa-se que existem alunos com 17 e 18 anos frequentando o quarto ano do ensino fundamental, que normalmente é frequentado por crianças de 10 anos de idade. Certamente esta

diferença de idade deve ser um desestímulo para que estes jovens voltem à sala de aula, mesmo que tenha alguma intensão.

Ainda, com relação à Tabela 3, pode-se observar, que na sexta série do ensino fundamental, existem jovens com idade variando entre 14 e 19 anos de idade. Com relação ao ensino médio, foram encontrados apenas 2 alunos e que não apresentavam grande defasagem escolar. Isto possivelmente se deve ao fato de que nestas unidades a idade máxima de permanência na internação é 20 anos ao completarem 21 anos, são compulsoriamente libertados da internação nas unidades.

Esse dado é explicado pelo regimento do nosso sistema socioeducativo, que impede pela lógica cronológica, a existência de adolescentes com grande defasagem escolar alcançar o ensino médio, pois de acordo com os parágrafos 3º, 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.8.069, BRASIL (1990, p.s):

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.”

É compreensível encontrarmos apenas 02 alunos que estejam matriculados no ensino médio, pois os alarmantes índices de evasão escolar detectados, indicam que poucos conseguem sequer concluir o 8º ano do ensino fundamental antes de completarem os 18 anos.

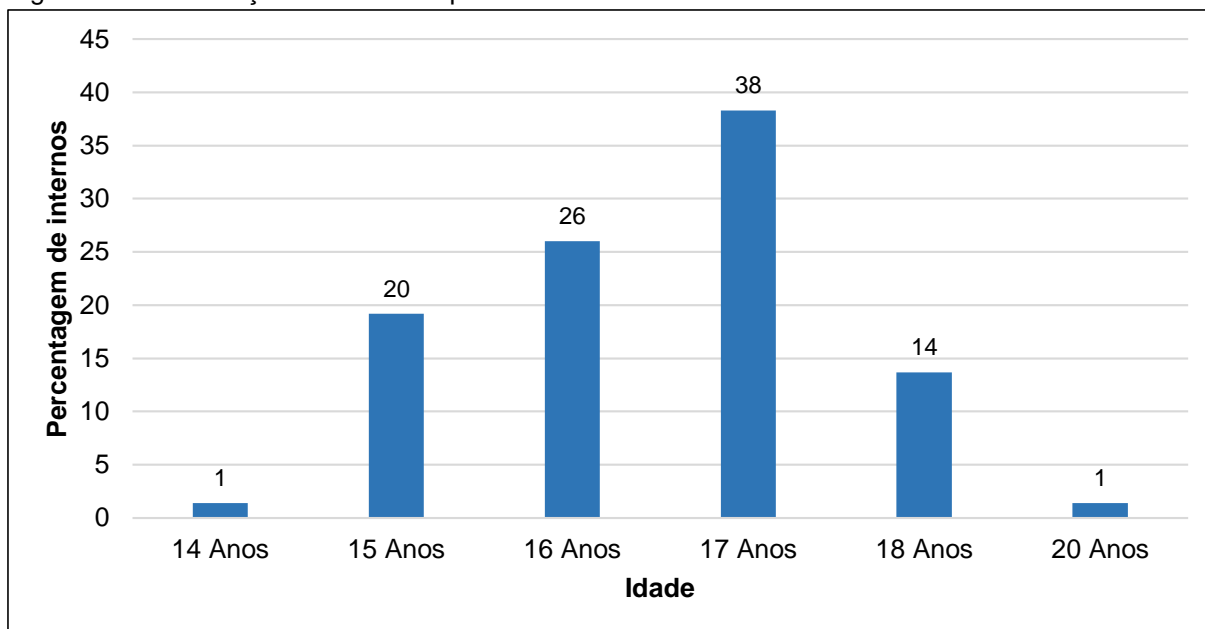
Para entendermos a relação da idade dos internos, com suas respectivas séries, vamos dialogar com a Figura 5, que apresenta a estatística da idade dos alunos matriculados. Percebe-se, nesta figura que a maioria dos alunos (38%) possuem 17 anos de idade e que 26% dos internos possuem idade de 16 anos. Estes somam-se 64% dos internos, mas existem 20% e 14% dos jovens com 15 e 18 anos de idade, respectivamente.

Assim, verifica-se que são jovens com uma faixa bem estreita de idade, entre 15 e 18 anos, mas que através das estatísticas, fica claro como é bastante similar o perfil estudantil dos adolescentes com envolvimento em atividades criminosas: são jovens com idades próximas, mas com elevado tempo de evasão escolar e que majoritariamente não conseguem adentrar sequer no ensino médio.

Este afastamento precoce da escolarização antes de concluir o ensino básico, na contemporaneidade, é um catalizador para sentimentos de frustração profissional,

pois a pessoa cria um cenário de maior dificuldade em obter aumento da renda por meio de promoção no emprego, o que diminui o seu poder econômico para adquirir bens de valor elevado.

Figura 05 – Distribuição dos internos por idade.



Fonte: dados do autor

Portanto, através das estatísticas construídas com o perfil estudantil do interno UNIS, que incluem as médias de evasão escolar, as idades destes adolescentes, as séries que costumam ser o ponto final de sua escolarização e o modo como fazem sua autodeclaração étnica.

É possível chegar à conclusão que o perfil do interno UNIS se trata de adolescentes, em sua maioria passando pela faixa dos 15 anos de idade, ou seja, por volta da metade da sua adolescência, até jovens de 18 anos de idade. Os internos, de modo geral, apresentam algumas características marcantes.

É praticamente unânime a ocorrência do abandono escolar entre os adolescentes que recebem internação socioeducativa na UNIS. Os históricos escolares dos internos mostram que não se trata de repetências ocasionais, mas sim de indivíduos que desde muito jovens se perdem do caminho da educação formal, apresentando, em sua maioria, mais de 04 anos de evasão escolar.

Outro fato interessante com relação ao perfil do interno UNIS, é que poucos se declaram negros, o que deixa a percepção de que existe uma negação forte quanto a

cor da sua pele, muitos se declaram pardos, mas poderiam facilmente serem enquadrados como pretos.

Por fim, chega-se à conclusão de que o perfil do adolescente interno da UNIS são jovens, desassistidos educacionalmente, predominantemente pretos ou pardos, e que fatalmente, se não passarem por um trabalho psicológico, que lhes consiga oferecer uma reinserção a sociedade com um mínimo de oportunidades de educação, emprego e moradia, provavelmente podem vir a retornar ou para a socioeducação ou para uma prisão de fato.

4.2 RELAÇÃO ENTRE A EVASÃO ESCOLAR E A CRIMINALIDADE DOS JOVENS INTERNOS DA UNIS

Afim de contextualizar as motivações destes socioeducandos em abandonar a escolarização e adentrarem no submundo da criminalidade, foi indagado aos internos, qual o fator mais importante para sua tomada de decisão para abandonar os estudos, cujas repostas são apresentadas na Figura 6.

Verifica-se nesta Figura 6 que 51% dos internos afirmaram que evadiram da escolar devido ao fato de sua associação ao narcotráfico, porém observa-se que 15% deles evadiram das escolas alegando a distância entre suas residências e as escolas. Mas vale salientar que 30% deles evadiram da escola por problemas financeiros. Assim, verifica-se que as questões socioeconômicas das famílias e a distância das escolas foram responsáveis por 45% das evasões escolares, quase o equivalente peso da associação ao narcotráfico. Em número bem menor, mas o bullying também foi motivador de 4% da evasão escolar destes jovens. Assim, verifica-se que o narcotráfico foi responsável pela evasão escolar da metade destes jovens, mas este mesmo narcotráfico, aliciou os demais pós evasão da escola.

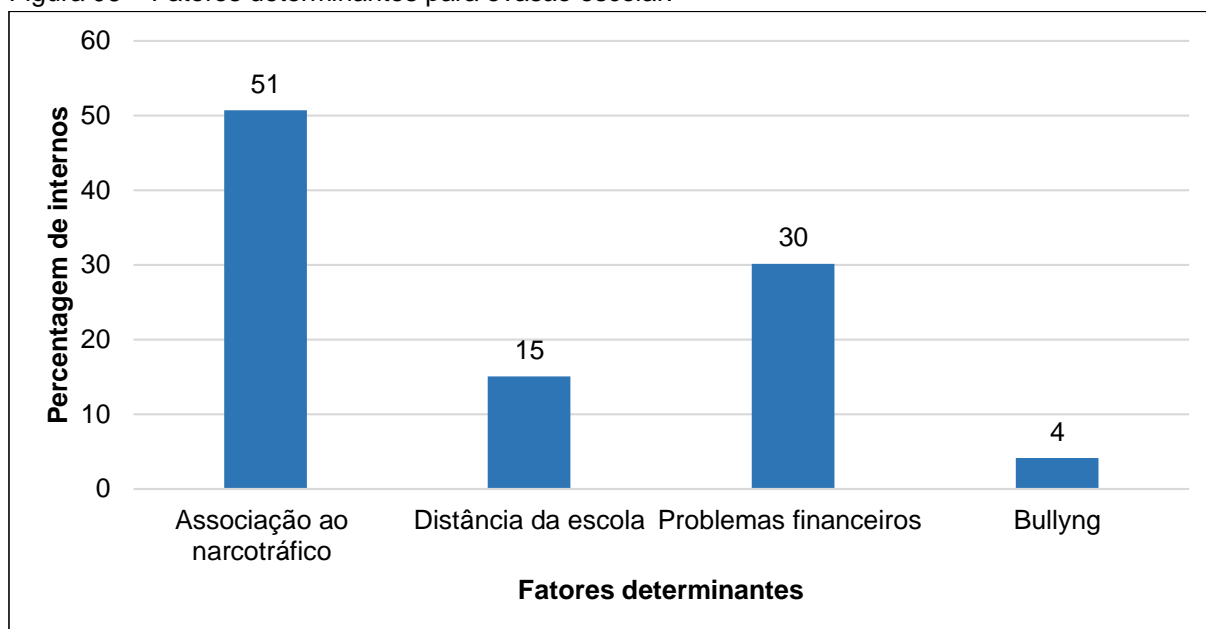
De acordo com Silva e Urani (2002), estudando crianças e adolescentes inseridos no tráfico de drogas, aponta números que vão ao encontro do que se constatou no levantamento feito neste estudo. Foi apurado pelo pelos autores que 72,5% dos entrevistados, ingressou no narcotráfico com idades entre 11 e 14 anos.

Assim como no levantamento acima, evidencia-se um elevado número de socioeducandos associados ao tráfico de drogas, sendo este o maior causador da evasão escolar dos mesmos. Ambas pesquisas apontam as questões do aliciamento de menores ao narcotráfico, que com o passar dos anos, só aumenta, como

constatado no Relatório Mundial sobre Drogas, divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. A UNODC (2019) apurou um crescimento de 25% na fabricação ilícita só da cocaína entre os anos de 2016 a 2017.

A segunda alternativa com maior porcentagem foi a de problemas financeiros, que direciona para diferentes questões, como por exemplo, que a pobreza é um fator predominante entre os jovens internos desta UNIS.

Figura 06 – Fatores determinantes para evasão escolar.



Fonte: dados do autor

Com o transcorrer desse estudo, é possível perceber que um dos fatores que podem colaborar para esses índices é que durante a busca por uma melhor situação financeira, aparentemente a escolarização perde importância, na ânsia por atividades remuneradas, e na sua ausência ou dificuldade, oportunidades criminosas acabam surgindo, onde nos casos específicos dos estudantes da UNIS, acabaram levando-os a uma internação do estado.

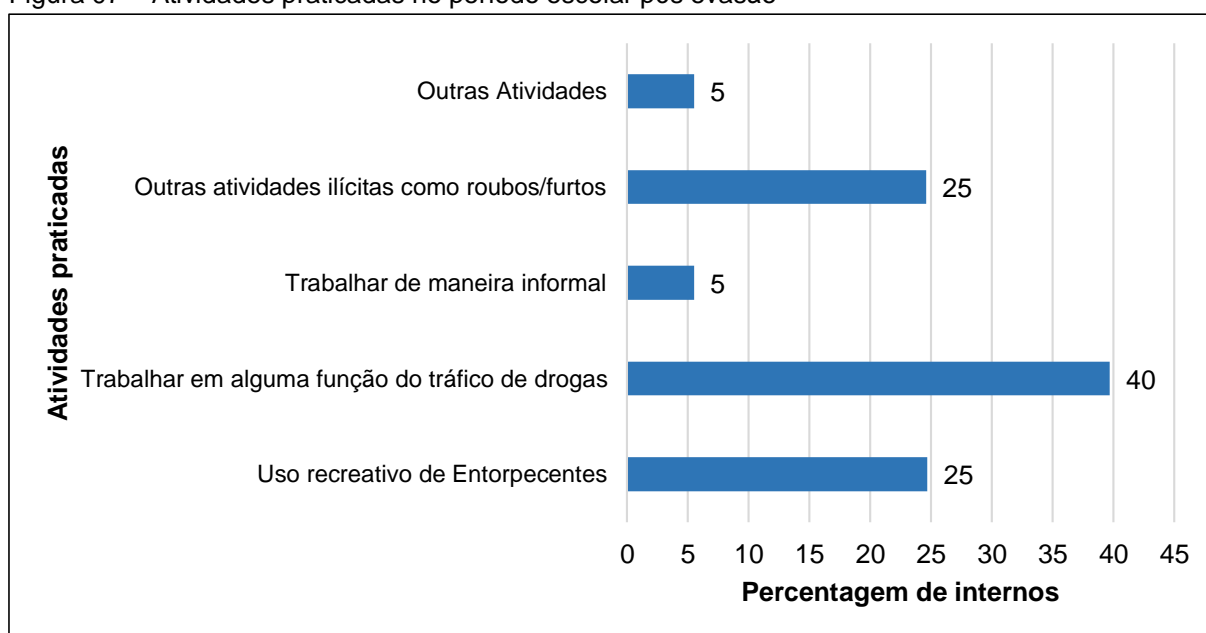
A Associação ao narcotráfico pode apresentar diversos outros motivos para a entrada do adolescente, não necessariamente ligada com a evasão escolar. Mas observando os altos índices da média de evasão escolar na unidade, é possível entender que existe uma tendência de abandono escolar por parte daqueles que se associa ao tráfico.

A Figura 7 mostra as respostas dos internos da UNIS ao serem questionados sobre suas atividades no período pós evasão escolar. Verifica-se, nesta figura, que

40% destes internos atuavam em alguma função ligada ao tráfico de drogas, outros 25% passaram a atuar em atividades de roubos/furtos. Verifica-se, ainda, que 25% destes internos informaram que eram apenas usuários dos entorpecentes, apenas 5% deles afirmaram que evadiram da escola para trabalhar de maneira informal, e os demais (5%) atuavam em outras atividades.

Verifica-se, ainda, nesta figura, que representam 90%, citam um cotidiano onde a droga é utilizada por recreação ou apresenta designação financeira, ou seja, criminosamente ou não, o contexto do tráfico de drogas se entrelaça com a vida desses adolescentes direta ou indiretamente.

Figura 07 – Atividades praticadas no período escolar pós evasão



Fonte: dados do autor

Essa denominador comum entre o contexto das drogas e a vida dos adolescentes pesquisados, nos faz concordar com este trecho de Faria Filho et al (2015, p. 521):

constatou-se que os adolescentes estão expostos diretamente às drogas no ambiente em que vivem, seja social ou familiar. As cenas comuns e diárias de usuários de drogas em qualquer espaço não podem ser banalizadas e consideradas sem importância social. Esta realidade instiga uma discussão mais profunda nos vários contextos e cenários de convivência do adolescente.

Conforme as palavras de Faria Filho et al (2015), a frequência com que a droga é exposta no cotidiano dos bairros carentes a crianças e adolescentes faz com que o

repúdio pelo seu uso ou mesmo venda diminua, tornando-os mais vulneráveis ao envolvimento direto com crimes relacionados a drogas. Isso explicaria o porquê mais de 65% dos alunos questionados neste estudo responderam fazer uso ou venda no período em que deveria estar inserido em uma escola.

Canavez, Alves e Canavez (2017 p. 60) reforçam este argumento acrescentando aspectos da mídia como influencia:

Conviver num lugar onde o consumo de substâncias psicoativas é aceitável é uma porta que se abre para que o adolescente também seja aceito. Viver numa sociedade que incentiva o uso, como por exemplo, pela mídia, venderá a ideia de que uma droga, mesmo que lícita, seja algo bom e conseqüentemente será adotado por um consumidor influenciável como o adolescente.

Para Canavez, Alves e Canavez (2017), se não bastasse a difusão dessas substâncias nos meios sociais que os adolescentes normalmente frequentam, ainda existe o problema da romanização do uso das drogas lícitas por parte da mídia, que mesmo sendo liberada ao consumo adulto, é acessível aos menores de 18 anos. Tais substâncias são globalmente apresentadas aos jovens através da televisão em cenas que associam o seu uso ao prazer e status social, corroborando para a experimentação dessas substâncias.

Outra análise que a estatística sobre a ocupação do tempo livre pela ausência na escola é que dentro do contexto dos alunos da UNIS, seja por envolvimento com drogas ou com outras atividades criminosas, 65% afirmaram utilizar o tempo livre para obtenção de dinheiro ilícito, ou seja participavam de roubos/furtos e tráfico das drogas.

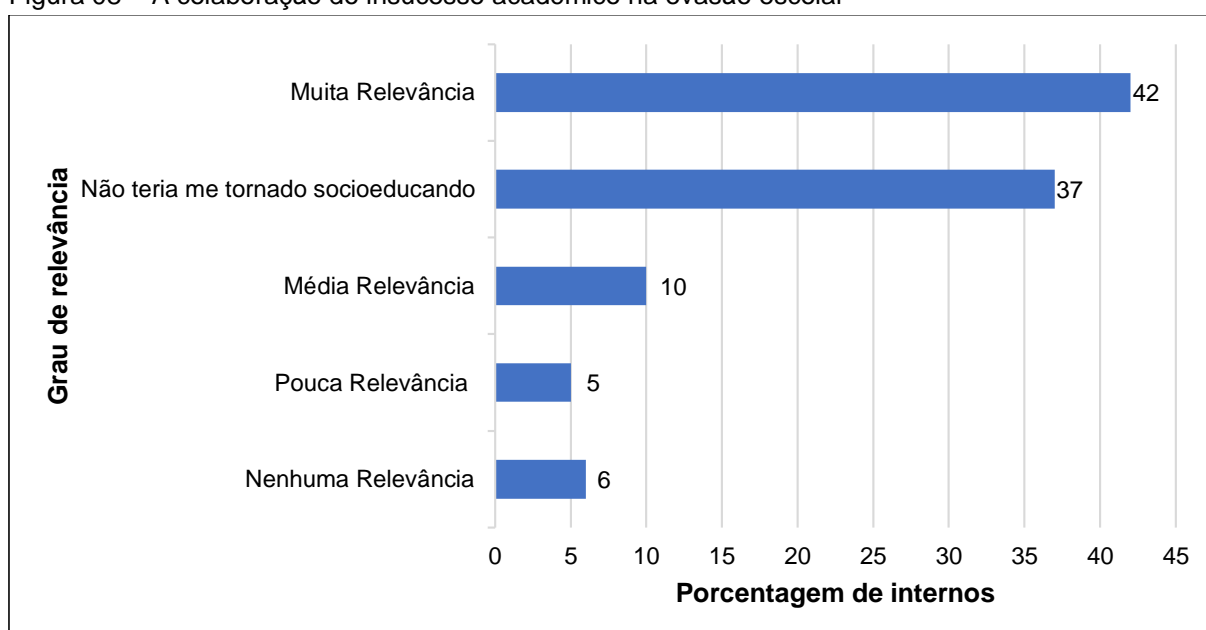
Essas constatações fazem crer na existência de um perfil socioeconômico semelhante entre os internos da UNIS, onde de modo geral, apresentam uma infância pobre, com precoce evasão escolar e concomitante ou posterior entrada na criminalidade juvenil, que conseqüentemente resultou em sua medida socioeducativa.

Na Figura 8 é apresentada a opinião dos internos da UNIS quanto a relevância da evasão escolar, para se associarem ao mundo do crime. Verifica-se, nesta figura, que para 79% destes adolescentes, o insucesso escolar colabora para o envolvimento em atividades ilícitas, de modo que 42% afirmaram ser muito relevante e que 37% deles acreditam que sequer teriam recebido uma internação socioeducativa, caso não estivessem evadidos da escola. Apenas 11% dos adolescentes acreditam que a escolarização não interfere, ou interfere pouco nas escolhas ilícitas do indivíduo,

outros 10% responderam que a relação entre a falta de escolarização e o envolvimento em atividades ilícitas é apenas mediana.

Com isso, percebe-se a existência de um perfil dos alunos que adentram a UNIS, são jovens majoritariamente pardos ou negros, viventes em bairros periféricos, com baixa instrução intelectual, mas apesar de todos esses graves problemas socioeconômicos, apresentam a consciência da importante tarefa que a educação tem com a sociedade, declarando em suas respostas que os estudos poderiam ter trilhado suas vidas de maneira diferente, para longe do crime.

Figura 08 – A colaboração do insucesso acadêmico na evasão escolar



Fonte: Dados do autor

Os dados mostram que os adolescentes internos da UNIS, percebem que o estudante que conseguir percorrer e concluir no tempo correto a educação básica, estará menos propenso a entrada no tráfico de drogas, apresentará repulsa por qualquer atividade que envolva roubo, furto dentre outros crimes.

Neste sentido, a educação colabora para que o jovem não veja o crime como algo que valha a pena se arriscar. Ao chegar nas etapas finais da adolescência, onde conseguindo avançar as etapas da educação com sucesso, terá por volta de 17 anos de idade, quando conquista nesse momento a importante escolha de continuar os estudos e prosseguir para o ensino superior/técnico ou seguir direto para o mercado de trabalho.

Neste sentido, Sparta e Gomes (2005, p. 46) dizem:

A adolescência é uma fase da vida caracterizada por uma série de mudanças, não só fisiológicas, cognitivas e psicológicas, mas também em relação aos papéis sociais a serem assumidos pelo indivíduo. Entre estes, destaca-se o papel de trabalhador. O jovem brasileiro que chega ao fim do ensino médio é chamado a fazer escolhas profissionais e pode optar pela continuação dos estudos ou pelo ingresso imediato no mercado de trabalho. Uma das alternativas disponíveis para que o jovem continue seus estudos é a educação superior.

Sparta e Gomes (2005) dialogam justamente com essa decisão que a maioria das pessoas que conseguem chegar ao fim da adolescência com o ensino médio concluído passam, que é encarar a decisão de ir direto para um mercado de trabalho, que vai lhe oferecer um salário de nível médio, que garante o mínimo para a sua subsistência, ou continuar estudando numa universidade ou curso técnico/profissional e almejar com isso, um maior poder econômico futuro.

Nesse sentido Minayo (2014, p. 257) diz:

Claude Chesnais (1981), na obra clássica em que analisa 200 anos de violência na Europa, tem uma frase contundente a respeito da relação desse fenômeno com a educação. Diz o autor que mais fizeram pelo decréscimo da violência social e dos homicídios na Europa a educação formal e a melhoria de vida da classe trabalhadora do que todos os aparatos repressivos.

Minayo (2014) mostra a importância que é para uma sociedade desenvolvida investir em melhorias na educação, onde na Europa percebeu-se que a educação foi mais eficaz no combate aos crimes violentos do que qualquer aparato de repressão, ou seja, a melhor maneira de diminuir a violência é através de investimento educacional, pois com a população instruída, atividades criminosas passam a gerar repulsa na sociedade.

Após analisarmos as interações entre a evasão escolar do adolescente, sobretudo no contexto do interno UNIS, com sua inserção no submundo do crime. É importante entendermos quais fatores, na opinião destes internos, tornariam o convívio entre eles mais amigável, na unidade da UNIS. Neste sentido, a Figura 9 apresenta as opiniões dos internos quanto ao que precisaria ser melhorado para que a permanência deles, na UNIS, se tornasse mais amigável.

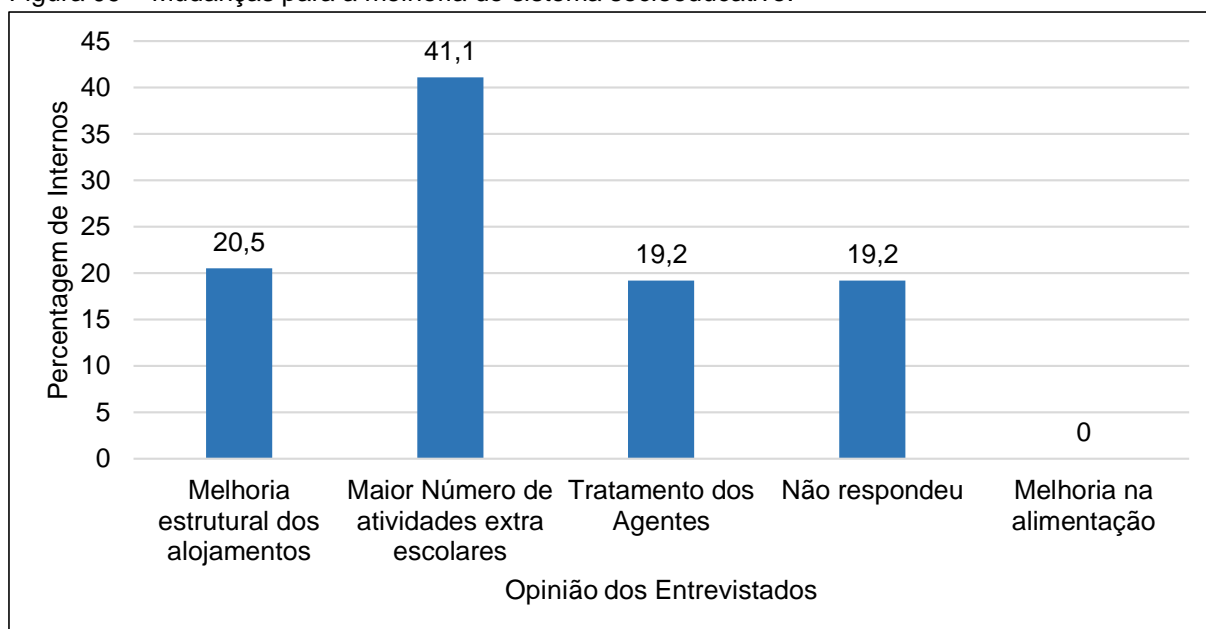
Como visto, 41% dos internos respondeu que o aumento de atividades extra escolares ajudaria a tornar o convívio mais amigável entre eles. Essa posição dos internos por uma demanda por maior número de atividades extra escolares deixa claro que um dos principais pontos negativos em estar enclausurado é o fator do ócio.

A necessidade do interno em querer fazer parte de mais atividades ao longo do dia, ao menos aparentemente, não tem a ver com anseios por aquisição de conhecimentos técnicos/científicos, pois como constatado em seus históricos, estudar nunca foi uma prioridade na vida da maioria. Mas o ócio de ficar trancado horas e horas possivelmente é um fator de stress, angustia e até mesmo gatilho para intrigas entre os jovens.

O anseio por melhoria nos alojamentos e no tratamento por agentes socioeducativos aparecem em segundo plano, com 21% e 19% respectivamente. Tais porcentagens apontam que o ócio representa a maior necessidade coletiva dos adolescentes.

Esta pergunta apresentou um índice elevado de respostas em branco, este apontamento pode ser explicado pelo receio de receberem intimação dos agentes socioeducativos, caso marcassem a opção que os envolvessem.

Figura 09 – Mudanças para a melhoria do sistema socioeducativo.



Fonte: Dados do autor

Verificou-se também, nesta figura, que 19% dos internos não quiseram se manifestar neste quesito, mas que 19% dos internos se queixam da forma como são tratados dentro da unidade. Sabe-se que ali só existem jovens infratores e de todo nível de personalidade e índole, então é preciso que os agentes tenham firmeza em suas atitudes, mas é preciso que esta firmeza no agir, não se torne um modo agressivo para com todos os internos. É preciso lembrar que ali é uma unidade socioeducativa.

Sendo assim, pode-se concluir que a privação de liberdade, o ócio excessivo e o enclausuramento são fatores determinantes para que estes jovens queiram atividades extraclasse. Todo momento em que puderem estar exercendo atividades diferentes e, conseqüentemente longe do encarceramento, será benéfico e enriquecedor para os mesmos.

Conforme o Instituto Ayrton Senna (2004, p.35):

O esporte vem se provando, dentro dos princípios aplicados pela educação pelo esporte, uma via poderosa e privilegiada para desenvolver o potencial de crianças e jovens. Tem, em si, a capacidade de educar para promover o desenvolvimento de competências pessoais (como a autoestima, o autoconhecimento, o autocuidado), sociais (o espírito de equipe, a cooperação, a solidariedade), cognitivas (a resolução de problemas, o didatismo e o autodidatismo) e produtivas (criatividade e volatilidade). Ou seja: de promover o desenvolvimento humano.

Com o passar das décadas, a sociedade vem buscando formas de “punir” o indivíduo que não segue as normas estabelecidas para um bom convívio em sociedade. Especificamente em cada época, uma forma diferente de condenação era estabelecida.

Segundo Foucault (1999) a mais comum e que perpetuou por mais tempo, foi a tortura física (guilhotina, enforcamento, etc). As execuções e punições eram feitas a céu aberto, onde toda a população era convocada a assistir, e de certa forma, comprovar a “justiça sendo colocada em prática”, e a partir da metade do século XVIII tais atividades passaram a diminuir e não serem mais vistas com bons olhos perante a sociedade. Aquilo que antes era quase um espetáculo, agora, tomava ares revoltantes.

Segundo Foucault (1999, p. 94),

O protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na segunda metade do século XVIII: entre os filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados, parlamentares; nos *chapiers de doléances*² e entre os legisladores das assembleias. É preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco. O suplício tornou-se rapidamente intolerável. Revoltante, visto da perspectiva do povo, onde ele revela a tirania, o excesso, a sede de vingança e o “cruel prazer de punir”.

À medida que a sociedade foi evoluindo intelectualmente, as formas punitivas foram, também, se modificando. Esse movimento foi conhecido como a “reforma penal do século XVIII”. Tal reforma, deu origem as prisões, que se tornariam até hoje, a forma mais comum de condenação. Para Luna (2013, p.44):

A maioria dos jovens que estão presos sofre de doenças mentais e problemas de abuso de substâncias que levaram à sua prisão. Enquanto encarcerado, o jovem frequentemente experimenta o trauma psicológico grave e deterioração da saúde física, emocional e mental, o que torna sua reintegração na sociedade ainda mais difícil e improvável.

A condição de reclusão, por si só já é responsável por causar danos psicológicos e excluir o indivíduo do convívio em sociedade, o que pode ser ainda mais danoso e um fator complicador na sua ressocialização. Corroborando esta ideia, Vilarins (2014) afirma que as medidas de internação socioeducativas, têm prestado o papel de potencializadores para jovens com problemas psiquiátricos.

Percebe-se que existem uma infinidade de fatores que desmotivam e colaboram para o adolescente perder o interesse ou se sentir pressionado a abandonar o ambiente escolar, como a falta de recursos financeiros, pressão social por um primeiro emprego ainda jovem ou mesmo fatores relacionados ao psicológico do adolescente.

Entretanto, como observado no decorrer do subtópico, pode-se concluir que preponderantemente o insucesso escolar é um fator importante para que o adolescente entre nos contextos onde os crimes estão presentes.

Assim como os dados apresentados, verificou-se que os próprios internos acreditam que se tivessem permanecido na escola, sobretudo com o sucesso em suas notas, provavelmente não teriam se tornado um jovem infrator.

4.3 RELAÇÃO ENTRE VULNERABILIDADE SOCIAL E O ABANDONO ESCOLAR COMO RISCO DE ENTRADA NA CRIMINALIDADE DO INTERNO UNIS

Neste item, vamos analisar como a vulnerabilidade social das famílias dos internos da UNIS, atrelado ao abandono escolar, colaboraram para a entrada dos adolescentes no submundo da criminalidade.

Para isso, adentrou-se no questionário com perguntas que remetem a opiniões dos socioeducandos em relação às questões sociais. Assim, uma das questões levantadas foi a opinião dos internos quanto à influência da sua família no envolvimento com atividades ilícitas.

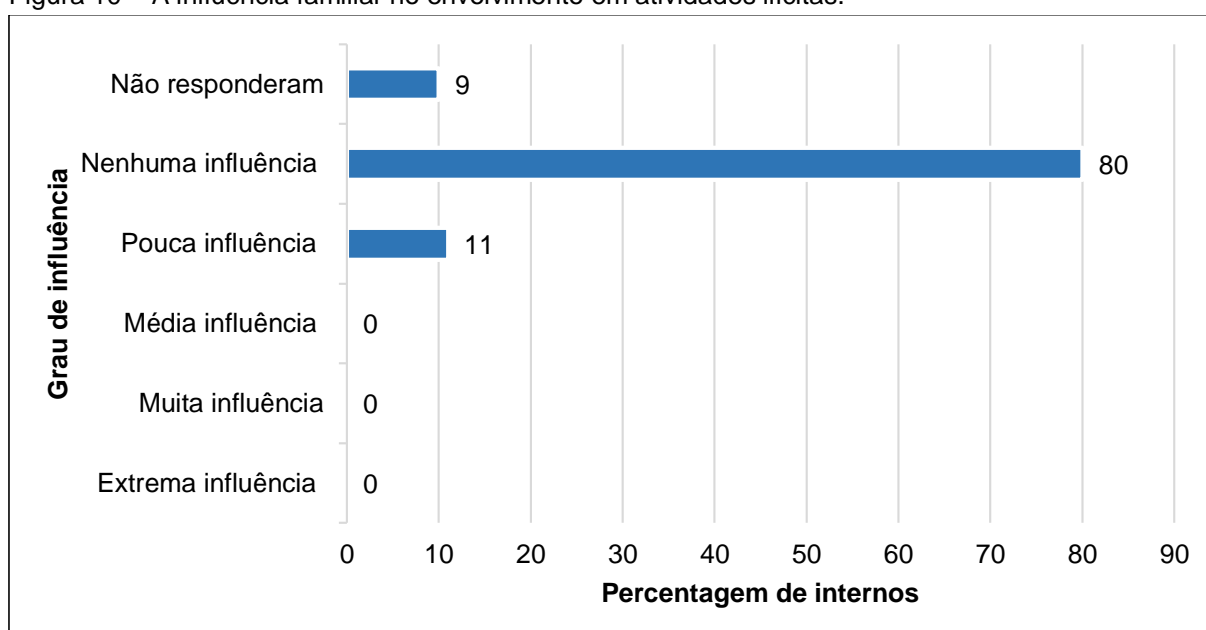
O Compreensão de como o adolescente associa responsabilidade ao seu contexto familiar para as escolhas que o levaram a receber uma medida

socioeducativa é fundamental para entendermos como estes jovens conseguem interpretar o seu próprio convívio social mais próximo.

Afinal, o jovem infrator responsabiliza a sua família pelas mazelas que a vida lhe trouxe? Existe um sentimento de culpa perante a família ou uma tendência de desvincular seu ambiente social de qualquer responsabilidade pelas atitudes que o tornaram um jovem infrator.

Portanto, este panorama pode ser compreendido através dos dados obtidos com as respostas da Figura 10.

Figura 10 – A influência familiar no envolvimento em atividades ilícitas.



Fonte: Dados do autor

Percebe-se nesta figura que a resposta dos internos UNIS é consideravelmente amena em relação aos seus familiares. Na opinião de 80% dos adolescentes, o contexto de suas famílias não os influenciou em nada nas escolhas que os levaram a receber uma internação sancionada do estado, porém, 11% deles afirmaram que sua família exerceu um pouco de influência nesta questão. Verifica-se, ainda, nesta figura que 9% dos internos não se manifestaram neste quesito e que nenhum dos internos atribuiu média a extrema influência da família para que se adentrassem na criminalidade.

Percebe-se com isso, que existe um sentimento de proteção dos internos perante seus familiares, por mais frágil que seja a sua família, em relação a poder

econômico, acesso a atividades culturais ou educação, é praticamente unânime que o adolescente não os culpe pelos erros que cometeram.

Pode-se interpretar que essa negação não ocorre somente pelo fato de não quererem aceitar que seus familiares podem ter apresentado interferência indireta em seus caminhos delinquentes. Mas por que não conseguem associar o contexto de pobreza, precariedade sanitária e até fome, que estiveram submetidos pelas suas famílias na infância, com o fato de terem se associado a atividades ilícitas.

Neste sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 227), estabelece responsabilidades da família com o jovem, tal que segue:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A partir do perfil destes jovens, no subtópico anterior, foi visto que o direito a educação lhes foi negado, por diversos motivos os socioeducandos evadiram da escola e por serem menores de idade, entende-se que família, sociedade e Estado não lhe asseguraram esse direito. O menor infrator é por sua essência, uma criança/adolescente que ao longo de sua vida, foi levado a ações que lhe inseriram em um contexto de marginalização e criminalidade.

Uma pesquisa realizada pela Unicef⁵ (2002, p.41), com jovens de todo o Brasil, abordou a instituição familiar em um de seus tópicos, esta foi apontada como instituição referência para os adolescentes:

Nas diversas faixas de renda e regiões, a família é apontada como a principal responsável pela garantia de direitos e do bem estar dos adolescentes (85%), acima da escola (40%), da Igreja (24%), da comunidade (23%), do governo (20%), da polícia (16%) e dos partidos políticos (5%). Além disso, 95% dos adolescentes classificam a família como uma “instituição importante”.

Além de “instituição importante”, a família foi apontada como a maior fonte de alegria (70%), não obstante, brigas familiares foram citadas como maior motivo de infelicidade (61%). É notório em ambos os estudos, o apreço dos adolescentes com a família, sendo também curiosa a não percepção por parte dos jovens do Sistema IASES que uma família que falta com sua obrigação constitucional de garantir

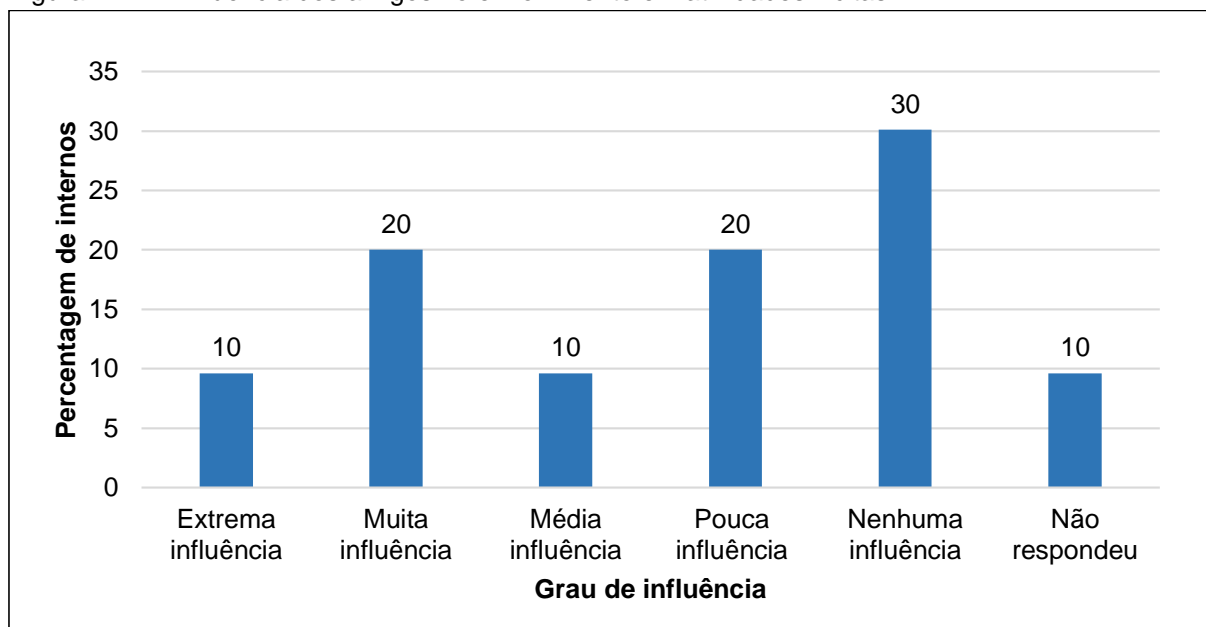
⁵ Fundo das Nações Unidas para a Infância

educação ao menor, se configura como uma instituição familiar desestruturada, o que pode, inevitavelmente, ter direta participação com a sua inserção em atividades criminosas. Este estágio de negação, contudo, é compreensível, visto que na visão desses jovens, o grande responsável por sua vida ter tomado destinos sinuosos foi outro.

A fim de levantar mais fatores motivacionais para o advento desses adolescentes à marginalidade, questionou-se aos internos, como foi o grau de influência dos amigos de seu convívio, na decisão para se enveredarem para as atividades ilícitas. As respostas destes internos são apresentadas na Figura 11.

Verifica-se nesta figura que 10% destes jovens foram extremamente influenciados pelos amigos e que 20% foram muito influenciados, ou seja, estes internos praticamente foram aliciados para o crime pelos seus amigos. Outros 30% também sofreram pouca ou mediana influência dos amigos, mas 30% deles adentraram no crime por vontade própria, sem influências dos amigos, ou seja, eles mesmos procuraram se inserirem na criminalidade.

Figura 11 – A influência dos amigos no envolvimento em atividades ilícitas.



Fonte: Dados do autor

Verificou-se que os internos que dizem entrar na criminalidade por vontade própria, ou seja, 30%, apresentavam o seguinte “perfil infrator”: 41% estavam a trabalhar em alguma função do tráfico de drogas e 32% por estar envolvido em outras atividades ilícitas como roubos/furtos.

Ou seja, 73% dos que dizem ter entrado na criminalidade por conta própria, estavam envolvidos em atos infracionais graves, como assaltos, furtos e tráfico. Os outros 27% restantes estão distribuídos nas outras atividades.

Vê-se então que a responsabilização das “más companhias” é muito mais expressiva que da família por parte dos socioeducandos, pois em 60% dos casos houve alguma influência dos amigos. Nota-se que há uma responsabilização maior por parte dos amigos e uma certa isenção da participação da família em sua ascensão em atividades criminosas.

Tal ato pode ser interpretado como uma proteção para a família, a desresponsabilizando por qualquer culpa em suas escolhas. Assim, os socioeducandos afastam o seu vínculo familiar de quaisquer responsabilidades pelos seus atos infracionais.

Neste sentido Assis (1999, p.75) afirma:

Os grupos de amigos citados pela maioria dos jovens infratores integram o mundo infracional – não necessariamente da própria comunidade em que vive o adolescente. Poucos infratores conseguem manter amigos sem qualquer envolvimento com a vida infracional e participantes de experiências de vida em comunidade. Percebe-se que, à medida que o jovem vai se envolvendo em atos infracionais, seu universo de amigos passa a ser mais restrito.

Segundo Assis (1999), as relações de amizades dos adolescentes inseridos no mundo do crime são tratadas de forma mais aprofundada. Na citação acima é notória a influência entre o jovem infrator e o meio, as amizades e o contexto social em que está inserido. A partir do momento em que o adolescente se vê cercado de pessoas em realidade criminosa, há a normalização da ilegalidade.

Essa normalização da ilegalidade, fica evidente com a relação levantada por Assis (1999, p.76), quando é retratada as amizades no meio do tráfico de drogas:

Outra forma de relação por interesse foi relatada, desta vez tendo como alvo o poder, especialmente no tráfico de drogas. Assim, ao estar envolvido com pessoas do tráfico, o adolescente se atribui e lhe é atribuído um certo status. Seguindo a lógica infracional, o convívio e a relação estreita com os gerentes, por exemplo, permitem realizar uma 'carreira profissional' com mais facilidade. Há que se ressaltar que a lógica do mundo infracional, embora ilegal e inaceitável, repete os modelos da sociedade, no sentido da hierarquia de cargos a ser percorrida.

Segundo Assis (1999), tal ato é de suma importância para que o menor não se sinta mais a margem cometendo atos infracionais e sim, parte de um meio e isso

corroborar para uma cadeia de acontecimentos, que vai provavelmente, culminar em sua internação num sistema socioeducativo.

Portanto, é explícito que a criminalidade acaba por se estruturar com a lógica do mercado tradicional. Isso influencia ainda mais os jovens a pensar em uma ideia de legalidade em todo este mundo de crime, a organização criminosa em seu mais puro significado, colabora para tal.

Essas circunstâncias que envolvem o contexto do adolescente que entra nesse submundo do tráfico, extremamente organizado com suas regras próprias e hierarquias a serem seguidas, colaboram para o jovem infrator culpar o sistema do crime pelos seus atos, e não a sua família, mesmo que essa tenha lhe faltado com os mais básicos níveis de assistência básica e psicológica. Pegando para si, toda e qualquer responsabilidade por qualquer consequência que venha a sofrer.

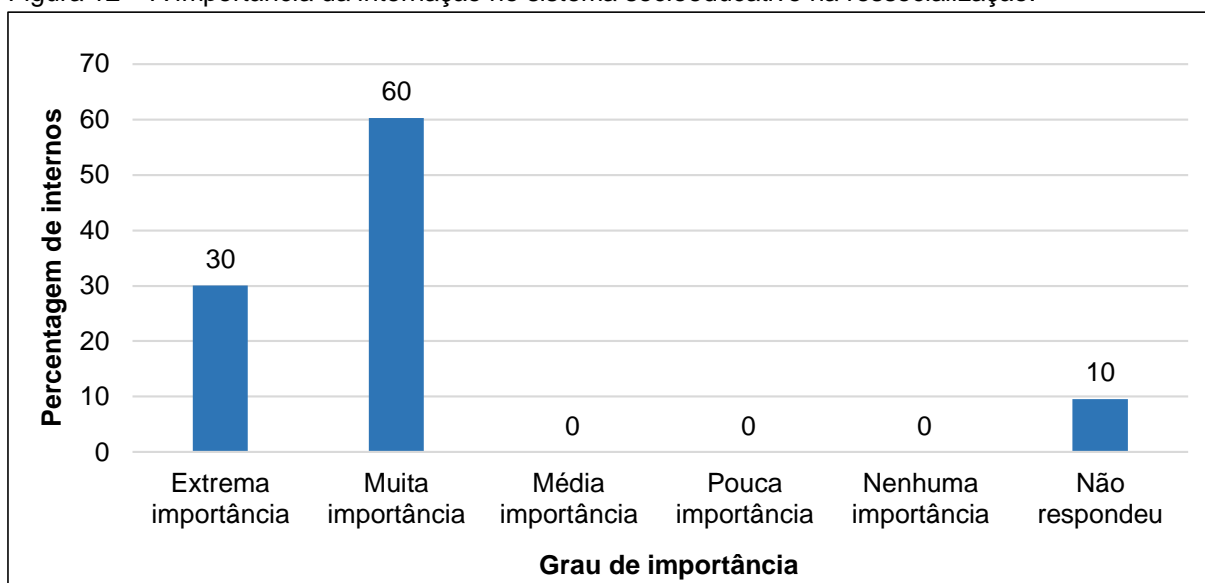
As próximas perguntas adentram no universo da socioeducação e a visão do jovem interno sobre este sistema. Assim, foi indagado inicialmente qual a sua opinião sobre o fato simplesmente de estar internado, ser importante para que os jovens saiam do mundo do crime, após serem liberados e retornarem para suas casas.

Na Figura 12, podem ser observadas as respostas dos internos da UNIS quanto a importância da internação para a sua ressocialização. Verifica-se, nesta figura que 30% destes internos afirmaram que a passagem pelo sistema socioeducativo é de extrema importância, enquanto outros 60% afirmaram ser de muita importância. Assim, 90% dos internos reconhecem a importância deste sistema para a ressocialização dos jovens infratores. Apenas 10% deles não se manifestaram quanto ao tema.

Tal resultado a princípio é promissor, afinal, os jovens em sua quase totalidade demonstram acreditar no sistema socioeducativo em sua essência, como uma ferramenta de combate ao retorno à criminalidade e, acima de tudo, em sua reintegração em sociedade, assim que receberem seu alvará de soltura. No entanto, estudos recentes mostram o contrário.

Tal resultado a princípio é promissor, afinal, os jovens em sua quase totalidade demonstram acreditar no sistema socioeducativo em sua essência, como uma ferramenta de combate ao retorno à criminalidade e, acima de tudo, em sua reintegração em sociedade, assim que receberem seu alvará de soltura. No entanto, estudos recentes mostram o contrário.

Figura 12 – A importância da internação no sistema socioeducativo na ressocialização.



Fonte: Dados do autor

Segundo o Instituto Sou da Paz (2018), ao pesquisar reincidência dos jovens internos da Fundação Casa, constatou-se que 25% deles, eram reincidentes, cumprindo medida de internação pela segunda ou mais vezes. Verificou-se também, que 66,3% já haviam passado por outras medidas socioeducativas. Se por uma perspectiva estes jovens acreditam em sua reintegração após sair do Sistema, por outra, levantamentos mostram que a realidade é outra. O cerne da questão portanto, é o que acontece quando o jovem sai da unidade socioeducativa para que o mesmo retorne. Estes jovens voltam a conviver no mesmo ambiente e aí certamente voltam a ser influenciados pelos amigos e como estão sem colocação no mercado de trabalho, acabam se reintegrando à criminalidade.

O Instituto, ainda, constatou que 30% dos adolescentes reincidentes, não retornaram à escola após a última internação. Motivações como o preconceito, a defasagem escolar e a falta de adequação ao meio são fortes fatores para que este jovem, se sinta desestimulado a reingressar seus estudos regulares.

A ONU (1990, np) criou regras para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade. Na regra número 80, prevê que os egressos devem receber apoio de órgãos competentes para facilitar sua reinserção na sociedade, como se segue:

As autoridades competentes devem criar ou recorrer a serviços para auxiliar os menores a reintegrarem-se na sociedade e para diminuir os preconceitos contra eles. Estes serviços devem assegurar, até ao limite possível, que os menores disponham de alojamento, emprego e vestuário adequado e de meios suficientes para se manterem depois da libertação, a fim de facilitar uma reintegração bem sucedida.

Apesar desta recomendação da ONU, Silva e Guerese (2003) apurou que do total de unidades socioeducativas investigadas em sua pesquisa, 53% delas não possuem quaisquer iniciativas de apoio ao adolescente que sai da instituição e retorna ao convívio social. As outras 47% examinadas, apesar de terem órgãos e iniciativas que acolhem o egresso, a maioria realiza ações de acompanhamento periódico à família (64%) e de garantia da continuidade da educação escolar (52%); mas apenas 30% apresentam ações de encaminhamento ao mercado de trabalho e 19% de auxílio-alimentação.

Com estes números, é possível entender um pouco da dificuldade enfrentada pelo jovem que deixa o sistema socioeducativo, muitas vezes apresentando defasagem escolar, sem amparo, perspectivas ou planos palpáveis para o futuro, o restando apenas voltar para o meio em que já eram inseridos e se articula como a sociedade formal, mas dentro da ilegalidade. O resultado deste conjunto de fatores o levará a retornar ao sistema socioeducativo, desta vez, com menos entusiasmo e com a visão de um sistema punitivo, ao invés de ressocializador.

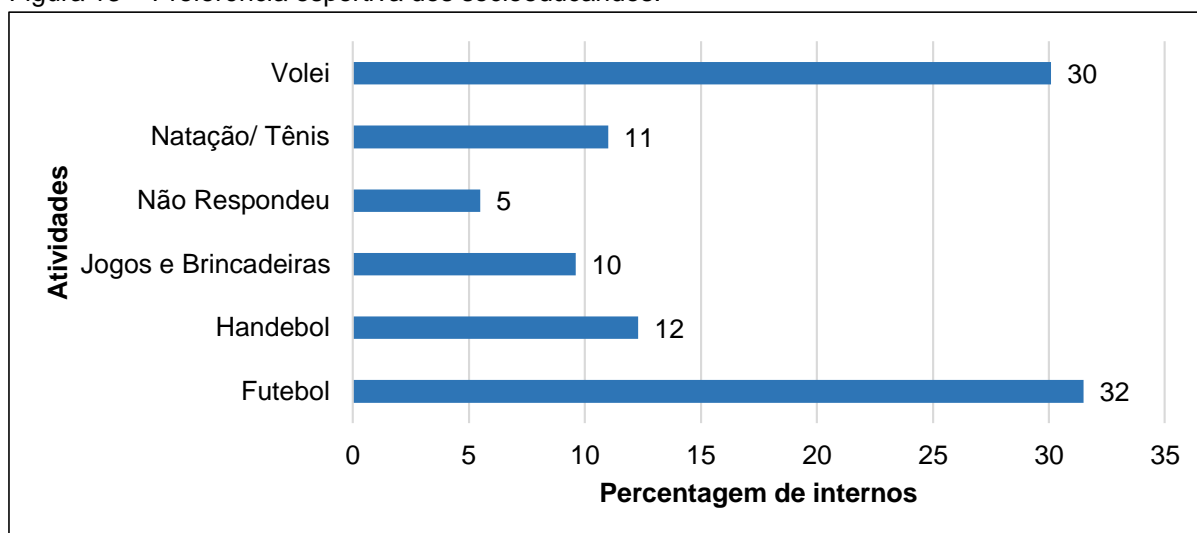
É preciso oportunizar ao jovem interno, atividades que sejam leves, os retirem do ócio do encarceramento, e consiga ter um papel de agente ressocializador para estes adolescentes. No mundo inteiro são inúmeros os exemplos no qual o esporte surge como o ponto de partida para uma reviravolta na vida do adolescente transgressor.

Neste sentido, tentou-se qualificar as inclinações desses jovens no âmbito esportivo, ao questioná-los quais tipos de esportes você gostaria de praticar, além das atividades escolares normais que você participa. As preferências deles podem ser observadas na Figura 13.

Como se pode verificar, nesta figura, o futebol e o voleibol foram os esportes que mais se destacaram na preferência dos internos, com 30% e 32%, respectivamente. Tal dado traz consigo uma constatação interessante. Não por acaso estes foram os esportes com maior popularidade entre os socioeducandos, pois segundo DACOSTA (2006), o futebol e voleibol são respectivamente o primeiro e segundo esportes mais praticados no Brasil.

Verifica-se também, nesta figura, um grupo de internos com preferências para natação/tênis; handebol e jogos/brincadeiras, que variaram entre 10 e 12% de interesse. Porém 5% deles não responderam.

Figura 13 – Preferência esportiva dos socioeducandos.



Fonte: Dados do Ator

Romera (2013) apresenta alternativas, afirmando que unindo o esporte e lazer ao estudo da realidade específica daquela comunidade é possível ter um resultado mais efetivo. É importante, para adotar essas iniciativas, ter um conhecimento das vulnerabilidades dos jovens, a compreensão da necessidade de uma construção conjunta de atividades, eventos, etc, que atendam os anseios e desenvolva as habilidades dos mesmos e por fim, consolidação entre agentes e gestores de uma postura que ultrapasse os limites do preconceito e se estreite de uma pedagogia de acolhimento, crescimento humano e empoderamento dos jovens.

Pode-se afirmar que os internos UNIS apresentam um perfil de extrema vulnerabilidade social, trazendo para si as responsabilidades de todos os problemas que enfrentam desde a infância, mas num país tão fragilizado economicamente, é preciso apresentar ajuda e principalmente, soluções aos mais vulneráveis. Neste sentido o esporte se apresenta como uma grande ferramenta no combate ao abandono escolar e entrada na criminalidade.

5 PROJETOS QUE PODEM CONTRIBUIR PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS INTERNOS DAS UNIS

Os índices de evasão escolar apontados pelos históricos escolares dos adolescentes internos na unidade socioeducativa UNIS representam um alarmante dado referente ao perfil escolar deste público. Este abandono escolar acarreta no problema da distorção idade/série do estudante. Conforme discutido no item 2.3.1 deste estudo, que abordou junto com a bibliografia acadêmica a relação da evasão escolar com a entrada na criminalidade infanto juvenil.

Desta forma, esta dissertação de mestrado apresenta a proposta de inserção da modalidade de ensino EJA para os adolescentes infratores que adentrarem no sistema socioeducativo UNIS com relevante distorção idade/série. Essa adequação é necessária devido a particularidade enfrentada pelos seus internos.

A principal contribuição deste projeto seria, portanto, o minimizar do atraso escolar destes jovens, o que contribuiria para uma inserção mais fácil deste cidadão no mercado de trabalho após o seu período de internação imposto pela justiça do estado do Espírito Santo.

Entretanto, através do questionário aplicado aos adolescentes, observou-se a existência de uma grande demanda por parte dos internos por mais atividades extra escolares. Neste sentido, é proposto também, oficinas de futebol e voleibol no contraturno da escolarização, para servir além de atividades de cunho recreativo, social e afetivo, mas sim, como um instrumento para a valorização dos estudos e seu respectivo retorno a sociedade.

Portando, acreditamos que a inserção destes dois projetos dentro do sistema socioeducativo podem vir a colaborar para uma ressocialização efetiva do adolescente, fazendo o período de sua permanência na UNIS um tempo produtivo de seus vidas, onde terão acesso a um modelo de educação adequado a sua realidade, e também com atividades sociais que colaborem para se tornarem cidadãos realmente aptos ao convívio social, desvinculando-os da perspectiva acolhedora do universo do uso e venda de drogas.

5.1 PROJETO 1: A MODALIDADE DE ENSINO EJA COMO UMA FERRAMENTA DE ADEQUAÇÃO DA IDADE/SÉRIE DO INTERNO UNIS

No transcorrer deste estudo foi possível analisar o tamanho da complexidade que envolve o adolescente interno, são questões que passam pela dificuldade financeira dos seus familiares, baixo acesso e apreço pela cultura e educação, além do problema da banalização do valor da vida humana e generalização do uso e venda de drogas.

Mas identificar os problemas do interno UNIS não os resolve, é preciso apontar caminhos para que estes jovens consigam reestruturar o seu modo de reconhecer o mundo, entender suas regras sociais, para se ressocializarem de fato, seguindo suas vidas com dignidade e sabedoria.

Os dados dos históricos escolares dos internos UNIS apontam que um dos problemas que o jovem interno precisa resolver com maior urgência é a defasagem escolar. Constatou-se no decorrer do estudo, que um jovem dentro do contexto socioeconômico atual, que permanece longe do convívio escolar, pode ter graves consequências para sua vida.

Pensando nesta questão, pode-se entender que uma das medidas mais importantes e eficazes que podem ser implantadas dentro do complexo IASES, seria a modalidade de Ensino para Jovens e Adultos, o conhecido EJA⁶ concomitante ao sistema regular de educação já existente.

Em uma matéria divulgada pelo IASES, detalhou-se brevemente como é construída a escolarização dos internos em todo o complexo, portanto, segundo o IASES (2019, p.1):

A escolarização em todas as unidades do IASES é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e acontece em escolas localizadas dentro das unidades nos períodos matutino e vespertino. As disciplinas seguem a grade curricular da rede estadual de ensino e são ministradas por professores da SEDU. Na jornada pedagógica dos adolescentes também estão inseridos cursos profissionalizantes, atividades esportivas e culturais, lazer e convivência familiar e comunitária.

Adotar o modelo tradicional de ensino aplicado às escolas da rede estadual no IASES, garante aos internos o acesso e retorno as práticas educativas, contato com os livros, trabalhos escolares e a alfabetização. Entretanto, o perfil do aluno que

⁶ Ensino para Jovens e Adultos.

ingressa na escolarização do IASES é notoriamente diferente do encontrado nas escolas da rede pública e particular regular, os índices de defasagem escolar nas escolas de fora do sistema socioeducativo são extremamente menores. Pode-se observar essa diferença através da análise do Censo 2017 realizada por Santos;

Bastos e Oliveira (2020, p. 168):

O Censo Escolar de 2017 observou que as escolas de rede privada possuem maior índice de frequência dos alunos (98,3%) do que a rede pública (96,5%), entretanto ocorre pouca variação entre pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, sendo respectivamente a porcentagem de frequência: 97,1%, 96,2%, 98,2%. Na pré-escola, o percentual de presença do ensino público é 98,2%, e no ensino privado de 93,6%, enquanto no ensino médio o processo inverte, tendo 99,8% de presença em escolas privadas e 97,9% nas escolas públicas. Entretanto, quando analisamos os dados de evasão escolar, tanto em ambiente públicos e privados, o percentual dos anos iniciais é aproximadamente 0,7%, do ensino fundamental é 2,4%, e no ensino médio chega a ser 6,1, praticamente o triplo.

Assim, enquanto no âmbito nacional a média de alunos evadidos no ensino fundamental é de 2,4%, no IASES, através da Tabela 1, constatou-se que apenas 1 aluno estava no sistema com a idade/série correta.

A comparação do índice de evasão escolar nacional com a dos adolescentes internos da UNIS, proporciona um forte indicativo que o adolescente infrator, em sua maioria, se encontra dentro dos 2,4% dos estudantes evadidos da escolarização nacional. Evidenciando-se a importância que a educação representa para a construção de uma sociedade comprometida com os direitos e deveres cívicos.

No que se refere a estrutura física, a escolarização do IASES apresenta qualidade satisfatória, como é possível observar através de fotos disponíveis em seu acervo online. Mostrar através de fotos o ambiente da escolarização dos jovens é importante para destacar que é possível trabalhar a questão da evasão escolar com um nível de investimento estrutural pequeno, pois a unidade conta com grandes estruturas físicas já disponíveis em seu complexo educativo, como salas de aula, laboratórios, quadra poliesportiva e ambiente para oficinas de arte.

É fundamental que se mantenha uma estrutura física dentro dos parâmetros de qualidade mínimos para que o setor pedagógico consiga exercer o seu papel ressocializador junto aos adolescentes.

Neste sentido, buscamos no acervo público online do IASES - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO (2019) fotos recentes

que mostrassem as condições estruturais dos diversos setores que compõem o complexo educativo.

Figura 14 - Sala de aula do IASES 2019.



Fonte: Acervo do site oficial do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES)⁷.

Conforme a estrutura física mostrada pelo acervo online do IASES⁹, percebe-se que as salas de aula contam com quadro branco, carteiras e mesas de uso individual, caderno para todos estudantes, professor com assessoramento de agente socioeducativo para manutenção da disciplina e ordem dos internos em aula e quantitativo de alunos adequado ao espalho disponível.

Em matéria do IASES (2019, p.1) explica-se que:

A pedagoga Justina de Fátima Ferreira explicou que a inclusão dos socioeducandos em aulas regulares é feita imediatamente após a entrada deles em uma das unidades. “Assim que ele chega, a equipe pedagógica faz o diagnóstico de sua vida escolar, ou seja, verifica por quais instituições já passou, em que ano parou, e como está seu histórico”.

Após esta etapa, os adolescentes são matriculados e incentivados a participar das aulas. Dependendo do caso, são incluídos no processo de alfabetização ou dão sequência aos estudos a partir das séries interrompidas. “Com isso, temos 100% dos jovens em salas de aula estudando plenamente”, conclui.

⁷ Disponível em: <https://iases.es.gov.br/Not%C3%ADcia/adolescentes-do-ias-es-voltam-as-aulas-nas-unidades-socioeducativas>

Portanto, percebe-se que todos os adolescentes que recebem internação no IASES, passam por um processo de avaliação para determinar sua série, e por fim, encaminha-se o estudante para a sala de aula.

Figura 15 - Auditório do IASES 2019.



Fonte: Acervo do site oficial do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES)⁸.

Além da sala de aula, os estudantes contam com um auditório, a presença desse recurso é extremamente positiva para os alunos, pois possibilita praticas educativas que envolvam outros grupos de estudantes. Podendo oferecer palestras, seminários, e atividades de grupo que apenas as salas de aula não suportariam o quantitativo de alunos.

Esse espaço pode servir como palco de apresentações dos alunos, através do desenvolvimento das práticas educativas dos professores, como por exemplo, usar o auditório para uma apresentação de teatro de uma turma, ou uma sessão de leitura de grupo, sarau filosófico, dentre outras possibilidades que podem ser propostas para o ambiente do auditório no decorrer do ano letivo. Isto transforma esta estrutura em um espaço onde o aluno aprende com palestras, mas principalmente, fazer do local

⁸ Disponível em: <https://iases.es.gov.br/Not%C3%ADcia/adolescentes-do-ias-es-voltam-as-aulas-nas-unidades-socioeducativas>

um ambiente que possibilite que adolescente apresente suas criações e, portanto, demonstre o seu apreço pela cultura e educação em pleno desenvolvimento.

Figura 16 - Quadra Poliesportiva do IASES 2019.



Fonte: Acervo do site oficial do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES)⁹.

A unidade socioeducativa UNIS conta com uma quadra de uso exclusivo para atividades relacionadas aos seus estudantes, ter uma quadra poliesportiva é um aparato estrutural importantíssimo em diversos aspectos para o cotidiano do estudante.

Como professor de educação física da unidade por 03 anos, é possível apontar que tal estrutura possibilita uma diversificação dos conteúdos da disciplina, possibilitando mescla do interno entre um ambiente descontraído, mas que o interno pratique um esporte e o ambiente da sala de aula, que para estes indivíduos pode ser massivo ao longo da semana. Isto se explica, pois a maioria das aulas normalmente apresentam cunho escrito/verbal e a educação física tem como um de seus princípios fundamentais os movimentos corporais, e para tanto, a presença de uma quadra coberta possibilita a prática de esportes coletivos, gincanas, jogos e brincadeiras,

⁹ Disponível em: <https://ias.es.gov.br/Not%C3%ADcia/torneio-de-futsal-promove-o-esporte-e-estimula-o-respeito-no-ias>

atletismo, dentre outras diversas possibilidades que o professor pode incluir em seu planejamento anual.

Outro grande benefício da presença de uma quadra coberta em condições de uso, é a possibilidade de criar projetos desportivos no contraturno da escolarização dos internos, diminuindo o problema já discutido do ócio que os adolescentes enfrentam em seu cotidiano de internação.

Figura 17 - Sala de Arte/Artesanato do IASES 2019.



Fonte: Acervo do site oficial do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES)¹⁰.

A UNIS também conta com uma sala para os internos realizarem trabalhos artísticos, que possibilita potencializar as capacidades criativas dos internos, através da pintura, desenho e trabalhos manuais. Que podem ser expostos para os outros internos e também serem mostrados a sua família em dias de visitas.

O IASES, oferecendo esta estrutura física variada, possibilita que o setor pedagógico desenvolva uma infinidade de projetos, oficinas e trabalhos com os internos. Compreendendo que todo trabalho pedagógico numa unidade socioeducativa demanda preparo por parte da equipe técnica de segurança, pois infelizmente existem internos de diversas facções, e que o deslocamento desses

¹⁰ Disponível em: <https://iases.es.gov.br/Not%C3%ADcia/adolescentes-do-ias-es-voltam-as-aulas-nas-unidades-socioeducativas>

adolescentes requer um diálogo prévio constante, para evitar situações de conflitos e até mesmo de tentativas de fugas.

Portanto, fica notório que a implantação da modalidade de ensino EJA demanda apenas uma discussão voltada a questões pedagógicas e burocráticas, pois a adaptação dos sistemas, quanto a disponibilidade de espaço físico, é facilmente resolvido, pois as salas de aula já existem.

Pedagogicamente, o ideal para toda criança e adolescente, é construir sua jornada estudantil de forma regular, avançando as séries de maneira gradual, conforme conquiste as notas mínimas desejadas pela instituição ao qual estuda. Entretanto, a maior parte dos adolescentes socio-educandos adentram no sistema com uma defasagem muito grande de série/idade. Desta forma, uma medida para o pedagógico do sistema socioeducativo UNIS trabalhar a questão que envolve os internos com grande defasagem entre idade/série, seria implementação da modalidade EJA concomitantemente a escolarização regular existente atualmente.

Para Ireland; Machado e Ireland (2010, p. 14)

A EJA, como um processo de construção de cidadania consciente e ativa, a partir do respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos, associa-se, então ao combate a todas as formas de exclusão. Isso implica em criar instrumentos e políticas que conduzam ou reconduzam para os sistemas educativos jovens e adultos que dele se distanciaram, resgatando múltiplas formas e espaços de aprendizagem de modo a ampliar o acesso e aumentar a probabilidade de suas permanências nos sistemas de ensino - que, para tal, necessitariam ter práticas e valores aprimorados. A própria incorporação, a esses sistemas, de uma EJA assim concebida, seria um dos vetores de tal aprimoramento.

Ireland; Machado e Ireland (2010) mostram a importância do EJA para o combate da exclusão que os jovens e adultos sofrem ao se distanciar do ensino regular. No contexto do adolescente interno, a implantação desse sistema tem a capacidade de resgatar boa parte dos anos perdidos fora da escola.

Esse resgate do que se chama de “tempo perdido” nos faz afirmar que o principal benefício que o avanço escolar do EJA pode causar aos adolescentes é o fator psicológico de sentirem que conseguiram novamente se recolocar no caminho dos estudos, essa motivação pode inclusive, ser o primeiro passo rumo a um futuro acadêmico e profissional promissor.

Neste sentido, é preciso entender os benefícios desse sistema diferenciado de ensino pra aqueles que necessitam utiliza-lo, para Ireland; Machado e Ireland (2010, p. 40):

A forma de agir da professora Renata e seus alunos confirmam nossa crença de que é possível aprender a ler, escrever e calcular por caminhos os mais diversos. Há que se optar por aqueles nos quais os alunos são sujeitos e podem trabalhar para suprir uma necessidade real em suas vidas. Afinal, os alunos jovens e adultos não voltam para a escola para recuperar um tempo perdido e distante, voltam para satisfazer necessidades atuais em suas vidas.

Ireland; Machado e Ireland (2010) mostram que os jovens e adultos que ingressam no EJA, não estão apenas correndo atrás do tempo perdido, mas procurando formas de se realocarem no mercado de trabalho formal, que exige minimamente do trabalhador um diploma de ensino fundamental.

Através dos dados mostrados neste estudo, identificou-se que os internos com a sua idade/série dentro dos parâmetros normais, infelizmente são um quantitativo pequeno de alunos. Porém, é importante garantir a modalidade de educação regular para os internos que adentram no sistema com a idade/série correta, para que possam desenvolver normalmente suas competências educacionais e seu desenvolvimento técnico enquanto cumprem suas medidas socioeducativas.

O elevado número de alunos com idade/série distorcida, faz com que a proposta de inserir a modalidade de ensino do EJA para estes, ser mais eficaz. Como identificado durante a revisão bibliográfica, o insucesso escolar dificulta diversos fatores da vida do adolescente, principalmente no que se refere a oportunidade no mercado de trabalho. Portanto, acelerar a conclusão do ensino desses adolescentes, traria o benefício de facilitar a inserção deste jovem no mercado de trabalho. Afinal, como visto na bibliografia deste estudo através das palavras de Becker e Kassouf (2017), Teixeira (2011) e Guerra *et al* (2012), a qualificação profissional é uma grande ferramenta para desvincular o jovem infrator do crime, pois os estudos lhe atribuem a oportunidade de exercer funções cidadãs em seu cotidiano.

Pode-se usar como exemplo, um adolescente infrator com internação sansão de 03 anos, recebida aos 17 anos de idade, que ainda esteja na 7ª série do ensino fundamental. Este aluno, caso estude pela modalidade EJA, ao completar seu tempo de internação sansão, aos 20 anos de idade, terá o diploma do ensino médio completo, assim apto a assumir diversos setores públicos ou privados que exijam o nível médio completo. No sistema atual, o mesmo jovem encerraria sua internação sansão apenas com o ensino fundamental completo.

A redução no tempo necessário para avançar de uma série para outra, traz também um benefício psicológico para o adolescente. A formação escolar agrega consigo não só um diploma acadêmico, mas leva autoestima para este indivíduo, que

muitas vezes não teria motivação para buscar finalizar seus estudos até mesmo por sentir constrangimento mediante sua defasagem idade/série.

No referente a diretrizes educacionais, a modalidade EJA proposta para implantação no sistema IASES/UNIS, respeitaria as diretrizes da PORTARIA Nº 186, de dezembro de 2018 da SEDU (2018):

“Art. 23. A escolarização para estudantes na modalidade de educação de Jovens e Adultos – EJA deverá observar as normas e orientações estabelecidas na Portaria Nº 141-R, de 13/11/2018, DOES de 14/11/2018, que estabelece normas e orienta a oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA na modalidade semipresencial nas escolas públicas estaduais do estado do Espírito Santo.

Art. 24. As organizações curriculares da Educação de Jovens e Adultos – EJA, na modalidade semipresencial, nas etapas do 1º Segmento (Matriz OC 014), 2º Seguimento (Matriz OC 15) e Ensino Médio (Matriz OC 16); inclusive nas escolas de campo, estão estruturadas com carga horaria de 20 aulas semanais, considerando as seguintes especificidades:

- I- Três dias presenciais (Terça-feira, quarta-feira e quinta-feira), com 04 horas-aulas diárias com 60 minutos cada;
- II- Dois dias não presenciais (segunda-feira e sexta-feira), com o desenvolvimento de atividades orientadas;
- III- Carga horaria semestral de 240 horas presenciais e 160 horas não presenciais, totalizando 400 horas.

& 1º O ensino religioso, nas etapas do 1º e 2º segmentos, é de oferta obrigatória para o estabelecimento de ensino e de matrícula facultativa para o aluno, podendo ser ofertado em turmas de etapas mistas, com carga horaria computada para além da jornada obrigatória, frequência apurada e conceito “cursado”, com registros próprios no Sistema de Gestão.”

Portanto, a SEDU dispõe de todas as legislações e diretrizes para implementar esta modalidade no sistema IASES/UNIS e a unidade socioeducativa possui estrutura física capaz de comportar a EJA.

Neste sentido, a melhor forma de adequar a unidade a esse novo modelo de educação, seria através do aproveitamento dos professores que já trabalham no sistema socioeducativo. Propondo uma extensão de carga horaria para que se escolarize tanto os alunos em situação regular de idade/série, quanto aqueles que necessitam do avanço escolar que a EJA proporciona. Ficando a cargo do conselho

escolar, decidir qual a melhor maneira de disposição das turmas do EJA, podendo serem organizadas de maneira multisseriadas, em salas tradicionais ou por disciplina.

Portanto, no tratante da implementação da modalidade EJA no sistema IASES/UNIS, este estudo propõem, com base nos dados encontrados durante a construção da pesquisa interna e bibliográfica, que se aproveite as boas dimensões estruturais que a unidade apresenta, para educar os adolescentes reclusos, com um modelo de ensino que consiga transmitir os conteúdos necessários, mas que também consiga cumprir com o importante papel de amenizar o tempo de defasagem idade/série destes adolescentes.

Entretanto, este estudo não tem a pretensão de propor a troca do sistema de ensino tradicional pelo sistema EJA, isto prejudicaria aos adolescentes que estão em situação regular. Mas traz consigo uma proposta para oportunizar aqueles que apresentam muitos anos de evasão escolar, transformando de fato o sistema de internação socioeducativa em um sistema ressocializador, onde possibilita ao jovem sair dali com a perspectiva de uma vida com maior dignidade.

5.2 PROJETO 2: OFICINAS DESPORTIVAS COMO INSTRUMENTO RESSOCIALIZADOR DO INTERNO UNIS

Um dos apontamentos deste estudo, mostrado através da Figura 9, foi que o principal anseio por parte dos internos UNIS para a melhoria do sistema socioeducativo, seria a inclusão de maior número de atividades extraescolares. Neste sentido, uma proposta que envolva atividades desportivas e de lazer no contraturno escolar, pode se apresentar como uma importante ferramenta de ressocialização destes internos.

Para a proposta prestar um papel ressocializador e não meramente um preenchimento do tempo de ócio dos internos com atividades lúdicas, é importante que se utilize de um mecanismo já existente na rotina de todos os adolescentes internos que saem da internação provisória e seguem para a internação.

O IASES explica as regras para a transição destas fases, IASES (2020, p.1):

Quando o jovem sai da unidade provisória e é direcionado para a internação por determinação judicial, ele segue a rotina deste programa. Nele, existem fases pelas quais o adolescente passa na medida em que progride em diversos fatores – como comportamento e tempo de cumprimento da medida. São elas: Inicial, Intermediária, Intermediária Avançada e Conclusiva.

A cada avanço de fase do interno, lhe são atribuídos benefícios específicos, que são conquistados conforme a disciplina do adolescente em sua passagem pela internação socioeducativa. As características das fases são dispostas, conforme o IASES (2020, p.1) são:

Na fase Inicial, que é o momento em que o jovem dá entrada na unidade, ele tem escolarização dentro da unidade, recebe atendimento psicopedagógico e participa de programações de esporte e lazer. Além disso, sempre que há disponibilidade, são oferecidos cursos de capacitação nas mais diversas áreas.

Na fase Intermediária, a rotina dos internos é parecida, porém, com a progressão da fase, eles têm algumas vantagens, como um período maior para o lazer ou a possibilidade de se recolherem um pouco mais tarde. Além disso, as atividades podem ser feitas em grupos maiores.

Na fase Intermediária Avançada, além dos ganhos das fases anteriores, os jovens têm a possibilidade de passar mais tempo com outros, nos momentos de alimentação ou banho de sol.

Já na fase conclusiva, os benefícios aumentam, tendo em vista o bom comportamento e a necessidade de reintegração ao meio social. Nesta fase, os jovens podem transitar dentro da unidade sem a necessidade de algemas e alguns conseguem o benefício de estudar em escolas fora da unidade, ação que é concedida através de autorização judicial.

As quatro fases são organizadas de modo que o interno, mesmo aqueles que cheguem no sistema socioeducativo com transtornos psicológicos, agressividade ou dificuldade de conviver em grupo, se adequem as regras do sistema, para que haja progressão de fases e obtenha os benefícios previstos. Neste sentido, a proposta deste projeto é sistematizar a programação desportiva e de lazer, de tal modo, que transforme o anseio pelo avanço de fase em algo ainda mais cobijado pelos adolescentes.

Juntamente com as fases já descritas, o sistema socioeducativo conta com uma gama de cursos ofertados pela parceria entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), e a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), conforme apresenta o IASES (2019, p.1):

“A parceria com a Secti é a garantia de uma qualificação para os adolescentes. É oferecer a oportunidade de criarem perspectivas profissionais, na reconstrução de suas vidas. Profissionalizá-los é um compromisso institucional”, destacou o diretor de Ações Estratégicas (Dae), Fábio Modesto, que responde atualmente pela presidência do IASES. Os cursos oferecidos são de empreendedorismo, organização de eventos, customização, maquiagem, informática, vendas, panificação, estoque e armazenagem, com duração de até 40 horas. “A educação profissional faz parte dos eixos do atendimento socioeducativo. É oferecer aos jovens conhecimentos sobre o mercado de trabalho e suas possibilidades, assim como afinidades profissionais. É importante ampliar os caminhos para outras oportunidades em suas vidas”, comentou Fabiana Malheiros, diretora Socioeducativa. Os cursos serão ofertados na Unidade de Internação (Unis),

Unidade de Internação Provisória I (Unip I), Unidade de Internação Provisória II (Unip II), Unidade Feminina de Internação (Ufi), Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro) e Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE).

Como o esporte bem como atividades extraescolares são pontos de muito interesses dentre os internos, é possível utiliza-los como ferramentas afim de estimular estes jovens a se empenharem em seu rendimento dentro do sistema, para que desta forma sejam proporcionados experiencias que possibilitem maior bem estar e qualidade de vida.

Para tal o projeto “Esportes no Sistema” tem como objetivo trazer para a UNIS oficinas de futebol e voleibol, de modo permanente, a benefício dos internos com aproveitamento superior a 75% em rendimento escolar, participação nos cursos profissionalizantes ofertados pela SECTI e apresentação de bom comportamento relatado pela assistência social da unidade.

O propósito de estimular os internos, também é uma preocupação no que diz respeito a sua mudança de fase, tendo em vista que o projeto não irá abranger os adolescentes em fase inicial, a proposta acaba estimulando o jovem a querer progredir em sua jornada no sistema socioeducativo afim de usufruir deste benefício.

O proposto projeto se daria da seguinte forma:

- Os internos da fase intermediária seriam contemplados com atividades por duas vezes na semana, podendo escolher uma das modalidades a frequentar.
- Na fase intermediária avançada o número de atividades é aumentada para três vezes na semana, sendo assim maior o número de atividade extraclasse.
- Por fim, na fase conclusiva o interno ganharia além de frequentar as aulas três vezes na semana, a oportunidade de ocasionalmente assistir a eventos esportivos profissionais fora da unidade.

A introdução e permanência do interno em uma das oficinas desportivas tem como caráter facultativo do adolescente, mas é importante destacar que torna-se imprescindível, para o projeto abranger um objetivo ressocializador, a revisão constante do nível de disciplina do interno, suas notas e participações nos cursos profissionalizantes ofertados.

A princípio, os internos com direito a acesso aos benefícios das oficinas podem escolher o esporte de interesse particular, mas caso ocorra sobrecarga de alguma

modalidade, o critério para remanejamento será feito pela assistência social com base nos princípios do comportamento, notas e assiduidade nos cursos profissionalizantes.

A metodologia para escolha das duas modalidades se deu pelo feedback do questionário aplicado aos internos, onde os dois esportes mais populares foram respectivamente o futebol e voleibol.

5.2.1 Tempo e espaços para as oficinas

A escolarização da UNIS ocorre no turno matutino e os cursos profissionalizantes no período da tarde. Os horários para as oficinas devem, portanto, ocorrer durante o turno vespertino com o cuidado para não prejudicar o calendário e rendimento dos internos nos cursos profissionalizantes.

Portanto, os alunos contemplados vão ser orientados para as oficinas nos dias da semana que não estiverem em curso profissionalizante durante o turno vespertino. Este controle no remanejamento das matrículas deve ser realizado pelo setor pedagógico.

O calendário das oficinas portanto, seria semanal, com turmas de quinze internos em cada horário. O cronograma seria disposto da seguinte maneira: As aulas apresentariam o tempo de 50 minutos, com intervalos de 10 minutos entre uma turma e outra. A primeira turma iniciando as 14h:00min encerrando as 14h:50min, a segunda turma iniciando as 15h:00min encerrando as 15h:50min, a terceira e última turma iniciaria as 16h:00min encerrando as 16h50min.

Considerando, como base, o usufruto da quadra poliesportiva em três horários por dia, seria destinado a oficina de futebol dois horários diários e para a oficina de voleibol um horário diário. Garantindo assim, um revezamento de até quarenta e cinco alunos.

Deste modo, o adolescente teria o período de clausura bastante reduzido durante o turno vespertino, esta dinâmica ajudaria a reduzir os problemas causadas pelo ócio do encarceramento, além de manter os adolescentes em constante atividade física, fato que traz consigo diversos benefícios físicos e sociais.

5.2.2 Estrutura material/profissional das oficinas de esportes

A execução deste projeto necessita que o IASES contrate ou remaneje profissionais necessários para a composição da equipe profissional, além da licitação de materiais desportivos necessários para realizar licitação e dar início as atividades desportivas. Neste sentido, para a oficina de futebol será necessário a contratação/remanejamento do seguinte pessoal:

- Um professor de educação física com desejável experiência no trabalho de treinamento técnico em futsal.
- Um estagiário cursando bacharel em educação física com desejável conclusão de disciplina referente a treinamento desportivo ou similar.
- Agentes socioeducativos para garantia da segurança das atividades propostas, com quantitativo profissional sugerido pela equipe de segurança da instituição.

Materiais necessários para desenvolvimento das atividades de futsal:

- Oito bolas de futsal de numeração 05 em bom estado de conservação, com gradativa reposição por desgaste de uso.
- Dois apitos para uso técnico.
- Quatro Kits de treinamento de força/agilidade contendo cada um: Uma escada de agilidade funcional de 4,5 metros/10 degraus. Oito cones de agilidade PVC. Doze half cones chapéu chinês agilidade funcional PVC.
- Kit de coletes de treino com tamanhos variados. Mínimo vinte unidades.
- Duas cordas náuticas para treino de força.

Para a oficina de voleibol será necessário a contratação/remanejamento do seguinte pessoal:

- Um professor de educação física com desejável experiência no trabalho de treinamento técnico em Voleibol.
- Um estagiário cursando bacharel em educação física com desejável conclusão de disciplina referente a treinamento desportivo ou similar.
- Agentes socioeducativos para garantia da segurança das atividades propostas, com quantitativo profissional sugerido pela equipe de segurança da instituição.

Materiais necessários para desenvolvimento das atividades de voleibol:

- Oito bolas de voleibol de padrão FIBA, em bom estado de conservação, com gradativa reposição por desgaste de uso.
- Duas redes de voleibol.
- Dois apitos para uso técnico.
- Quatro Kits de treinamento de força/agilidade contendo cada um: Uma escada de agilidade funcional de 4,5 metros/10 degraus. Oito cones de agilidade PVC. Doze half cones chapéu chinês agilidade funcional PVC.
- Kit de coletes de treino com tamanhos variados. Mínimo vinte unidades.
- Duas cordas náuticas para treino de força.

5.2.3 Outras considerações sobre o projeto esportes no sistema

A construção deste projeto que propõe a inserção de duas oficinas de esportes na rotina semanal do interno UNIS, busca primordialmente a solução de alguns problemas que foram identificados no decorrer deste estudo.

Uma destes problemas se baseia no anseio dos internos por uma rotina com maior número de atividades extraclases, esta demanda é associada ao ócio que o enclausuramento traz para o adolescente, que justamente pela peculiaridade da juventude, em sua maioria, apresentam energia de sobra para estarem utilizando em atividades durante o período da tarde. Outro problema que este projeto de oficinas de esportes consegue resolver, é o próprio interesse dos adolescentes por estarem realizando atividades relacionadas com o mundo desportivo durante o seu período de internação.

Como professor de educação física atuante no sistema socioeducativo do estado do Espírito Santo por três anos, posso dizer que o esporte é uma das melhores ferramentas que o setor pedagógico pode usar como auxílio na melhora do rendimento escolar dos internos.

A metodologia de usar o sistema de fases já existente na unidade, atrelado ao desempenho escolar, como requisito para participar das oficinas, é o principal ponto positivo deste projeto, pois vai de encontro aos anseios destes adolescentes a prática de esportes.

Entende-se por todos estes fatores apresentados, que a inserção de oficinas desses dois esportes seriam uma importante ferramenta de ressocialização destes

jovens, que em suma maioria são pessoas extremamente vulneráveis, justificando assim, a busca por metodologias prazerosas que minimizem os seus problemas sociais. Tais medidas são a principal maneira do sistema socioeducativo cumprir o seu papel ressocializador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Procurou-se entender o perfil do adolescente interno do sistema socioeducativo UNIS, bem como, as consequências da evasão escolar para os jovens que adentram no submundo da criminalidade. Em vista disso, reuniu-se uma série de informações obtidas através de questionário, estatísticas dos históricos escolares dos internos, além de um levantamento de bibliografia à cerca do tema.

Desse modo, é possível voltar às indagações iniciais: Qual é o perfil destes adolescentes e jovens que estão ingressando na criminalidade? Quando a evasão escolar começa a se tornar um fator real de risco? Ao final deste estudo, vemos que o mesmo não fornece uma resposta exata para os questionamentos levantados, mas, sim, a síntese de informações que nos permitem chegar a algumas conclusões interessantes, acerca das questões propostas nesta pesquisa.

O perfil deste jovem, apesar de não possuir uma unanimidade, segue um padrão, sendo estes em sua maioria auto declarados pardos e pretos, residentes na grande vitória, envolvidos com consumo ou tráfico de entorpecentes e que possuem elevado índice de evasão escolar.

Através dos dados apresentados até aqui, pode-se apontar que o adolescente pode receber uma internação socioeducativa do estado por um único fator isolado, como por exemplo: numa briga acabar extrapolando os limites da civilidade e cometer um crime hediondo.

Mas, analisando de forma geral, existem alguns fatores determinantes para a entrada por parte destes adolescentes no sistema: seu insucesso escolar e o envolvimento no tráfico de drogas, na maioria dos casos motivado por dificuldades financeiras, foram os geradores principais dos problemas retratados neste estudo. Foi, também, constatado uma faixa etária onde eles estão mais propensos a evadir aos estudos e também vimos a preferência dos internos em relação a esportes e lazer.

Diante de tais informações é possível apontar algumas iniciativas que possibilitariam um combate ao abandono escolar. Sem a ambição de construir uma fórmula, este estudo vê na concomitância da educação regular com a modalidade de ensino EJA uma forte alternativa para combater o tempo perdido com a evasão escolar da grande maioria destes jovens.

Apresentar também uma solução para o ócio dos estudantes envolvendo a criação de oficinas permanentes de futsal e voleibol podem colaborar positivamente

para que o setor pedagógico consiga melhorar os índices de comportamento e avaliações dos internos.

Diante de toda realidade, contexto e anseios dos jovens expostos neste estudo, algumas provocações podem ser feitas: A mudança do sistema de educação oferecida ao jovem infrator pode mudar o seu futuro? E acreditamos que sim, podem, desde que o sistema socioeducativo pense as práticas e rotinas dos internos de modo que torne a educação uma etapa valorosa de sua vida.

Pudemos promover reflexões e trazer informações sobre a realidade de jovens em conflito com a lei. Muitas vezes invisíveis pela sociedade, neste estudo, tornaram-se protagonistas, para que fosse possível entender um pouco mais de sua realidade e assim ser viável a construção de possível alternativa, para que ao contrário do que acontece ao longo dos anos, tal histórico não se replique. Vimos na normalização da ilegalidade, um grande inimigo para este fim e na educação encontramos um instrumento para a mudança, a escola é o ambiente que torna isso exequível.

Concluo este estudo com a certeza que a evasão escolar é uma problemática que não pode passar despercebida dentro dos sistemas socioeducativos, os elevados índices de evasão escolar aqui analisados mostram que a educação é fundamental para que o cidadão se mantenha longe de atividades ilícitas. E para resolver esta questão é preciso trazer formas de iniciar ou retomar o engajamento do adolescente interno pela vida estudantil. As duas propostas de projetos apresentadas podem vir a ser uma possibilidade em meio ao caos vivido por estes jovens.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. et al. Adolescência e maioridade penal: reflexões a partir da psicologia e do direito. **Revista Psicologia Política**, v. 9, n. 17, p. 67-83, 2009.
- AMAZARRAY, M. R. et al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília. Vol. 25, n. 3 Jul, p. 329-338, 2009.
- ANDRADE, S. S. C. A; et al. Relação entre violência física, consumo de álcool e outras drogas e bullying entre adolescentes escolares brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 1725-1736, 2012.
- ARANTES, E. M. M. **REDUÇÃO DA IDADE PENAL: SOCIOEDUCAÇÃO NÃO SE FAZ COM PRISÃO**, 1ª Edição, Brasília, 2013.
- ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 236 p. ISBN 85-85239-18-2.
- ASSIS, S. G; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 81-90, 2005.
- ASSIS, S. G; DESLANDES, S. F. Abuso físico em diferentes contextos de socialização infanto-juvenil. **Violência faz mal à saúde**, 2004.
- AVELLAR, A. P. Rompimento familiar e delinquência juvenil: quais as possíveis conexões? **REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 1, 2007.
- BECKER, L. K; KASSOUF, A. L. Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 215-242, 2017.
- BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc.** Campinas. v.30, n.109, set-dez. 2009.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, n.48, Agos. 1999. Disponível em: <http://files.enade-educacao-fisica-unifoa.webnode.com/200000010-45bc946b6f/Teorias%20pedag%C3%B3gicas-ED.%20Fisica.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2020.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, n.48, Agos. 1999.
- BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 6, n. 12, p. XIV-XXIV, 2000.
- BRASIL - MINISTÉRIO DO ESPORTE, GOVERNO FEDERAL. **Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília, 2011.

Disponível em:

<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/orientacoes14Meses.pdf>.

Acesso em: 24 de abril de 2020.

BRASIL. Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 nov. 1971. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm. Acesso em: 15 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 13 de julho de 2020.

BRUNO, Z. V. et al. Reincidência de gravidez em adolescentes. **Rev Bras Ginecol Obstet**, v. 31, n. 10, p. 480-484, 2009.

CANAVEZ, M. F.; ALVES, A. R.; CANAVEZ, L. S. Fatores predisponentes para o uso precoce de drogas por adolescentes. **Cadernos unifoa**, v. 5, n. 14, p. 57-63, 2017.

CARNEIRO, K. T. et al. Sobre lazer e possibilidades formativas em adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 4, 2016.

CASTRO, C. In corpore sano-os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6699>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

CERQUEIRA, Daniel. Trajetórias individuais, criminalidade e o papel da educação. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2016.

CHALEM, E. et al. Gravidez na adolescência: perfil sócio-demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 177-186, 2007.

COELHO, J, L, J, C. **Ser adolescente hoje**. 2014. Tese de Doutorado. [sn].

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M; L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CONRADO, M.; CAMPELO, M.; RIBEIRO, A. Metáfora da cor: Morenidade e Territórios da negritude nas construções de identidade negras na Amazônia paraense. **AfroÁsia**, n.51, p.213-246, 2015.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CONTE, M. et al. Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n. 1, p. 94-105, 2007.

COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 181, n. 3, p. 16-24, 2005.

DACOSTA, L. (ORG.). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: **CONFEEF**, 2006.

DAOLIO, J. Educação física brasileira: autores e atores da década de 80. **Revista Brasileira De Ciências Do Esporte**, p. 182-191, 1997. Disponível em: <<http://boletimef.org/biblioteca/2897/artigo/Educacao-Fisica-brasileira-autores-e-atores-da-decada-de-80.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

DE DEUS, A. S. Aspectos jurídicos e sociais da criminalidade juvenil: uma análise de estatísticas. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 16, n. 32, p. 142-161, 2013.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir - Relatório da Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996). Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira Brasília: **Unesco**, 2010.

DIAS, A. C. G; TEIXEIRA, M. A. P. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto): cadernos de psicologia e educação**. Vol. 20, n. 45, Jan, p. 123-131. 2010.

ESTEVES, L; C. G; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, p. 21-56, 2007.

FARIA FILHO, E. A. et al. Concepções sobre drogas por adolescentes escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 3, p. 517-523, 2015.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. Edusp, 1984.

FERNANDES, R. F. **Causas de evasão escolar da educação básica na percepção de alunos da educação de jovens e adultos**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Licenciatura em Ciências Naturais, 2013.

FERREIRA, M.; NELAS, P. B. Adolescências... Adolescentes. **Millenium**, p. 141-162, 2006.

FILHO, R. B. Silva; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FORMIGA, N. S. Socialização ética, sentimento anômico e condutas desviantes: verificação de um modelo teórico em jovens. **Salud & Sociedad: investigaciones en psicología de la salud y psicología social**, v. 3, n. 1, p. 32-48, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 20 Edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIRE, J.B. A escola desobediente. **Revista da Fundação de Esporte e Turismo I** (3): 15-16, 1989. Disponível em: http://boletimef.org/biblioteca/2558/entrevista/BoletimEF.org_A-escola-desobediente-Entrevista-com-Joao-Batista-Freire.pdf. Acesso em: 08 de maio de 2020.

FUZIWARA, A, S. **Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação**. Serviço Social & Sociedade, n. 115, p. 527-543, 2013.

GAMA, V. A.; SCORZAFAVE, L. G. Os efeitos da criminalidade sobre a proficiência escolar no ensino fundamental no município de São Paulo, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, p. 447-476, 2013.

GOELLNER, S. V. O método francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola. 1992. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1322/000053203.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

GROSSMAN, E. A construção do conceito de adolescência no ocidente. **Adolescência e Saúde**, v. 7, n. 3, p. 47-51, 2010.

GUADALUPE, T. C. Perfil dos socioeducandos do IASES: Pesquisa realizada entre 2015 e 2018. **Instituto Jones dos Santos Neves**, Vitória. 2019.

GUERRA, A. M. C. et al. Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. **Psicologia em Revista**, v. 18, n. 2, p. 247-263, 2012.

GUIMARÃES, F. R.; NEWTON, P. C. C. Dizer-se parda, para não se dizer negra: autodeclaração entre trabalhadoras domésticas sindicalizadas e não sindicalizadas do Brasil. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 3, n. 2, p. 128-143, 2017.

GUIMARAES, T. Pesquisa identifica evasão escolar na raiz da violência extrema no Brasil. **BBC BRASIL**, 28 mai 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40006165> Acesso em: 13 de junho de 2019.

HARTUNG, G. C.; PESSOA, S. A. Fatores demográficos como determinantes da criminalidade. **FGV Repositório Digital**, p. 01-16, Jul, 2006.

HENRIQUES, H. A produção da marginalidade infantil em Portugal: o lugar da família e da escola nas primeiras décadas do século XX. **Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 186-203, 2015.

IASES - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO. **Adolescentes do Iases voltam às aulas nas Unidades Socioeducativas**. Vitória, 07 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://iases.es.gov.br/Not%C3%ADcia/adolescentes-do-iases-voltam-as-aulas-nas-unidades-socioeducativas>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

IASES - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO. **INTERNAÇÃO**, Vitória, 2020, Disponível em: <https://iases.es.gov.br/internacao>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

IASES - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO. **Cursos profissionalizantes nas Unidades Socioeducativas iniciam nesta segunda (11)**, Vitória, 2019, Disponível em: <https://iases.es.gov.br/Not%C3%ADcia/cursos-profissionalizantes-nas-unidades-socioeducativas-terao-inicio-na-proxima-semana> Acesso em: 18 de junho de 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 40, Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Educação pelo esporte: educação para o desenvolvimento humano pelo esporte. **Saraiva**, São Paulo, 2004.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Aí eu voltei para o corre**: estudo da reincidência infracional do adolescente no estado de São Paulo. 2018. Relatório.

IRELAND, T. D.; MACHADO, M. M.; IRELAND, V. E. C. J. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada **2. FORMAÇÃO PARA PROFESSORES E EQUIPES TÉCNICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS MUNICÍPIO DE ITAPEVI/SP**, p. 6, 2010.

JÚNIOR, A. E. B. Educação Física escolar no Brasil e seus resquícios históricos. **Revista de educação do IDEAU**, Alto Uruguai, v. 6, 2011.

JUNIOR, E. G.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 1, 2003. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/revista/index.php/RBCE/article/view/172/181>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

KESSLER, C. S.; KESSLER, M. S. A diminuição da maioria penal e a influência midiática na aprovação de leis. **UFSC**, v. 20, p. 143-176, 2011.

LEVISKY, D. L. **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira**. Editora Casa do psicólogo, 1ª Edição, São Paulo, 2000.

LONGO, I. S. Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infante juvenis. **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. São Paulo. Março, 2010.

LUNA, G. C. A idade elástica: trauma emocional e jovens encarcerados. **Revista oficial do núcleo de estudos da saúde do adolescente/UERJ**, v. 10, Mai. 2013.

MARIANO, R.; MORENO, B. Evasão escolar favorece a entrada de jovens no mundo do crime. **Hoje em dia**, 02 jun. 2017.

MARTINS, S. H. Z. Pobreza e criminalidade: a construção de uma lógica. **Revista de História**, n. 132, p. 119-130, 1995.

MENDONÇA, M. H. M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cadernos de saúde pública**, v. 18, p. S113-S120, 2002.

MINAYO, M. C. S. Violência e educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, v. 15, n. 31, p. 249-264, 2014.

MONTEIRO, M.; PINTO, A. C. C. SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: FÁBRICA DE CORPOS DÓCEIS? **Legis Augustus**, v. 6, n. 2, p. 73-88, 2015.

MONTEIRO, V. B.; ARRUDA, E. F. O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza. **Anais do I Circuito de Debates acadêmicos**, p. 01-13 2011.

MOYSÉS, G. L. R.; MOORI, R. G. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. **Anais do 27 Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, p. 09-11, 2007.

OLIVEIRA, E. S. **Escolarização de adolescentes em conflito com a Lei: um estudo em Rondônia**. 2011. f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

OLIVEIRA, N. R. Maternidade de adolescentes de periferias sociais e urbanas: algumas análises à luz da Psicologia Ambiental. **Journal of Human Growth and Development**, v. 15, n. 1, p. 69-77, 2005.

ONU. **Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade**, 1990.

PEREIRA, B. O. O lazer e desenvolvimento humano. **Jornal de psicologia**, Braga, 1993.

POTRATZ, T. F.; COSTA, A. A. Perfil dos Adolescentes em Conflito com a Lei Que Entraram no Instituto Socioeducativo do Estado do Espírito Santo (IASSES) em 2014. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**, v. 6, n. 1, p. 145-159, 2016.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPAD)**, 2001.

RODRIGUES, E. C. C. Os 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os desafios da democracia brasileira. **Sistema Penal & Violência**, v. 8, n. 2, p. 243-256, 2016.

ROMERA, L. A. Esporte, lazer e prevenção ao uso drogas: dos discursos equivocados aos caminhos possíveis. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 4, 2013.

SALATIEL, E. L.; FERNANDES, R. M. Fracasso escolar e criminalidade: uma abordagem de trajetórias escolares de adolescentes ameaçados de morte em proteção no estado de minas gerais. **Olhares Plurais**, v. 2, n. 17, p. 55-74, 2017.

SARAIVA, J. B. C. A idade e as razões: não ao rebaixamento da imputabilidade penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 18, p. 77, 1997.

SEDU, PORTARIA Nº 186, DE DEZEMBRO DE 2018. **Dispõe sobre as Diretrizes para as Organizações Curriculares da Rede Pública Estadual de Ensino para o Ano Letivo de 2019**, Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20-%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Curriculares%20-%2026-12-18.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 17, n. 2, 2010.

Silva, E. R. A; GUERRESE, S. Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil. Brasília, DF, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. 2003.

SILVA, J. S; URANI, A. **Crianças no Narcotráfico um Diagnóstico Rápido**. OIT, Brasília, 108 p. 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/OIT%2023.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2020.

SILVA, S. S. **A ESCOLA E A EXCLUSÃO SOCIAL: Consequências do fracasso escolar nos percursos de vida de jovens e adultos pouco escolarizados dos meios populares da Zona da Mata de Pernambuco-Brasil**. 2014. Tese (Ciências da Educação) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Lisboa, 2014.

SINESP. **SINESP – Módulos de Coleta e Análise**. 2020. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/sinesp-1>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

SOARES, C. L. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, p. 6-12, 1996.

SOARES, C. L. Fundamentos da educação física escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 71, n. 167, p. 51-68, 1990. Disponível em: <http://boletimef.org/biblioteca/3054/artigo/Fundamentos-da-Educacao-Fisica-escolar.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

SPARTA, M.; GOMES, W. B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista brasileira de orientação profissional**, v. 6, n. 2, p. 45-53, 2005.

SPOSATO, K. B.; MATOS Ê. L. O. A pedagogia do medo e algumas notas sobre as propostas de rebaixamento da idade penal no Brasil. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, p. 189-203, 2015.

TAMIOSSO, M. M. S.; MAZO, Z. J. Uma abordagem histórico-crítica da Educação Física na década de 60. **Kinesis**, n. 7, 1991. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/8424/5104>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

TEIXEIRA, E. C. **Dois ensaios acerca da relação entre criminalidade e educação**. f. 2011. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2011.

TRENTIN, A. C. **Adolescentes em conflito com a lei e a família: um estudo interdisciplinar**. 2012. f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

UCHÔA, C. F.; MENEZES, T. A. Spillover espacial da criminalidade: uma aplicação de painel espacial, para os estados brasileiros, **XL Encontro Nacional de Centro de Pós-Graduação em Economia**, Porto de Galinhas, 11 e 14 de dezembro, Brasil. 2012.

UNICEF. **A voz dos adolescentes**. Brasília, 2002.

UNODC. UNITEC NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2019**. Disponível em: https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/pre-launchpresentation_WDR_2019.pdf. Acesso em: 26 de março de 2020

VAGO, T. M. O "esporte na escola" e o "esporte da escola": da negação radical para uma relação de tensão permanente Um diálogo com Valter Bracht. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 3, n. 5, p. 4-17, 1996. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2228/936>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

VARISCO, P. A. Delinquência juvenil e suas causas sociais: a teoria da anomia no cenário brasileiro. **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, p 01-04, 2014.


VASCONCELOS, T. A importância da educação na construção da cidadania. **Saber(e)Educar**. Porto, p.109-117, 2007.

VILARINS, N. P. G. Adolescentes com transtorno mental em cumprimento de medida socioeducativa de internação. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(3), 891-898. 2014.

XIMENES NETO, F. R. G. et al. Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 3, p. 279-285, 2007.

ZAKSZESKI, S. G. **A eficácia das medidas socio-educativas**. 2015. TCC (Graduação em Direito) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INTERNOS DA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA

 <p>FACULDADE VALE DO CRICARÉ</p>	Questionário de Pesquisa acadêmica FCULDADE VALE DO CRICARÉ	
	SÉRIE/TURMA	Pesquisador responsável: Henrique Freire Simmer.
		UNIS - CARIACICA
Data: ____ / ____ / ____	IDADE:	

Informações importantes para a realização correta deste questionário de pesquisa acadêmica. Todas as 09 perguntas necessitam de respostas pessoais, ou seja, não existe um gabarito de correção! O objetivo é construir através do conjunto das respostas índices estatísticos para fins de pesquisa.

Pergunta 01 - Qual sua etnia? Você se declara como:

- () Pardo
- () Preto
- () Branco
- () Amarelo
- () Indígena

Pergunta 02 - Qual o fator mais importante para sua tomada de decisão em abandonar os estudos?

- () Associação ao tráfico
- () Distância da escola
- () Problemas financeiros
- () Bullyng

Pergunta 03 - alguma dessas opções eram comuns durante o período que normalmente estaria frequentando a escola?

- () Fazendo uso recreativo de Drogas
- () Trabalhando para o tráfico de drogas
- () Trabalhando de maneira informal
- () Envolvendo-se com roubos/furtos
- () Outra atividade

Pergunta 04 - Você acredita que o insucesso escolar (evasão/reprovação) colaborou para seu envolvimento num ato infracional?

- () Nenhuma relevância
- () Pouca relevância
- () Média relevância

- Muita relevância
- Não teria me tornado um socioeducando

Pergunta 05 - Na sua opinião, o que deveria ser implantado na unidade, para que o convívio dos internos se tornasse mais amigável?

- Tratamento dos Agentes
- Maior Número de atividades extra escolares
- Melhoria estrutural dos alojamentos
- Melhoria na alimentação

Pergunta 06 - Na sua opinião, o convívio familiar influenciou você a se enveredar para as atividades ilícitas?

- Nenhuma influência
- Pouca influência
- Média influência
- Muita influência
- Extrema influência

Pergunta 07 - Na sua opinião, os amigos de seu convívio, influenciaram você a se enveredar para as atividades ilícitas?

- Nenhuma influência
- Pouca influência
- Média influência
- Muita influência
- Extrema influência

Pergunta 08 - Passar por uma internação, é importante para que os jovens saiam do mundo do crime, após serem liberados e retornarem para suas casas?

- Nenhuma importância
- Pouca importância
- Média importância
- Muita importância
- Extrema importância

Pergunta 09 - Além das atividades escolares normais que você participa, na sua opinião, quais tipos de esportes você achar que deveria ser disponibilizado aos internos?

- Futebol
- Handebol
- Basquete
- Voleibol
- Jogos e brincadeiras